

SANDRA AKEMI NARITA

**APROPRIAÇÕES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DE LAZER EM RIOS
URBANOS DE FOZ DO IGUAÇU E SUAS MARGENS**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2015

SANDRA AKEMI NARITA

**APROPRIAÇÕES SOCIAIS E VIVÊNCIAS DE LAZER EM RIOS
URBANOS DE FOZ DO IGUAÇU E SUAS MARGENS**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito à obtenção de título de Mestre em Estudos do Lazer.

Área de concentração: Lazer e sociedade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christianne Luce Gomes

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação *Apropriações sociais e vivências de lazer em rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens* de autoria do mestrando Sandra Akemi Narita defendida e aprovada em 30 de junho de 2015, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:



Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (orientadora)

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dr. Sidnei Sampaio

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Universidade de São Paulo

Aos moradores de Foz do Iguaçu, que
respeitam e reverenciam as águas aqui e acolá,
fluindo pela cidade. E a Iemanjá, odoyá!

AGRADECIMENTOS

À minha família: meus pais, pelo amor incondicional e herança de olhar o mundo com simplicidade, respeito e espiritualidade; a meus irmãos, por sempre apoiarem a caçula “pirralha” e por me abraçarem com suas ternuras; a meus sobrinhos, por serem fontes de tantas alegrias e não deixarem a tia esquecer de sorrir, brincar e viver o presente.

A Chris, por ter acreditado no projeto, pela dedicação e paciência na orientação, e pelas energias sempre positivas.

Aos professores da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) e de Geociências da UFMG, com quem tive a sorte de aprender, trocar ideias, refletir e questionar.

A meus colegas de mestrado, pelas discussões nas aulas, alegrias cotidianas, pelos incentivos mútuos e pelas reflexões coletivas.

Aos colegas do Otium (Grupo de Pesquisa Lazer, Brasil & América Latina) da UFMG, pelo debate e por compartilhar a esperança de um horizonte mais lúdico, com brilho e justiça social ao nosso continente latino-americano.

Aos colegas do Centro de Comunicação da UFMG, pelo convívio profissional e recepção de braços abertos.

Aos colegas e amigos da “república dos retirantes” (Aniele, Cathia, Khellen, Salete, André e Bruno), pela alegria da convivência, pelas discussões sobre o esporte e o lazer e pelo suporte nas angústias. Um agradecimento especial à minha “mãe” paraense em BH, Rita Peloso, pelo afeto e exemplo de força, e por não me deixar desistir.

A meus amigos baianos e da fronteira, pelas vibrações positivas, de incentivo e de muito amor.

Aos muitos moradores de Foz do Iguaçu, com quem pude dialogar e aprender sobre as águas que fluem na cidade.

Ao professor e ex-reitor *pro tempore* da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Héglio Trindade, por permitir a minha cooperação técnica

com a UFMG, além da compreensão e palavras do incentivo à pesquisa, quando ela ainda era um esboço.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, da Unila e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), pela presteza no atendimento e atenção.

Ao “Universo”, pelos sinais, pelas sincronicidades, energias e luzes ao longo do caminho da vida.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e discutir as apropriações sociais e vivências de lazer realizadas em rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens. Para alcançar essa meta, discutiram-se as características, transformações e contradições que ocorrem nesses espaços fluviais da cidade. Também se buscou compreender de que maneira os moradores significam esses rios. O foco da pesquisa incide sobretudo no Rio Paraná, devido à sua proximidade ao adensamento populacional de Foz do Iguaçu (Brasil). A cidade está situada na chamada Tríplice Fronteira, que reúne, ainda, Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). Outro principal rio, o Iguaçu, também foi contemplado. A metodologia desta pesquisa qualitativa contou com estudo bibliográfico, observações e entrevistas com 23 moradores de Foz do Iguaçu. Foram entrevistados, inicialmente, 10 moradores da cidade, referências no âmbito cultural, educacional e esportivo, e com fortes vínculos em relação ao ambiente fluvial. Além dessas entrevistas, realizaram-se outras com residentes de Foz do Iguaçu, em dois locais escolhidos para observação e com potenciais para práticas de lazer no rio: na chamada Prainha e no Marco das Três Fronteiras. Nesse trabalho, verificou-se que as apropriações e vivências de lazer tornaram-se pontuais à medida que as mudanças urbanísticas e no meio natural praticamente desprezaram um sentido integrativo entre a cidade e o ambiente fluvial. Portanto, hoje a maioria da população de Foz do Iguaçu vive “de costas” para os rios. Restam, no entanto, práticas de pesca por lazer e de esportes de aventura, no ambiente fluvial e nas suas margens. Essas práticas de lazer e transformações urbanas não podem ser analisadas sem entrelaçar os contextos históricos, sociopolíticos, ambientais e culturais de Foz do Iguaçu. Também foram abordados discursos e embates de distintas classes, que entraram no campo de disputas pela ordenação da cidade. Houve, no município, uma opção pelo olhar privilegiado voltado ao turista, que impacta nos espaços públicos e democráticos de lazer, para os moradores. Essa é uma das contradições observadas e presentes nas falas dos depoentes. Também se percebeu, além das problemáticas presentes, o potencial do lazer nos espaços fluviais e margens, para fortalecer os vínculos afetivos entre os moradores e sua história, além de seus patrimônios ambientais e simbólicos. Os depoentes significam os rios sobretudo no âmbito de lutas territoriais de sobrevivência e de práticas ilegais. Por outro lado, também imprimem o significado por meio de vivências lúdicas, contemplativas, espirituais e interativas com as águas. Esses múltiplos olhares sobre os rios passam por contexto mais amplo, trinacional, onde as faces de violência e racionalidade mercantil disputam espaço com o valor de uso e os encontros socioculturais de diferentes identidades.

Palavras-chave: Lazer. Urbano. Meio ambiente. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

The main goal of this research was to identify and discuss the social appropriations and leisure experiences that happen in urban rivers and their margins in Foz do Iguacu. In order to achieve this goal, the characteristics, transformations and the contradictions which occur in these fluvial spaces in the city were analyzed. The present study also aimed at understanding how locals signify these rivers. This research activity has been mostly focused on the Paraná River due to its proximity to the population density in Foz do Iguacu (Brazil). The city is located in the so called "Three-Border Region" along with Puerto Iguazú (Argentina) and Ciudad del Este (Paraguay). The Iguacu River, which is also important, has also been herein contemplated. The methodology of this qualitative research included a bibliographic study, observations and interviews with 23 inhabitants of Foz do Iguacu. Initially, interviews were conducted with 10 individuals who are a reference regarding the cultural, educational and sports scene in the city and whose relation with the fluvial environment is strong. Besides these, there were also interviews with other inhabitants of Foz do Iguacu in two places which were chosen for observation and where there is a potential for leisure practice in the river: namely "Prainha" and "Marco das Três Fronteiras". Through this study, it is possible to see that the appropriations and leisure experiences have become punctual as urban and environmental changes basically ignored an integrative sense between the city and its fluvial environments. Therefore, nowadays most of the population of Foz do Iguacu lives "with their back" to the rivers. Nevertheless, there is still leisure fishing and adventure sports being done in the rivers and their margins. It is impossible to analyze these leisure practices without taking into consideration historical, sociopolitical, environmental and cultural contexts of Foz do Iguacu. Discourses and shocks of distinct social classes have also been considered. These groups have had disputes as far as the arrangement of the city is concerned. A privileged look focused on tourists has been prioritized and this has had an impact on public and democratic leisure areas for dwellers. This is one of the contradictions that can be observed and it is something present in the speeches of the interviewees. In addition to the aforementioned problems, it was also noticed that the fluvial spaces and their margins can potentially strengthen affectional bonds between local individuals and their history, as well as their environmental and symbolic heritage. The interviewees signify the rivers in the scope of their territorial disputes for survival and also illegal practice. On the other hand, they also attribute meaning to these rivers through ludic, contemplative, spiritual and interactive experience with the waters. These multiple perspectives on the rivers involve a wider trilateral context where facets of violence and the commercial rationality fight for space with the value of use and the sociocultural meetings of different identities.

Keywords: Leisure. Urban. Environment. Foz do Iguacu.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Ponte da Amizade construída sobre o Rio Paraná	34
Foto 2	Hidrelétrica de Itaipu em funcionamento	37
Foto 3	Obras de desvio do Rio Paraná durante construção da hidrelétrica de Itaipu	47
Foto 4	Cartão Postal da Tríplice Fronteira	58
Foto 5	Cataratas do Iguaçu	58
Foto 6	Parque Monjolo	90
Foto 7	Nascente do Rio Boicy	94
Foto 8	Prainha de Três Lagoas	107
Foto 9	Prainha de Três Lagoas	107
Foto 10	Lago da Prainha de Três Lagoas	109
Foto 11	Lago da Prainha de Três Lagoas	109
Foto 12	Porto Meira, local de embarcações	113
Foto 13	Espaço das Américas no Marco das Três Fronteiras	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Regiões administrativas do município de Foz do Iguaçu	22
Figura 2	Mapa do Paraná e localização de Foz do Iguaçu	33
Figura 3	Localização de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina)	33
Figura 4	Localização do Aquífero Guarani	35
Figura 5	Principais vias de acesso de Foz do Iguaçu	52
Figura 6	Plantas do município de Foz do Iguaçu nos anos de 1970 e 1985	53
Figura 7	Plantas do município de Foz do Iguaçu nos anos de 1995 e 2007	54
Figura 8	Principais atividades de lazer	62
Figura 9	Fluxo região de origem para região de destino (lazer)	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual da população do município de Foz do Iguaçu por origem de nascimento, nos períodos de 1930-1975 39
Tabela 2	População rural e urbana de Foz do Iguaçu (1960 e 1970) 47

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA	17
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	19
2.	PERCURSO METODOLÓGICO	20
2.1	OBSERVAÇÃO	21
2.2	ENTREVISTA	23
2.3	ANÁLISE	27
3.	FOZ DO IGUAÇU – O CONTEXTO DA CIDADE E SUAS ÁGUAS	30
3.1	RIO PARANÁ, ITAIPU E TRANSFORMAÇÕES URBANAS	43
3.2	O RIO IGUAÇU E OS MORADORES	55
3.3	LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE FOZ DO IGUAÇU	61
4.	O URBANO, O MEIO AMBIENTE E O LAZER – INTER-RELAÇÕES NO ESPAÇO/ TERRITÓRIO	66
4.1	A CIDADE, O RIO E O LAZER	72
4.2	ESPAÇO, TERRITÓRIO E APROPRIAÇÕES PARA O LAZER	77
5.	O LAZER NOS RIOS URBANOS DE FOZ DO IGUAÇU	85
5.1	RIOS, AFLUENTES E LAZER – CARACTERÍSTICAS, TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES	87
5.2	A PRAINHA E O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS	104
5.2.1	Lazer na Prainha	106
5.2.2	Lazer no Marco das Três Fronteiras	112

5.3	HISTÓRIAS DE PESCADOR: AÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O RIO	121
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	146
	APÊNDICE B: Roteiro de perguntas	147

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada “Apropriações sociais e vivências de lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens”, está inserida na linha de pesquisa Lazer e Sociedade, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O vínculo desta pesquisa com a supracitada linha justifica-se por abarcar temas com ênfase em práticas culturais de lazer, espaços públicos e apropriações sociais.

Nesta pesquisa, o lazer é entendido como

[...] a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado. (GOMES, 2014, p.12)

O estudo ambienta-se na cidade de Foz do Iguaçu, localizada no extremo oeste do Paraná, atravessada geograficamente pelo Rio Iguaçu – que fica na zona fronteira com a cidade argentina de Puerto Iguazú – e pelo Rio Paraná, marco de fronteira com Ciudad del Este, no Paraguai. Esse conjunto de cidades forma a chamada Tríplice Fronteira, também chamada de fronteira trinacional – dos países Argentina, Paraguai e Brasil.

Dos dois principais rios que cortam Foz do Iguaçu – o Paraná e o Iguaçu –, a opção de pesquisa, com foco no primeiro, parte do interesse em analisar a relação do rio com o cotidiano de moradores da cidade e, ainda, com as práticas de lazer desenvolvidas nesse contexto. E é às margens do Rio Paraná que o adensamento populacional da cidade é maior, se comparado ao Rio Iguaçu. Este último, no entanto, tem uma associação direta com o turismo devido às Cataratas do Iguaçu, localizado no Parque Nacional do Iguaçu, que funciona por meio de parcerias público-privadas. Essa atividade turística traz impactos e reflete no cotidiano dos moradores da cidade, por isso a importância de contemplar esses dois rios nesta investigação.

Vale frisar que o foco da pesquisa não será a relação entre o turista e o rio, e sim entre os moradores de Foz do Iguaçu e os rios que compõem a cidade. Apesar de haver fortes influências do turismo na vida dos moradores da cidade, como será tratado mais adiante, o direcionamento da pesquisa está na apropriação dos rios urbanos pela população, para vivenciar o lazer nesse espaço natural.

Os rios são, na Tríplice Fronteira, conexões físicas, simbólicas e geopolíticas. Portanto, esses ambientes fluviais, os quais fluem sobre a Argentina, Brasil e Paraguai, surgem como espaços de ligação, separação e fluxos de pessoas; convergem com turismo, comércio e também atividades ilícitas. Nessa amálgama, quais apropriações para o lazer estiveram e ainda estão presentes nos rios Paraná e Iguaçu?

Entender as práticas socioculturais concretizadas nesses dois rios, os sentidos a elas atribuídos e, ainda, as transformações, tensões, potenciais e problemáticas verificadas no contexto do lazer visa a contribuir para ampliar as discussões sobre os rios urbanos, a partir de múltiplos olhares sobre vivências e apropriações desse espaço.

A pesquisa pretende identificar e analisar características, bem como as transformações e contradições ocorridas nos rios urbanos de Foz do Iguaçu e em suas margens, que impactam nas práticas de lazer dos moradores. Também busca compreender de que maneira a população se apropria e significa o rio enquanto espaço de lazer, por meio de vivências, percepções e ações empreendidas nesse contexto.

Esta dissertação foi mobilizada, nesse sentido, pela necessidade e interesse de empreender reflexões sobre água como um direito público. Inicialmente, são apresentados os objetivos que guiaram este trabalho, seguidos pela metodologia sistematizada da pesquisa, abordando as escolhas feitas para alcançar as metas propostas. Nesse momento, há a descrição das estratégias eleitas na coleta de informações: observação e entrevista semiestruturada. Também é abordado o caminho para a análise das informações coletadas.

Posteriormente, no capítulo *Foz do Iguaçu – O contexto da cidade e suas águas*, é feita uma contextualização da trajetória de Foz do Iguaçu, guiada pelas águas que integram essa cidade. É importante ressaltar que não se pretende realizar uma abordagem histórica profunda sobre o tema, mas busca-se perceber o lugar de quem fala, ou escreve sobre Foz do Iguaçu, desvelando posicionamentos e percepções sobre a cidade. Essa abordagem visa a contextualizar o objeto de estudo e, também, debater ideias e reflexões que perpassam a pesquisa.

No capítulo seguinte, *O urbano, o meio ambiente e o lazer – inter-relações no espaço/território*, discutem-se referências teóricas conectadas à relação entre cidades e meio ambiente onde os rios estão inseridos. Além disso, abordam-se temas como espaço, território e paisagem, que servem de base para (re)pensar questões em torno da pesquisa de campo, detalhada no último capítulo desta dissertação, *O lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu*, que precede as considerações finais.

Por fim, vale externalizar que uma motivação para realizar esta pesquisa decorre de uma vivência, atualmente, em ações coletivas que visam a contribuir com o debate sobre ocupação de espaços públicos na cidade de Foz do Iguaçu, onde poderiam emergir escolhas para práticas de lazer – com apropriações por parte da população da cidade – em contexto mais democrático e de multiplicidade de produção de sentidos. Nesse caminho, há diversas trilhas acadêmicas a serem percorridas para que o olhar dos moradores desse município seja contemplado. Perspectiva essa que deve estar historicamente situado e conectada às imbricações sociais, políticas e econômicas da região fronteiriça.

Ademais, no pano de fundo desta opção pelo estudo, estão o inconsciente e uma memória afetiva com esses espaços aquáticos democráticos. Neles, a vida foi navegada, pois isso é preciso! Numa ofuscada cidade no mapa geográfico do Paraná, Douradina, residia uma fonte de alegrias para a pesquisadora, pois por lá viviam parentes (avó). E também por lá a diversão era besuntar-se de lama e brincar no rio. Nesse lugar fluvial, também emergiu uma fascinação pelo “Velho Chico”, como é carinhosamente chamado o Rio São Francisco, que percorre a origem baiana da pesquisadora, onde também tem lugar para um amor praieiro. Nesses mares de afetividade, reside uma crença nesses espaços públicos como locais de efetividade de uma urgência cidadã, que clama pelo direito público à água e a um lazer democrático. Afinal, “a força que mora n’água não faz distinção”, como entoava o cantor e compositor baiano Gerônimo na música *É d’Oxum* (1985), de sua autoria:

Nessa cidade todo mundo é d'Oxum / Homem, menino, menina, mulher / Toda gente irradia magia / Presente na água doce / Presente na água salgada / Presente na água doce / Presente na água salgada / E toda cidade brilha / Seja tenente ou filho de pescador / Ou importante desembargador / Se der presente é tudo uma coisa só / A força que mora n'água / Não faz distinção de cor / E toda cidade é d'Oxum / É d'Oxum / É d'Oxum.

1.1 JUSTIFICATIVA

O direito à água envolve uma série de implicações políticas, econômicas, sociais e subjetivas. Na relação entre os rios e os ambientes urbanos, já é cristalino e sofrível ver o desequilíbrio dessa relação, cujos embates de forças envolvidos nesse processo – ao menos no Brasil – terão que encontrar caminhos coletivos e com novos equilíbrios de interesses, para que o fluxo da água possa continuar gerando vida e sobrevivência saudável. São, portanto, diversas vertentes que involucram essas questões, e uma direção que pode contribuir para uma fresta no olhar sobre elas está na discussão do lazer nas águas e em seu entorno, imbricado em claras responsabilidades ambientais.

Aqueles que enxergam as cores das águas, que veem a água como parte essencial da vida, ou pedem licença para refrescar-se e divertir-se nela, podem contribuir para uma relação mais humana e integrada entre ser humano e natureza. Não é à toa que alguns projetos espalhados pelo mundo, que envolvem a água, os rios e o concreto da cidade, trazem no bojo da preservação ou revitalização, espaços que possam incluir a contemplação e atividades corporais ao seu redor ou no seu interior.

Durante a pesquisa bibliográfica sobre a vida das águas nas cidades, notou-se em diversas ocasiões a citação do lazer/recreação como uma das funções proporcionadas pelo ambiente fluvial, mesmo quando o aprofundamento focava outras questões, como produção de energia, navegação, irrigação, saneamento, entre outras. No contexto de direitos sociais – incluindo o direito à cidade e à vida –, o lazer e a água fazem parte de uma discussão urgente diante de problemáticas – e potencialidades – que se espalham, especialmente em cidades mais urbanizadas do Brasil.

Diante da tríade que envolve o homem, os ambientes citadino e natural, este trabalho visa à discussão desses elementos ou atores, no contexto de um município que pode ser exemplo do que se passa em muitas outras cidades brasileiras. No caso de Foz do Iguaçu, a particularidade de ser uma cidade privilegiada por seus rios, urge uma discussão que passe por diversas esferas do conhecimento, para que desequilíbrios não possam acentuar os abismos que existem entre o rio e a sociedade.

Foz do Iguaçu é uma cidade de médio porte, com suas idiosincrasias que merecem atenção e discussões que extrapolem, inclusive, a antiga noção de território baseada em

demarcações de fronteiras, dentro de um mapa sem movimento. O município é local estratégico no contexto latino-americano: não é por acaso que foi palco de jogo de interesses e passagem de eventos políticos marcantes. Nesse município, podemos observar, dentro das lutas por direitos sociais, imbricações de discursos, forças e relações nas quais o lazer está imerso e pode contribuir para esse debate, o que também foi almejado por meio dos objetivos que guiaram esta pesquisa.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e discutir as apropriações sociais e vivências de lazer realizadas em rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens. Para alcançar essa meta, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir as características, transformações e contradições que ocorrem nos rios, impactando as vivências de lazer dos moradores de Foz do Iguaçu.
- Compreender de que maneira os moradores de Foz do Iguaçu significam o Rio Paraná e o Rio Iguaçu, por meio de percepções e ações sobre esses espaços.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem um caráter qualitativo e descritivo à medida que busca apreender as práticas e experiências, os contextos e as apropriações de sujeitos nos rios. Estudos com essa linha de abordagem qualitativa “buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23).

Para Gomes e Amaral (2005), a opção qualitativa nas pesquisas pode propiciar a produção de conhecimentos que respondem às necessidades de levar em conta a invisibilidade da vida cotidiana; de compreender situações particulares; e/ou ainda entender uma organização local para além de suas condições particulares. Pretende, portanto, considerar significações que os acontecimentos tomam para as pessoas de um determinado meio e compreender diferentes níveis de uma mesma organização social.

É, pois, no caminho de compreender as particularidades, apropriações sociais e vivências de lazer nos rios urbanos e suas margens por parte dos moradores de Foz do Iguaçu – no diálogo com a subjetividade e ações desses sujeitos – que a pesquisa trilha. Trajetória essa que aliou, como técnicas de coleta e análise de informações, entrevistas semiestruturadas e observações, articulando esses conhecimentos a uma pesquisa bibliográfica.

O estudo, a partir de referências teóricas, esteve presente durante todas as etapas da pesquisa. Triviños (1987, p.132) pontua que o embasamento teórico de apoio pode contribuir durante todo o processo da pesquisa, no momento da entrevista ou na coleta de informações, ao permitir “esboçar novas linhas de inquirição, vislumbrar outras perspectivas de análise e de interpretação no aprofundamento do conhecimento do problema”.

A pesquisa bibliográfica percorre estudos que pudessem contribuir na análise de temáticas da pesquisa, tais como espaço, território, lazer, apropriações de espaços públicos, urbanização, meio ambiente e rios. Essa pesquisa debruça-se, também, sobre o contexto de Foz do Iguaçu e suas águas, tendo em vista apreender as trajetórias de mudanças na estrutura urbana, temas centrais para compreender o lazer nos rios urbanos da cidade.

Durante a pesquisa, verificou-se que, embora a discussão tivesse como foco o Rio Paraná, essa delimitação muito precisa não seria suficiente para contextualizar o lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu. Além disso, na própria fala dos moradores, surgiu o

questionamento da separação e, também, uma articulação com o Rio Iguaçu, uma vez que esses ambientes fluviais encontram-se e correm em locais de centro urbano de Foz do Iguaçu. Embora o Rio Iguaçu esteja mais afastado da “cidade”, por conta de uma veloz urbanização a que foi submetido o município, houve uma relativização da ideia do “distante da cidade” e da região central.

Em face dessas peculiaridades, embora o Rio Paraná tenha lugar de centralidade nesta investigação, ela também contemplou o Rio Iguaçu na pesquisa de campo, cujas estratégias metodológicas envolveram observações e entrevistas.

2.1 OBSERVAÇÃO

Observar um fenômeno social, segundo Triviños (1987, p.153), é uma busca por “descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos de relações etc.”.

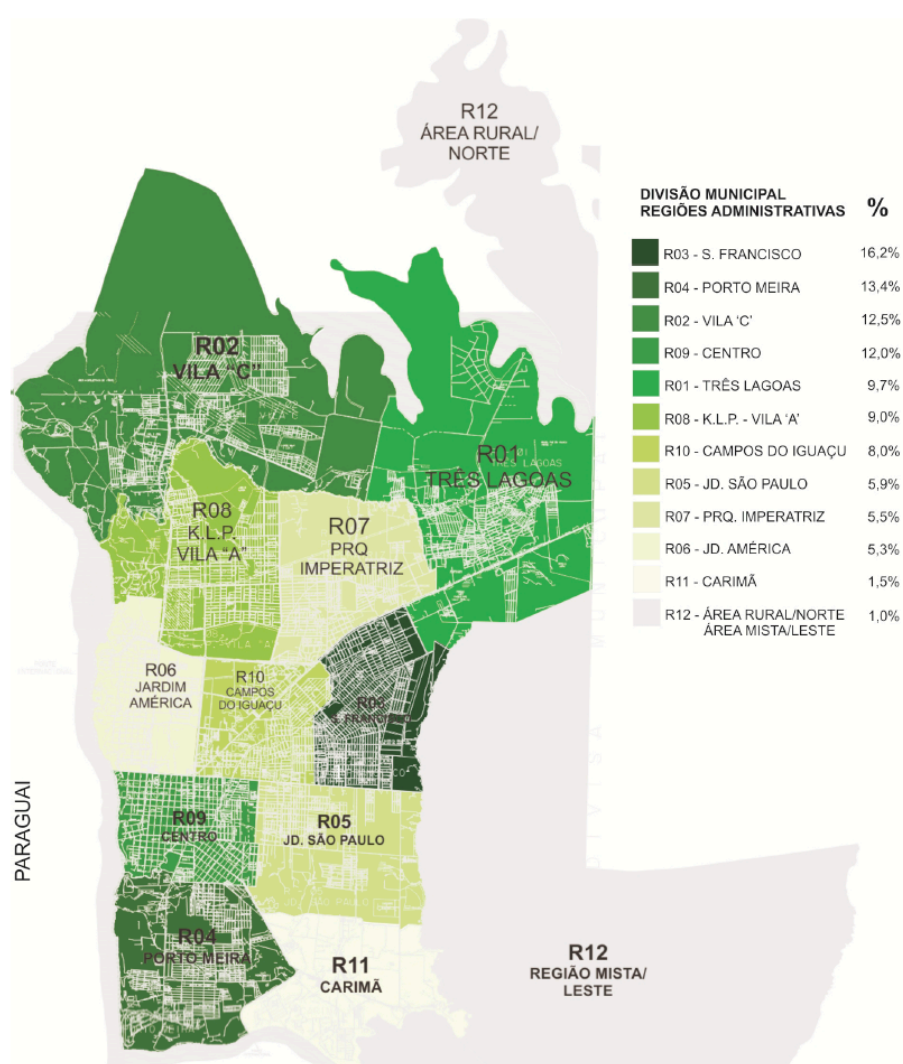
Nos rios urbanos de Foz do Iguaçu, dois espaços foram escolhidos para realizar a observação e também entrevistas: o Marco das Três Fronteiras e a chamada Prainha. Os critérios utilizados para a escolha desses pontos de observação partem do fato de serem espaços do Rio Paraná localizados em perímetro urbano de Foz do Iguaçu e de livre acesso à população, de forma gratuita. Esses locais estão distribuídos em duas regiões periféricas da cidade: norte e sul. A localização em espaços urbanos justifica-se na medida em que a pesquisa busca compreender possíveis relações entre os rios e a cidade/população urbana de Foz do Iguaçu.

A definição desses locais foi subsidiada, sobretudo, pelas primeiras entrevistas. Outro critério para a escolha desses pontos de observação foi a identificação de algumas potencialidades para práticas de lazer, seja por meio de algum tipo de acesso – físico ou visual –, ou ainda práticas interativas no rio ou às suas margens.

Segundo informações sobre o perfil da população em função das regiões e quantitativo populacional, disponibilizadas pela Prefeitura de Foz do Iguaçu (2013), referentes ao ano de

2003, em uma divisão de 12 regiões da cidade, com 284 bairros, os pontos de observação escolhidos para a pesquisa estão entre as cinco regiões mais populosas do município. A Prainha está ao norte da cidade, localizada na região de Três Lagoas, e o Marco das Três Fronteiras, na região sul de Foz do Iguaçu, está situado na região do Porto Meira (FIGURA 1).

Figura 1: Regiões administrativas do município de Foz do Iguaçu



Fonte: PINTO, 2011, p.73.

As visitas foram feitas aos finais de semana, durante as estações primavera/verão ensolaradas em Foz do Iguaçu, no período compreendido entre outubro de 2014 e janeiro de 2015. Na observação, o olhar das ocorrências em campo, associado a conversas formais e informais – além de interação com grupo de moradores –, compuseram as ações nessa estratégia de investigação. A observação seguiu um roteiro específico, guiado pelos objetivos

da pesquisa, estes igualmente balizadores das entrevistas, conforme detalhamento indicado a seguir.

2.2 ENTREVISTA

Como mencionado anteriormente, a construção do roteiro de entrevista teve como base os objetivos da pesquisa, estabelecidos a partir de leituras e questionamentos iniciais com relação ao objeto de estudo. As entrevistas tiveram como finalidade entender as apropriações, vivências e percepções nas relações da população com os rios urbanos de Foz do Iguaçu, no âmbito do lazer. Nesse sentido, conforme Alves-Mazzotti (2001, p.168), é nessa etapa que o investigador procura “compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana”.

Segundo Minayo (2004, p.109-110), o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de informação para o campo das ciências sociais é

[...] a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

No caso deste trabalho, a entrevista foi uma estratégia central para entender também conflitos presentes nas relações da população com os ambientes fluviais. O processo de ouvir os moradores foi realizado de forma paralela à leitura bibliográfica, o que resultou em confrontos de questões, tratadas na análise das entrevistas. Estas foram de caráter semiestruturado, com roteiro de perguntas especificadas, porém aberto aos desvios, uma vez que, neste tipo de diálogo, “o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade” (MAY, 2004, p.148).

Laville e Dionne (1999) chamam atenção para essa opção, que permite maior flexibilidade se comparada à entrevista estruturada. Isso por meio de reformulação, acréscimo

ou mudança de direcionamento de questões não previstas que, no entanto, podem trazer informações significativas. Essa flexibilidade, ainda segundo os autores, permite obter dos entrevistados informações muitas vezes mais ricas, com “uma imagem mais próxima da complexidade das situações, fenômenos ou acontecimentos, imagem cuja generalização será todavia delicada e exigirá cuidado e prudência por parte do pesquisador” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.190).

As entrevistas foram registradas com gravador de voz ou, quando sem gravação, com anotações posteriores. Essa fase foi iniciada com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – assinado por todos os entrevistados que concordaram sobre a gravação das entrevistas –, manteve-se o anonimato dos mesmos, utilizando-se nomes fictícios como identificação. Esses nomes foram criados com base nas profissões, origens, características tais como faixa etária e atividades realizadas, na relação dos entrevistados com o rio.

Inicialmente, identificaram-se moradores da cidade que tivessem vínculo próximo com o rio, seja por engajamento, por práticas de lazer diversas, ou, ainda, por trabalhos desenvolvidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas ao rio e educação ambiental. Também se buscou, nesse princípio, moradores que fossem conhecedores dos meandros dos ambientes fluviais. Outros critérios previamente estabelecidos na escolha de entrevistados foram serem adultos e moradores de Foz do Iguaçu.

Cabe ressaltar o papel de liderança assumido pelos primeiros entrevistados selecionados na pesquisa, uma vez que são pessoas de referências na cidade, ligados ao universo fluvial – seja no âmbito desportivo, científico, cultural ou educacional. Nesse momento, dez pessoas com esse perfil foram entrevistadas. Realizaram-se as entrevistas também com o intento de compreensão sobre as relações entre o processo da urbanização da cidade de Foz do Iguaçu, o rio e o lazer para, assim, contribuir no entendimento da realidade atual. Esse grupo inicial foi o ponto de partida para adentrar-se nas entrevistas.

Com intuito de identificar outros entrevistados que pudessem contribuir com a pesquisa, foi solicitado a algumas lideranças locais que sugerissem outras pessoas. E assim foi feito, utilizando-se da técnica da chamada “bola de neve”, ou *snowball sampling* (WEISS, 1994), com indicações, a partir de pessoas referenciais ou “informantes”, que pudessem levar a outro grupo de pessoas e, assim, ampliar o alcance quantitativo e qualitativo de entrevistados, assim identificados ao longo da pesquisa:

- **Aventureiro** – 38 anos, gestor de ONG ambiental ligada também a esportes de aventura. É iguaçuense, descendente de imigrantes libaneses, que formam grupo com forte presença em Foz do Iguaçu. Morou na Amazônia venezuelana e é praticante de diversos esportes na natureza.

- **Canoísta** – 49 anos, guia turístico e jornalista. Natural de Maceió (AL), chegou a Foz do Iguaçu, via Paraguai, em 1977. Foi pioneiro em trazer os primeiros caiaques oceânicos à cidade. Foi guia turístico, é estudioso autodidata sobre os meandros dos rios e escreve sobre o ambiente fluvial e história da cidade.

- **Escalador** – 46 anos, técnico de som. Natural de Guaíra, município dos mais atingidos por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu, que acarretou o fim das Sete Quedas. É uma das referências de escalada esportiva, na natureza, em Foz do Iguaçu, praticada às margens dos rios.

- **Escaladora** – 33 anos, turismóloga. Natural de Guaíra, chegou a Foz do Iguaçu em 1989. É também uma das referências de escalada esportiva, na natureza, em Foz do Iguaçu.

- **Esportista** – 41 anos, gestor de ONG ambiental. É iguaçuense e ativista ambiental. É uma das referências na prática de esportes de aventura, praticados no meio natural.

- **Flora** – 55 anos, comerciante. É iguaçuense e amante da natureza. Seus pais vieram a Foz do Iguaçu após a vila Alvorada do Iguaçu ser submersa pela construção do Lago de Itaipu. É uma referência no bairro de Três Lagoas, onde se localiza uma Prainha, formada a partir do Lago de Itaipu.

- **Guarani** – 61 anos, guia turístico. É paraguaio, natural de Villa Rica del Espíritu Santo. Morador de Foz do Iguaçu há 55 anos, é referência na cidade por pesquisar de forma autodidata os rios do município e por atuar como educador ambiental.

- **Marinheiro** – 60 anos, aposentado. Chegou a Foz do Iguaçu aos quatro anos de idade. É ex-pescador e trabalhou como contramestre da Marinha. Hoje, mora de frente para o rio, na região do antigo Porto Oficial da cidade.

- **Nascente** – 35 anos, educadora infantil. Natural de Medianeira (PR), é moradora de Foz do Iguaçu há 19 anos. É educadora ambiental e defensora da preservação da nascente do Rio Boicy, afluente do Rio Paraná que passa no Portal da Foz, bairro periférico da cidade, de onde é moradora.

- **Pardal** – 50 anos, pesquisador. É paulista, veio a Foz do Iguaçu ainda criança. Passou a infância perto do rio, onde aprendeu a nadar. Seu pai é um dos moradores pioneiros

da cidade. Realiza pesquisa sobre a composição dos rios de Foz do Iguaçu e organismos neles presentes.

Além dessas entrevistas iniciais, também se realizaram entrevistas com outros residentes de Foz do Iguaçu, em dois locais escolhidos para observação: na chamada Prainha, foram entrevistadas sete pessoas; e mais seis pessoas, entre moradores que estavam no Marco das Três Fronteiras e que moram na região do Porto Meira, onde esse espaço está situado. Esses números não contabilizam outras pessoas entrevistadas no Marco e na Prainha, que não autorizaram a gravação de seus depoimentos. Assim como nas entrevistas iniciais, os entrevistados também foram identificados com nomes fictícios criados a partir de profissões, características como faixa etária e atividades realizadas nos rios e em suas margens. Segue a descrição dos depoentes dos dois locais.

Entrevistados na Prainha:

- **Fronteira** – 25 anos, dona de casa, mãe de dois filhos. Frequente assídua, junto com os filhos, das águas do Lago de Itaipu, na Prainha. Mora em Foz do Iguaçu há oito anos e conta estar sempre em trânsito entre a cidade brasileira e Ciudad del Este, onde mora sua mãe.
- **Pescador jovem** – 18 anos, estudante. Iguaçuense, mora no Paraguai e vive em trânsito entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, cidade paraguaia. É pescador amador no Rio Paraná e nos chacos paraguaios.
- **Pescador adulto** – 57 anos, desempregado. Natural de Salinas (MG), morador de Foz do Iguaçu há 30 anos. É pescador amador há 15 anos. Costuma pescar em diversos pontos do Rio Paraná.
- **Ex-pescador** – 38 anos, pedreiro. Iguaçuense, é um ex-pescador amador. Mora no bairro de Três Lagoas, local onde está a Prainha. Costumava brincar, nadar e brincar no rio na infância, hábito que foi abandonando por conta das transformações no rio.
- **Pescador idoso** – 65 anos, aposentado. Iguaçuense, costuma pescar com os amigos próximo à ponte da Amizade, na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no Paraguai. Também tem o hábito de trazer a família à Prainha para diversão, nos finais de semana.
- **Pescador amador** – 52 anos, aposentado. Iguaçuense, morou desde criança na Vila Paraguaia, bairro próximo ao Rio Paraná, onde costumava pescar e brincar na infância. Hoje continua com a atividade de pesca amadora como lazer.

- **Praieira** – 44 anos, inspetora disciplinar. Natural de São Miguel do Iguaçu, chegou a Foz do Iguaçu aos dois anos. Costuma ir à Prainha nos finais de semana para tomar sol e descansar.

Entrevistados no Marco das Três Fronteiras:

- **A costanera** – 24 anos, auxiliar de serviços gerais. Moradora do Porto Meira, região onde está localizado o Marco das Três Fronteiras. Costuma nadar no rio e frequentar cachoeiras urbanas da cidade.

- **Brasiguai** – 48 anos, fotolítico. Iguaçuense, filho de paraguaio, que trabalhava na exploração de madeira, no Rio Paraná. Morador do Porto Meira, tinha como principal lazer, quando criança, pescar e brincar no rio.

- **Caiaque** – 36 anos, fotolítico. Nascido em Foz do Iguaçu, morador do Porto Meira, costuma pescar nos rios Paraná e Iguaçu. Também está começando a criar o hábito de andar de caiaque nos rios.

- **O beira-rio** – 26 anos, auxiliar de produção. Morador do Porto Meira. Tem o hábito de pescar e nadar no rio. Também tem como lazer praticar a canoagem nos rios de Foz do Iguaçu.

- **Moradora** – 40 anos, dona de casa. Moradora de Foz do Iguaçu há 14 anos, reside na região de Três Lagoas. Mãe de dois filhos, costuma ir com eles a locais que possuam infraestrutura, como parques e clubes privados.

- **Pescador profissional** – 73 anos, pescador profissional. Natural de São Paulo, chegou a Foz do Iguaçu, em 1978, para trabalhar como ajudante geral, nas obras da hidrelétrica de Itaipu. Mora dentro do Marco das Três Fronteiras, onde pesca no Rio Paraná. Há 33 anos trabalha como pescador profissional.

No total, portanto, foram entrevistadas 23 pessoas de idades entre 18 e 73 anos, sendo 16 homens e 7 mulheres. Esse número corresponde aos depoentes que tiveram as entrevistas registradas em gravador de voz. A análise das informações coletadas por meio das observações e entrevistas seguiu os delineamentos indicados no próximo tópico deste trabalho.

2.3 ANÁLISE

A análise das informações foi realizada com base em interpretações e leituras bibliográficas, tendo como referência as perguntas que guiaram os objetivos da pesquisa. Outro caminho nessa fase foi a tentativa de definir categorias temáticas e de relações entre as informações coletadas. Esta segunda ação, segundo Carvalho (2007), passa por identificar pontos de divergência e convergência, tendências e regularidades. Esse processo analítico utilizou-se da ferramenta de saturação da amostra resultante da etapa das entrevistas.

A análise foi realizada em concomitância com a coleta de informações e leitura bibliográfica, processo este que . Como destaca Triviños (1987), a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida de etapas. A coleta e análise das informações, por exemplo, “são fases que se retroalimentam, em interação dinâmica” (TRIVIÑOS, 1987, p.137).

No trabalho de análise, foi preciso estar atento ao que Minayo (2004) sinaliza como três grandes obstáculos. O primeiro é a “ilusão” do pesquisador de enxergar as conclusões da realidade como “transparentes”, ou seja, achar que a realidade apresenta-se de forma nítida. O segundo é o fato de o pesquisador deter-se aos métodos e técnicas, esquecendo-se do essencial, que são os significados das informações coletadas. E, por fim, outra dificuldade é a conexão entre teorias e conceitos abstratos com os dados recolhidos em campo.

A análise das informações da presente pesquisa teve um cunho interpretativo, a partir da codificação que, para Gibbs (2009, p.60), é “uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele”. A escolha de categorias de análise foi feita com base principalmente nas perguntas da pesquisa.

Bogdan e Biklen (1994) atentam para os passos da análise por meio de codificação, que percorrem à procura de regularidades e padrões, tópicos presentes nos dados e, em seguida, escrita de palavras e frases – categorias de codificação –, que representam estes mesmos tópicos e padrões:

A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão do que vai ser transmitido aos outros. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.205)

Durante o processo de pesquisa, também foi preciso estar atento ao que Alvez-Mazzotti (2001, p.173) chama de “análise de casos negativos”, que se afastam do padrão, mas que

podem trazer esclarecimentos importantes e contribuir no aprofundamento das explicações e interpretações.

A análise aconteceu de forma paralela e sucessiva a levantamento bibliográfico sobre as temáticas envolvidas na pesquisa e um estudo mais aprofundado sobre Foz do Iguaçu, sua trajetória histórica, econômica, social, cultural e, claro, o devir da cidade conectado com as águas, como será abordado no próximo capítulo, *Foz do Iguaçu – O contexto da cidade e suas águas*.

3 FOZ DO IGUAÇU – O CONTEXTO DA CIDADE E SUAS ÁGUAS

Adeus, Sete Quedas

(Carlos Drummond de Andrade)

Sete quedas por mim passaram,
e todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
a memória dos índios, pulverizada,
já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
aos apagados fogos
de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se
os sete fantasmas das águas assassinadas
por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes
da natureza imaginosa, fértil
em teatrais encenações de sonhos
aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
corporizado em cachões e bulcões de aéreo contorno
mostrava-se, despia-se, doava-se
em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
de remotos egípcios e assírios
em vão ousaria criar tal monumento.

E desfaz-se
por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas
de líquido perfil
dissolvem-se entre cálculos computadorizados
de um país que vai deixando de ser humano
para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa,
da agitação faz-se um silêncio
empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
que luz e força tarifadas geram
à custa de outro bem que não tem preço
nem resgate, empobrecendo a vida
na feroz ilusão de enriquecê-la.
Sete boiadas de água, sete touros brancos,
de bilhões de touros brancos integrados,
afundam-se em lagoa, e no vazio
que forma alguma ocupará, que resta
senão da natureza a dor sem gesto,
a calada censura
e a maldição que o tempo irá trazendo?

Vinde povos estranhos, vinde irmãos
brasileiros de todos os semblantes,
vinde ver e guardar
não mais a obra de arte natural

hoje cartão-postal a cores, melancólico,
 mas seu espectro ainda rorejante
 de irisadas pérolas de espuma e raiva,
 passando, circunvoando,
 entre pontes pênseis destruídas
 e o inútil pranto das coisas,
 sem acordar nenhum remorso,
 nenhuma culpa ardente e confessada.
 (“Assumimos a responsabilidade!
 Estamos construindo o Brasil grande!”)
 E patati patati patatá...

Sete quedas por nós passaram,
 e não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
 e todas sete foram mortas,
 e todas sete somem no ar,
 sete fantasmas, sete crimes
 dos vivos golpeando a vida
 que nunca mais renascerá.

O doce e o amargo
(João Ricardo/P. Mendonça)
Secos & Molhados)

O sol que veste o dia
 O dia de vermelho
 O homem de preguiça
 O verde de poeira
 Seca os rios, os sonhos
 Seca o corpo a sede na indolência
 Beber o suco de muitas frutas
 O doce e o amargo
 Indistintamente
 Beber o possível
 Sugar o seio
 Da impossibilidade
 Até que brote o sangue
 Até que surja a alma
 Dessa terra morta
 Desse povo triste.

Para compreender a relação entre os rios, ou melhor, os cursos d’água na malha urbana e os moradores de Foz do Iguaçu na interface com o lazer, é preciso situar a cidade por meio de um contexto histórico, geográfico, cultural e urbanístico. Ciente do risco de cair em generalidades que traria um quadro “pacífico” e homogêneo de atores e construções sociais sobre a cidade, o intuito, neste momento, é entrar no debate sobre conflitos, potencialidades e problemáticas imersos nessas distintas – e imbricadas – esferas. Assim, busca-se contribuir na compreensão da rede complexa de olhares e memórias sobre Foz do Iguaçu, presente dentro de campo de disputas. Em outras palavras, a procura é por também entender os jogos de interesses, com força de silenciamentos, de construções hegemônicas ou, ainda, de

contrarracionalidades: algo fundamental para dar voz a invisibilidades, abrir brechas e incentivar lutas pelos direitos sociais, criando movimentos contra-hegemônicos nos campos territorial, político, econômico e simbólico (SANTOS, 1996).

Nesse sentido, em um plano “macro” – porém com reflexos locais – em mais um jogo, desta vez global-local, é importante compreender nas disputas as hegemonias, correlações de forças desiguais e invisibilidades. Nesses embates, a não existência foi pensada por Souza de Santos (2002, p.248) a partir das lógicas de monocultura do saber (ciência moderna e da alta cultura); monocultura do tempo linear (progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização); classificação social (distribuição de populações por categorias que naturalizam hierarquias); escala dominante e, por fim, lógica produtivista, na qual o “crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável”.

No universo de Foz do Iguaçu, as águas assumem papel central em disputas sociais, políticas, econômicas e culturais – esferas perpassadas pelo lazer, com suas particularidades. A centralidade fluvial pode começar a ser discutida a partir da ideia dessa cidade como espaço “fluido”, o que é corroborado no próprio nome Iguaçu, que na língua guarani significa “água grande”. O som das águas já chamava atenção dos indígenas tupis que habitavam a região. Conta a lenda que um cacique, ao escutar o murmúrio do Rio Paraná, em uma ilha localizada em Foz do Iguaçu, deu-lhe o nome de Itaipu, que em guarani significa “pedra que canta”. Segundo a mitologia de antigos guaranis, o Rio Paraná – que significa parecido com o mar – é o lugar onde a música nasceu (M. RIBEIRO, 2002).

Localizada no extremo oeste paranaense (FIGURA 2), Foz do Iguaçu, portanto, remete a um local de imenso corpo hídrico, cujos principais braços, os rios Iguaçu e Paraná, cortam a cidade e fazem divisa com Argentina (Puerto Iguazú) e Paraguai (Ciudad del Este), respectivamente (FIGURA 3). Conectadas por ambientes fluviais, esse conjunto de cidades forma a chamada Tríplice Fronteira, região que, segundo Oliveira (2012, p.37),

[...] corresponde a sistemas inter e transnacionais permeáveis, cuja plasticidade social se faz nas relações entre pessoas e culturas em constantes e descontínuas deslocamentos no interior e no cruzamento de três estados nacionais demarcados por fronteiras voláteis, difusas e intrigantes, literalmente líquidas e fluidas...

A autora chama atenção, nesse trecho, a uma dimensão das singularidades e complexidades que gravitam em torno de um município, conhecido por abrigar gente vinda de diversos cantos do Brasil, e ser local de fluxo de passagem de brasileiros, argentinos,

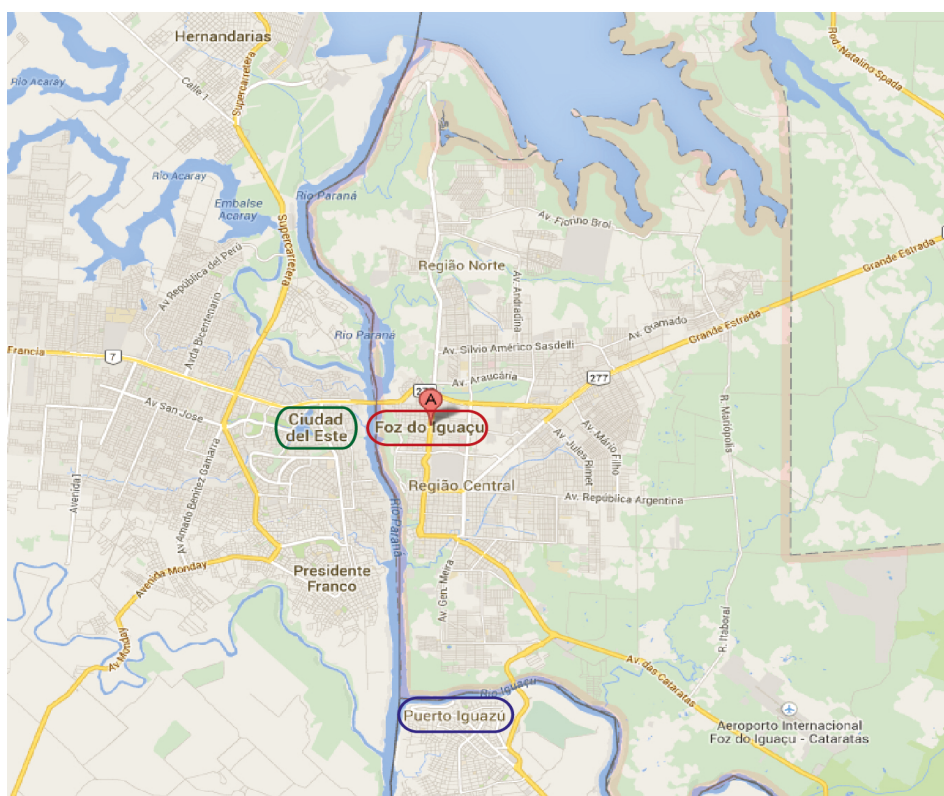
paraguaios, chineses, árabes, dentre outras nacionalidades. Por outro lado, é uma cidade onde essas pessoas de múltiplas origens cri(ar)am raízes, formando um amálgama traduzido nas diferentes culturas, línguas, bem como distintos costumes e sonhos. Um cenário que, portanto, gera uma diversidade de relações e identidades entre o morador e a cidade de Foz do Iguaçu.

Figura 2: Mapa do Paraná e localização de Foz do Iguaçu



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) – com adaptação

Figura 3: Localização de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina)



Fonte: Google Maps (<https://www.google.com.br/maps>) – com adaptação.

No contexto de cruzamento de estados nacionais, a presença de população em áreas de três fronteiras na América Latina é decorrente, segundo Rabossi (2011), da própria existência de limites internacionais. Essa demarcação acarreta a fundação de cidades, geralmente, dentro de um contexto mais amplo de ocupações e conexões. No caso da Tríplice Fronteira, por trás de sua caracterização como uma unidade urbana singular, está, principalmente, o movimento da Ponte da Amizade – e as atividades que esse espaço supõe, marcadas pelo comércio e, muitas vezes, também como aponta Rabossi (2011), por atividades ilícitas. Essa citada ponte é o elo terrestre entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este e foi construída sobre o Rio Paraná.

Foto 1: Ponte da Amizade construída sobre o Rio Paraná



Fonte: Agência Estadual de Notícias (AEN)

As águas superficiais são mostras visíveis da dimensão do corpo hídrico desse espaço, que também possui importante recurso hídrico em águas subterrâneas transfronteiriças: o Sistema Aquífero Guarani. Ele situa-se na porção centro-leste da América do Sul e possui área estimada em 1.087.879 km² (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2009). O Aquífero abarca porções do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai (FIGURA 3). Essas águas submersas são reservas estratégicas no contexto político do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Na Tríplice Fronteira, o Sistema Aquífero Guarani, segundo Béliveau¹ (2011), está no centro da construção imaginária da riqueza da região.

¹ A autora traz essa ideia a partir de entrevistas com políticos, funcionários e líderes sociais e religiosos em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, trabalho que resultou no artigo intitulado *Representações da integração e seus obstáculos: a fronteira do ponto de vista da política*.

Em discussões e planos sobre essa riqueza submersa, em instâncias políticas regionais do Cone Sul, emergiu um conjunto de experiências de cooperação para as águas, que, no entanto, houve tímida participação de agentes sociais locais (RIBEIRO; VILLAR; SANT'ANNA, 2013). O Sistema Aquífero Guarani é uma fonte potencial de conflito entre os países, caso não haja entendimento e regras de cooperação entre as nações que a abrigam.

As regiões fronteiriças, em sua maioria, estão isoladas dos centros nacionais de seus respectivos países e, também, dos centros dos países vizinhos, com ausência e/ou precariedade de rede transporte e de comunicação, resultado de um peso político e econômico menor em relação aos centros nacionais. A cooperação entre vizinhos nestas áreas de fronteira tem sido feita informalmente, já que as instituições locais têm dificuldade de instrumentalizá-la (RIBEIRO; VILLAR; SANT'ANNA, 2013, p.95).

Como se tratam de águas transfronteiriças, os entendimentos mútuos ganham complicadores e exigem capacidade política de diálogo e de cooperação multilateral, que sublinhe os interesses comuns e possa trabalhar as assimetrias da região. Os desafios para a cooperação pelo uso da água na América do Sul são enormes e passam primeiramente pela discussão interna de cada país para, só assim, estabelecer negociações envolvendo os países vizinhos (RIBEIRO; VILLAR; SANT'ANNA, 2013).

Figura 4: Localização do Aquífero Guarani



Fonte: Folha de São Paulo, 2014

Essa relação de vizinhança fronteiriça tensionada percorre a trajetória histórica na Tríplice Fronteira, a exemplo do uso compartilhado das águas para construções de hidrelétricas. No caso de Itaipu Binacional, as raízes dessa obra remontam a uma disputa territorial do Rio Paraná há dois séculos, quando não havia definição das demarcações oficiais de fronteiras, incluindo nesse bojo as águas pertencentes ao Brasil e Paraguai. Sucessivas negociações diplomáticas e conflitos sucederam-se até confluírem a alguns acordos. A hidrelétrica surge, por um lado, em cenário de embate político; por outro, emerge como estratégia para estreitar a relação entre Brasil e Paraguai. E ainda, como aponta M. Ribeiro (2006), com objetivo de ampliar a influência do Brasil sobre o Paraguai, em uma disputa de hegemonia geopolítica de poder sobre a região, que envolvia ainda a Argentina. País este que, com a presença de Itaipu, perdia força de aliança junto ao governo paraguaio.

Para os argentinos, Itaipu, além de prejudicar os interesses com relação às águas do Rio Iguaçu, poderia prejudicar o aproveitamento da represa de Corpus (projeto argentino-paraguaio); afetar a navegação do Rio Paraná; e no caso de acidente arrasar cidades principalmente Buenos Aires. (M. RIBEIRO, 2006, p.49)

A chamada Ata de Iguaçu – passo diplomático inicial para construção da hidrelétrica – teria selado o comum acordo entre governos brasileiro e paraguaio, para estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular, dos recursos hídricos pertencentes aos dois países. E ainda estabeleceria que a energia eventualmente produzida pelo Rio Paraná, desde o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu, seria dividida igualmente entre as duas nações. As negociações avançam para o Tratado de Itaipu, assinado em 1973. Desse acordo, por fim, surge Itaipu Binacional, empresa que seria responsável pela obra da hidrelétrica, realizada entre 1974 e 1991 (SÓRIA, 2012). Assim conta a história oficial da construção da hidrelétrica, com certo tom “pacificador” dos dois países.

É preciso lembrar, no entanto, o contexto da criação da usina, cuja construção passa pelos governos ditatoriais de Emílio Médici, do lado brasileiro, e Alfredo Stroessner, que impôs ao Paraguai 35 anos (1954-1989) de regime ditatorial, o mais longo da América Latina. No Brasil, era um momento de realização de obras com grande porte – como rodovias, pontes, barragens, usinas termelétricas, hidrelétricas e nucleares –, no chamado período do “milagre econômico”, que tinha como um dos objetivos centrais implantar uma forte indústria de bens de capital (M. RIBEIRO, 2006). Era o momento, portanto, de imponências e tentativas de

criar um ambiente de nacionalismo exacerbado, um dos artifícios para formar base de sustentação de governos repressores.

Itaipu Binacional, pois, nasce dessa visão de megaconstruções e trajetória coercitiva de dois países, que passam a compartilhar suas águas. Essa partilha ainda hoje é geradora de impasses nos campos de disputa binacional. Nesse contexto, é emblemático um caso ocorrido em 2009, quando houve um pedido de aumento da tarifa paga pelo Brasil ao Paraguai na utilização de energia da usina de Itaipu. Justamente nesse momento, o então presidente paraguaio, Fernando Lugo, também declarou a intenção do fim da exclusividade de fornecimento de energia ao Brasil².

Foto 2: Hidrelétrica de Itaipu em funcionamento



Fonte: Cataratas do Iguaçu S/A

Conflitos envolvendo as águas na fronteira emergiram, ainda, em outros momentos da trajetória da região trinacional, a exemplo do uso dos rios para navegação, com travessias de pessoas e mercadorias. Foz do Iguaçu é uma cidade interiorana cujas unidades de referências para identificá-la remetiam à noção de vazio demográfico e área isolada. Para Freitag (2007), embora esse local fosse apresentado no início do século XX como território vazio e inóspito,

² Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, Itaipu fornece cerca de 17% da energia consumida no Brasil e 75% do consumo paraguaio. Cada país tem direito a 50% da energia total gerada. O Paraguai, no entanto, usa cerca de 5% desse montante, sendo o restante vendido ao Brasil, conforme tratado assinado pelos dois países. As reivindicações do governo paraguaio incidem sobre esses pontos, questionando tanto o valor como o direito exclusivo do Brasil de obter esse excedente (ITAIPU, 2015).

já tinha a presença de estrangeiros e migrantes, que se mantinham com o trabalho e a produção nas chamadas obrages. Elas eram, segundo Wachowicz (1987), propriedades ou tipo de exploração de regiões de matas subtropicais, que realizavam extração da erva-mate e da madeira, em território argentino e paraguaio. Esses produtos eram retirados das matas com destino ao Rio Paraná, onde eram embarcados nos vapores de bandeira Argentina, que seguiam para portos deste país. Esses empreendimentos estiveram presentes desde as últimas décadas do século XIX até a década de 50 do século XX.

Na região da Tríplice Fronteira, nesse tipo de economia, baseada na exploração de produtos nativos, era comum as empresas de obrages contratarem, em uma relação de servidão, os chamados *mensus*³, na sua maioria trabalhadores paraguaios – os chamados guaranis modernos –, que ofereciam seu trabalho braçal (GREGORY, 2002).

Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema no território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense. (WACHOWICZ, 1987, p.44)

No período dominado por exploração de modo depredatório de matas e ervais com os obrageros, houve concessão de terras em áreas nacionais despovoadas. Westphalen (1987, p.6) explica que

Todavia, é sabido que muitas dessas iniciativas foram unicamente favorecedoras de empresas estrangeiras atuantes na região e que a maioria delas, na verdade, pouco ou nada contribuiu para a sua colonização.

A partir dessa descrição, percebe-se que, desde o início da ocupação, Foz do Iguaçu foi e continua sendo um espaço com identidade mesclada. Inicialmente, com povo de raiz indígena, e ocupação posterior sobretudo por argentinos e paraguaios, que penetraram no território brasileiro. Essa seria uma das razões que teria levado Foz do Iguaçu, a partir de 1889, à condição de uma colônia militar – identificado por Wachowicz (1987) como os primeiros passos concretos do governo brasileiro para ocupação dessa região. Ainda segundo

³ *Mensu* é uma palavra de origem espanhola que significa mensalista, aquele que recebe por mês. Segundo Wachowicz (1987), o *mensu* dificilmente conseguia pagar o que recebeu e vivia praticamente em um sistema de servidão.

esse autor, em um levantamento da população que habitava as margens do Rio Paraná, quando os militares fundaram a colônia de Foz do Iguaçu, constatou-se a existência de 324 indivíduos, assim discriminados: 212 paraguaios, 95 argentinos, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês e apenas 9 brasileiros.

O início do processo de ocupação mais efetiva na região teria acontecido a partir da década de 1940, quando milhares de colonos passaram a fixar-se no oeste paranaense, engajados nas frentes de colonização que irão ocupar definitivamente essa porção. Segundo Wachowicz (1987), a primeira frente é oriunda dos Campos de Gurarapuava, das antigas colônias de imigrantes europeus localizados no terceiro planalto paranaense de Laranjeiras do Sul (PR). A segunda frente é a sulista, composta por colonos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de italianos, alemães e poloneses, que se deslocam para o oeste paranaense devido ao excesso de mão de obra agrícola nesses estados. O grande fluxo dessa corrente colonizadora acontece nas décadas de 1950 a 1970. A terceira frente, por sua vez, é oriunda do Norte do Paraná, originada e estimulada pela economia cafeeira. São colonos de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e de estados do Nordeste, mas com elevada participação de populações já nascidas no norte do Paraná.

No período de 1970 a 1990, Foz do Iguaçu continuou sendo local de grande fluxo migratório. Apenas no nível intraestadual, somou, nesse período, quase 35 mil imigrantes, diminuindo o ritmo a partir da segunda metade da década de 1990 até o ano de 2000 (RIPPEL, 2005).

Tabela 1: Percentual da população do município de Foz do Iguaçu por origem de nascimento, no período de 1930-1975

Origem	PR	RS	SC	SP	MG	ES	NE	Outros
Porcentagem	49,8	18,1	14,2	4,3	2,7	0,5	3,6	6,8

Fonte: WACHOWICZ, 1987, p.188

A mistura de novos moradores, de culturas diversas, também é decorrente da vinda de outros estrangeiros. Nas décadas de 1940 e 1950, acontece a chegada de árabes de origem sírio-libanesa – conhecidos como “turcos” –, mascates e comerciantes ambulantes. Um número maior veio após a construção da ponte da Amizade, em 1960, interessada em vender produtos no Paraguai (ARRUDA, 2007). Também com esse mesmo intuito, na década de

1970, os chineses chegaram a Foz do Iguaçu e a Ciudad del Este. Segundo dados da Polícia Federal⁴, em 2012, Foz do Iguaçu possuía o registro de quase 12 mil estrangeiros de mais de 60 nacionalidades. A maioria é proveniente do Paraguai, Líbano, China e Argentina.

No período das vindas mais remotas, segundo Wachowicz (1987), desde a chegada dos primeiros exploradores às barrancas do Rio Paraná, em fins do século XIX, o controle do comércio de toda a região estava nas mãos das casas comerciais argentinas. O comércio do lado brasileiro teria sido apenas uma simples extensão dessa atividade desenvolvida pelos argentinos na região fronteira. Nas décadas seguintes da fundação de Foz do Iguaçu, ocorrida em 1914, a cidade praticamente não tinha conexões com o resto do Brasil, sendo o Rio Paraná o principal elo de ligação, fato que reforçava a noção de local inóspito citado anteriormente. Nos primeiros anos do século XX, vários portos foram instalados nas margens brasileira do Rio Paraná, da foz do Rio Iguaçu até o município de Guaíra, de onde chegavam produtos básicos para a população.

Nas primeiras décadas após sua fundação, Foz do Iguaçu estava como de costas para o restante do Brasil. A não ser a péssima picada para Guarapuava, toda comunicação estava voltada ao Rio Paraná e conseqüentemente para a Prata. Para o norte, os saltos das Sete Quedas impediam a navegação com o estado de São Paulo. Para Curitiba, existia apenas uma difícil comunicação via Guarapuava, que em tempos de chuva era intransitável. Foz do Iguaçu comunicava-se como mundo a jusante, pelo Rio Paraná (WACHOWICZ, 1987, p.28).

Trazer algumas das histórias contadas por Wachowicz – talvez até de forma extensa – tem o propósito de contextualizar o uso dos rios como espaços por onde transitavam atividades comerciais e de comunicação e, também, situar os esforços pioneiros do autor para contar a história da região oeste do Paraná, onde Foz do Iguaçu está inserida. Uma leitura crítica de Souza (2009), por outro lado, contribui para descortinar um véu sobre essa construção discursiva referencial – a começar pelo lugar da fala do memorialista. No livro *Obrageros, mensus e colonos*, escrito por Wachowicz (1987), está a fonte dessas informações sobre a história do oeste paranaense. A publicação foi um dos resultados das propostas do subprojeto *Histórias da Área de Itaipu*, que, como o próprio nome indica, teve o objetivo de construir uma memória das áreas atingidas por conta da construção dessa Usina Binacional.

Em alguma medida, tratava-se, também, de transformar a cidade em passado da própria Itaipu. Para tanto, esse passado de Foz do Iguaçu tomou a forma de

⁴ Informação obtida pela Rádio CBN de Foz do Iguaçu (2013).

explicação originária para a futura construção da usina. As descrições produzidas por Wachowicz, na citada obra, terminaram por considerar que, até meados dos anos de 1940, as transformações econômicas que elevariam Foz do Iguaçu ao desenvolvimento ainda estavam por vir. Assim, Foz se tornava, então, o ambiente natural e propício para a chegada do desenvolvimento, para a construção da Itaipu (SOUZA, 2009, p.41).

Outras análises de Souza (2009) lançam luzes sobre a história de Foz do Iguaçu com uma veia mais problematizadora e desvelam que a narrativa construída por esse memorialista, muito usada como base para se contar a trajetória da cidade, subjaz intencionalidades que refletem até hoje nas marcas desse município paranaense. Como “ponto originário”, a narrativa de Wachowicz definiu Foz do Iguaçu como produto natural de sua localização – constituída na consolidação de um limite político e social entre os territórios da Tríplice Fronteira. Ele assim o faz ao pontuar a colônia militar como núcleo fundador da cidade – instalada na margem direita do Rio Paraná, quando este se encontra com o Rio Iguaçu, ambos constituindo fronteiras naturais entre o Brasil e os vizinhos Paraguai e Argentina, respectivamente. Para esse memorialista, portanto,

[...] a fundação da Colônia Militar e, deste modo, o processo de formação da cidade, foi um passo na direção de incorporar e envolver a região do extremo oeste nas malhas do desenvolvimento econômico brasileiro. Talvez, por estar convicto de que Foz do Iguaçu tivesse esse papel, aquele autor tenha produzido uma história da cidade como a história de sua função (SOUZA, 2009, p.32).

Esse papel de Foz do Iguaçu estaria pautado não somente na proteção militar na fronteira, como também na “civilização” do oeste paranaense e integração dessa região ao Brasil. Isso aconteceria a partir de povoamento de colonos brasileiros dispostos a desenvolver a base agrícola da então colônia. Assim, esse núcleo populacional alteraria os costumes exploratórios da erva-mate e da madeira na mão de estrangeiros – problema colocado como exclusivo em Foz do Iguaçu.

Esta interpretação, que associou à fronteira e àqueles que nela viviam o traço da ilegalidade, foi muito utilizada, por outros estudos, nas explicações históricas e sociológicas sobre as características da cidade de Foz do Iguaçu e, por isso também, contribuiu para construir um mito de que a ilegalidade é uma característica intrínseca à vida na fronteira. (SOUZA, 2009, p.35)

Wachowicz (1987) salienta que as atividades ilegais aconteciam em função da posição de abandono e isolamento da colônia militar. Essa colonização no oeste do Paraná ocorreria,

portanto, devido à posição de Foz do Iguaçu à margem da economia e da sociedade brasileira, uma vez que a ocupação do espaço, no caso do Brasil, restringiu-se durante séculos a uma pequena faixa do litoral, com raras incursões para o interior. Gregory (2002) aponta que a área mais interiorana apenas recebia atenção quando a integração territorial sofria ameaças, a exemplo do oeste do Paraná, cujas constituição e articulação regional trouxeram diversas tensões de disputas na região platina.

Esse isolamento de Foz do Iguaçu ganhou novos contornos com influência da política nacionalista de Getúlio Vargas e da criação do Território do Iguaçu, em 1943, contribuindo para a nacionalização da região (RIPPEL, 2005). Para Colodel (2008), acontecimentos alheios à região do oeste do Paraná foram decisivos para a desarticulação das relações econômicas e de poder impostos pelos obrageros. As mudanças foram influenciadas pela passagem, pelo oeste paranaense – inclusive Foz do Iguaçu –, das tropas revolucionárias do Movimento Tenentista de 1924, que teve como um dos líderes Luís Carlos Prestes.

A Revolução de 1930 encontrou o Oeste paranaense ainda despovoado e dominado por interesses dos obrageros. Acontece que, entre os líderes da revolução de Vargas, havia inúmeros militares que palmilharam esta Região, durante os episódios de 1924-25. Viram de perto o que estava acontecendo e se indignaram. Afinal de contas, a quem pertencia a chamada *fronteira guarani*? Ao Brasil ou aos capitalistas platinos? Em pouco tempo essa indignação deu origem a medidas de natureza prática, com o objetivo de nacionalizar o Oeste do Paraná (COLODEL, 2008, p.64).

O oeste do Paraná foi a última região geográfica do estado a ser colonizada, e seu processo de ocupação foi marcado pela chamada “Marcha para o oeste”, deflagrada no início da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, como um programa de nacionalização da fronteira. Esse *slogan* aponta para um contexto de sertões desabitados na região, em contraste com o litoral brasileiro, com ocupação mais avançada. A ausência de infraestrutura e comunicação na região teria sido decisiva para manter o local com baixa densidade populacional e mais isolado.

Essa citada Marcha e a crise do sistema das obrages teriam sido os fatores determinantes para mudanças na fronteira e surgimento da cidade de Foz do Iguaçu, na visão de Wachowicz (1987). O memorialista aponta que a circulação por meio do contrabando era prática econômica atrasada e ilegal e, portanto, inadequadas para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Souza (2009), em contraponto, indica que faltou um olhar desse autor sobre a história

daqueles que viviam e trabalhavam na região, antes que ela se tornasse objeto de intervenção do Estado.

Por fim, Wachowicz também apontou que, no contexto de 1930, jornais começaram a noticiar projetos e propostas de desenvolvimento para cidade, que se distanciassem do comércio ilegal do mate e da madeira, e tivessem aproximação com o turismo – que seria uma nova base econômica para a cidade, sobretudo por meio do desfrute das belezas das Cataratas do Iguaçu⁵. O memorialista, nesse sentido,

Passou a tomar o turismo como grande possibilidade de desenvolvimento integrado da cidade de Foz do Iguaçu com o restante do país. O turismo foi apresentado como uma atividade econômica potencial, própria do lugar. Ao longo de suas argumentações, buscou produzir uma história do turismo na região, desde suas origens. (SOUZA, 2009, p.39)

Essa trajetória discursiva que constrói a cidade de Foz do Iguaçu como a “terra do turismo” será retomada mais adiante. Por ora, o foco da pesquisa incide sobre o Rio Paraná. É a partir dele que nasce Itaipu Binacional, colocada no percurso do município como grande impulsionadora de transformações dos espaços da cidade.

3.1 RIO PARANÁ, ITAIPU E TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Apelidado de “Paranazão”, o Rio Paraná desfila 4.800 km e é o principal formador da Bacia do Prata, uma das mais importantes bacias transfronteiriças da América do Sul. Ela possui área que abrange cinco países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. É a segunda maior bacia da América do Sul em área – a primeira é a Amazônica – e a quinta do mundo. Segundo Tucci (2006), a Bacia do Prata possui conservação de diferentes biomas e sistemas hídricos, e ainda diversidade de usos da água, sendo os principais:

⁵ As Cataratas são formadas pelas quedas do Rio Iguaçu. Dezoito quilômetros antes de juntar-se ao Rio Paraná, o Iguaçu vence um desnível do terreno e se precipita em quedas de até 80 metros de altura, alcançando uma largura de 2.780 metros. São, no total, 275 quedas d’água, que compõem o Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu (PR), e Parque Nacional Iguazú, localizado na cidade de Puerto Iguazú, que está na província de Misiones, na Argentina (CATARATAS DO IGUAÇU, 2015).

irrigação, abastecimento de água doméstico e industrial, navegação, geração de energia (hidrelétrica) e recreação.

O Rio Paraná compõe o corpo hídrico que dá forma e curvas naturais à Tríplice Fronteira. Esse braço fluvial, como dito anteriormente, tornou-se um elo entre Foz do Iguaçu e a cidade paraguaia Ciudad del Este e foi cercado pelo espaço urbano desse município paranaense. Os afluentes do Paranazão – a exemplo do Arroio Monjolo, Almada e Boicy – hoje estão escondidos e sofreram processo de degradação ao longo de uma trajetória de urbanização, que pouco se importou com a vida que fluía nesses espaços. Sufocados por um hotel, asfaltos, um supermercado, uma loja de material escolar, escondidos em matas de um quartel, próximo a presídios ou sob casas, em meio a entulhos e resíduos, esses afluentes que alimentam o Rio Paraná dão breves sinais de respiro.

A fluidez do Paranazão também sofre consequências desse processo. Esse braço fluvial, no entanto, ainda mostra sua imponência, tal qual a Ponte Internacional da Amizade, construída sobre ele, em 1965, para ser o enlace terrestre entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. As relações comerciais e vínculos terrestres entre Brasil e Paraguai tornaram-se mais estreitos a partir, também, da pavimentação da BR-277, que liga o Porto Paranaguá, em Curitiba, à Ponte da Amizade, fato ocorrido em 1969.

No contexto urbano, o Rio Paraná e seus afluentes fluem, portanto, em um universo tensionado na relação sociedade-natureza. Uma marca indelével nesse rio foi a construção da hidrelétrica de Itaipu, que acarretou o desaparecimento do cenário natural das Sete Quedas⁶, localizadas no município paranaense de Guaíra. Por conta da hidrelétrica, foi preciso mudar a estrutura natural do Rio Paraná e construir um reservatório que ocupou 1.350 km², submergindo uma área total de 780 km², do lado brasileiro, e 570 km², no Paraguai. Como consequência direta, no solo do Brasil, oito municípios do oeste do Paraná⁷ foram atingidos, entre eles Foz do Iguaçu. A porção submersa nessa cidade representou 49.538 ha, onde havia população de 5.609 pessoas.

O espaço total comprometido com a represa de Itaipu, formação do lago e reflorestamento marginal abrangia uma área onde a população estimada era de 42.444 pessoas,

⁶ As Sete Quedas eram formadas por um conjunto de 19 cachoeiras e 90 saltos, em um desnível de 100 metros. O desaparecimento dessa paisagem não teve um tom pacífico e foi marcado por movimentos como o “Adeus Sete Quedas”, que reuniu músicos, escritores e outros artistas, além de pessoas ligadas ao movimento ecológico, contra esse desastre natural, causando danos ambientais irreversíveis.

⁷ Além de Foz do Iguaçu, outros municípios atingidos pela construção de represa de Itaipu foram Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu.

sendo 38.445 habitantes da zona rural e 49,93% de pessoas ocupadas, ou seja, que exerciam algum tipo de trabalho (GERMANI, 2003). Contingente que, em grande parte, foi expulso de forma compulsória de suas terras, no período de 1978 a 1982.

No caso de Foz do Iguaçu, eram pessoas que chegaram a partir do fluxo migratório principalmente do Sul do país, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também de outros estados do Nordeste e Minas Gerais, como citado anteriormente. Como destino, segundo Zaar (2001), o grupo de expropriados foi em busca de terras em outros municípios paranaense, e ainda encaminhou-se no fluxo migratório em direção às regiões Centro-Oeste e Norte do país, onde os preços de terras eram inferiores aos praticados na região Sul. Outra parte, cerca de 25%, adquiriu novas terras no município onde residiam. E ainda, como desdobramento desse processo, uma parte migrou da área rural para a zona urbana, deslocando-se principalmente para o setor terciário.

Considerando apenas os desapropriados por Itaipu, vinte e sete por cento dos mesmos dirigiram-se às áreas urbanas, o que nos leva a crer que os processos de expropriação analisados contribuíram decisivamente para o êxodo rural e para a expansão das áreas urbanas. (ZAAR, 2001)

A esse grupo que chega à cidade, soma-se outro, que encontrou em solo iguaçuense uma esperança de trabalho nas obras da hidrelétrica de Itaipu. Um novo cenário no qual emerge um crescimento vertiginoso de migrações a Foz do Iguaçu, com a vinda de pessoas de diversos cantos do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e estados do Nordeste do Brasil, além de uma legião de paraguaios. Catta (2009) identifica que, no processo de transformações na cidade, durante o período de construção da hidrelétrica, bairros populares passaram a ser destino de trabalhadores de Itaipu. O autor indica um aumento exorbitante da população em Foz do Iguaçu, que, em 1970, possuía 33.970 habitantes e, em 1980, com as obras em pleno andamento, saltou para 136.320 moradores, dos quais a maioria era de moradores na área urbana.

A construção de Itaipu, a partir da década de 1970, bem como o crescimento do comércio – com forte influência da criação de uma zona franca em Ciudad del Este – são destacados como os principais marcos, ou ciclos da cidade, pela história de cunho mais oficial de Foz do Iguaçu. Partem dessa visão, também, os marcos da ascendência do turismo, decorrente principalmente das visitas às Cataratas do Iguaçu e, ainda, o ciclo dos anos 1980 e início dos anos 1990, no qual o turismo de compras na cidade paraguaia alcança seu apogeu,

sobretudo pelo fenômeno marcado pela intensificação da atividade dos chamados “sacoleiros”, que transportavam, por meio da Ponte da Amizade, mercadorias de Ciudad del Este para revenda no Brasil.

González (2005) reconhece a importância desses trabalhos com um viés da memória de Foz do Iguaçu. No entanto, segundo o autor, essa perspectiva contribui para invisibilizar outros campos de memória sobre a cidade, de outros sujeitos sociais, em uma perspectiva de luta pela cidade travada no âmbito da cultura – da representação, por valores e direito de construção deles.

Os marcos historiográficos (ou marcos de memória) construídos nessa perspectiva avaliam o crescimento urbano de Foz do Iguaçu no período pós-1970 apresentando-o como resultado de um projeto homogêneo e linear, meticulosamente elaborado ao longo dessas últimas três décadas. Nesse argumento, tomam como ponto de partida o “Projeto Itaipu”, seguido pelo desenvolvimento comercial e turístico das décadas de 1980 e 90. Aqui, nota-se que as fases econômicas e desenvolvimentistas evocadas para explicar esse crescimento urbano são apresentadas como parte de um mesmo projeto, que teria possibilitado desde a construção da hidrelétrica Itaipu à construção de toda uma infra-estrutura turística e empresarial posterior, através das quais a reformulação econômica e física da cidade deveria passar a favorecer e viabilizar a expansão do grande capital. (GONZÁLEZ, 2005, p.26)

Portanto, a crítica feita pelo autor a esses marcos hegemônicos – ou imagens construídas com base em determinados elementos turísticos naturais e tecnológicos da cidade – passa pelos questionamentos do “lugar” de quem fala. Uma memória produzida pela elite, setores empresarial e turístico, pessoas da administração pública, ou daqueles financiados por esses órgãos. Essa produção de memória afirma, por isso, os lugares sociais da classe dominante de Foz do Iguaçu. E, ainda, opera em um percurso de legitimação e naturalização das relações de poder estabelecidas na cidade, “produzindo esquecimentos e omissões que visam estabelecer exemplos a serem seguidos e, com efeito, exemplos a serem desprezados e esquecidos” (GONZÁLEZ, 2005, p.34).

Esses estabelecimentos de hierarquização podem ser exemplificados por uma das divisões produzidas na cidade. No processo de urbanização, Foz do Iguaçu não possuía uma infraestrutura urbana preparada para a explosão demográfica, em um curto espaço temporal. Para atender à demanda de moradia dos trabalhadores de Itaipu, a empresa binacional realizou processo de desapropriação e construiu conjuntos habitacionais denominados Vilas A, B e C, até hoje existentes. Essas vilas foram estruturadas de modo a separar a classe social por meio da distribuição de profissionais de nível técnico (Vila A), de nível superior (Vila B) e

operários (Vila C). Como apontam Victal e Souza (2011), ao contrário das vilas A e B, ligadas à rede de abastecimento de água e de esgoto sanitário, a Vila C possuía moradia mais simples e infraestrutura precária, construída para ser provisória e desmontada ao fim das obras da barragem – o que não ocorreu. Com o fim das obras e demissão dos operários de Itaipu, embora uma parte dessas pessoas tenha tomado rumo a outras áreas da cidade, muitos permaneceram no bairro e acabaram criando raízes nesse local (MANARIN, 2008).

Foto 3: Obras de desvio do Rio Paraná durante construção da hidrelétrica de Itaipu



Fonte: Acervo Itaipu

As permanências e buscas, no contexto de espaços urbanos, influenciaram para que Foz do Iguaçu, em um ponto temporal, aparecesse com uma alteração significativa do número de moradores da zona urbana, na qual pela primeira vez a população desse espaço supera o número de residentes no meio rural.

Tabela 2: População rural e urbana de Foz do Iguaçu (1960 e 1970)

Ano	População total	População urbana	População rural
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.966	20.150	13.820

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Rippel (2005) analisa que o comportamento da População Economicamente Ativa (PEA) no oeste do Paraná, nas últimas décadas do século XX (1970-2000), sofreu profundas modificações. Em 1970, a população que trabalhava no setor primário representava, no total, 78,8%, cenário que foi gradativamente sendo alterado. Isso a ponto de, em 1991, esse setor passar a representar 30,23% do total da PEA, cedendo espaço para atividades econômicas urbanas, tais como as ligadas à indústria, ao comércio de mercadorias e ao setor de atividades sociais.

Como se pode verificar, muitos dos indivíduos economicamente ativos da região, em função destas transformações da área no período, foram empurrados para fora e emigraram do campo, muitos deles para os núcleos urbanos da região. Como, porém, não detinham habilidades produtivas e de formação pessoal capazes de inseri-los prontamente em outros setores da economia, principalmente o secundário e o terciário, que são os mais importantes em áreas urbanas, passaram então a se ocupar com funções de baixa qualificação e remuneração, pois não conseguiram efetivamente se inserir no sistema produtivo urbano [...] (RIPPEL, 2005, p.134)

Os anos da década de 1950 foram momentos de expansão da fronteira agrícola aos movimentos de capital no espaço nacional, o que vai influenciar, já a partir da década de 1960, o processo de acelerada modernização das atividades produtivas no campo da agropecuária. Dessa forma, o oeste do Paraná, já na década de 1970, insere-se nos projetos nacionais de base exportadora de produtos como a soja e o trigo, no contexto de forte concentração fundiária (RIPPEL, 2005). Ainda segundo esse autor, nesse momento, a mudança de cenário traz uma passagem da produção agrícola intensiva no uso de mão de obra mais familiar para uma situação de produção intensiva em tecnologia, marcada pelo chamado progresso técnico, com baixa utilização da força trabalhadora de agricultores.

Na região oeste do Paraná, os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo tornam-se os principais polos regionais em termos econômicos e demográficos. Foi nessas microrregiões onde se concentrou maior movimento no fluxo migratório, sobretudo em decorrência da consolidação do sistema agroindustrial regional e da estrutura urbana, a partir da década de 1970.

O quadro de urbanização do oeste do Paraná conflui com a tendência desse processo no cenário brasileiro, que tem início em meados do século XX e é intensificado a partir de 1960. Segundo dados do IBGE (2013), a parcela de população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980. A mudança de um país predominantemente rural para urbano ganhou velocidade no período 1960-1970, quando a relação se inverteu: dos 13.475.472 domicílios

recenseados no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%) situava-se nas áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58%. É nesse momento de transformação que também se intensificam problemas sociais em âmbitos diversos como os da habitação e do saneamento básico.

Em Foz do Iguaçu, a falta de moradia atingia as camadas da população de mais baixa renda, que, sem emprego formal, passou a ocupar áreas de risco, próximas aos vales dos rios que cortam a cidade. A região perto da BR-469 também experimenta um crescimento em função da presença de hotéis turísticos ao longo da rodovia. O município de Foz do Iguaçu, na década de 1960, expandiu-se em uma ocupação em linha no sentido norte-sul, que acompanhava o Rio Paraná (PINTO, 2011).

Nesse período, os rios Monjolo e M'Boicy – dois afluentes do Paraná – foram cortados pela porção mais densa da cidade, segundo relata Catta (2009), que analisou o Plano Diretor de Desenvolvimento e Turismo de Foz do Iguaçu (PDDT) de 1968. Nesse documento, constata-se a existência, no perímetro urbano, de três tipos de residências, sendo que o de padrão habitacional mais baixo, representado pela ocupação periférica, ficava às margens do Rio Paraná. Essas habitações de pessoas mais pobres também se localizavam próximas às margens do Rio Iguaçu, na Vila Paraguaia, bairro que, segundo Oliveira (2012), origina-se a partir de fluxo de imigração paraguaia em Foz do Iguaçu.

Em análise de outros documentos – Ipardes (1977)⁸ e Plano de Desenvolvimento Integrado Diagnóstico Municipal de Foz do Iguaçu (PDI-DM⁹) de 1972 –, Catta (2009) encontrou relatos de diversas problemáticas no que tange ao saneamento básico, como lançamento de dejetos *in natura* no Rio Monjolo, que deságua no Rio Paraná, sem preocupação com o meio ambiente e a população. Havia também problemas com o lixo que, por falta de coleta adequada, era despejado a céu aberto às margens do Rio M'Boicy, que também compõe a bacia hidrográfica do Rio Paraná. No esteio desse processo de urbanização e falta de moradia, estão a precarização das habitações e as ocupações, especialmente ao

⁸ Estudo dos efeitos econômicos e sociais da Hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

⁹ Os Planos Diretores Integrados, Planos de Desenvolvimento Urbano, entre outros, instituídos no início da década de 1970 pelo então Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) traziam, no bojo, uma busca pela totalidade, na trajetória do planejamento e da política urbana. Segundo H. Costa (2008), esses planos, com sua origem na chamada visão do planejamento compreensivo (*comprehensive planning*) tributário do modernismo funcionalista, apesar do discurso da integração e de ser fruto de equipes de profissionais de múltiplas formações, acabaram muitas vezes por consolidar olhares parcelados e parcelares sobre a realidade, hipoteticamente sintetizados em amplos diagnósticos, sofisticados prognósticos – os chamados “cenários”.

longo das barrancas do Rio Paraná. Como a população não tinha condições de adquirir lote de terra, dirigia-se a esses espaços ou era lá forçosamente colocada.

Catta, em suas análises acadêmicas (2003, 2009), ilustra um cotidiano das “perversidades”, a partir sobretudo do marco de Itaipu Binacional, que teria sido o motor do crescimento urbano da cidade e, também, da pobreza generalizada instaurada em Foz do Iguaçu. A chegada em massa da população que buscava um trabalho na cidade, destacadamente na construção da hidrelétrica, teria transformado, segundo esse pesquisador, a pacata Foz do Iguaçu em uma cidade em busca da modernidade, com construções de edifícios modernos e alteração no “cotidiano interiorano”. Em uma leitura crítica sobre essa visão, Souza (2009) coloca que, dessa forma, Catta reforça o mito de uma possibilidade de modernização sem “lado perverso”.

Em certa medida, as considerações feitas por Catta (1994) soaram como um lamento em relação aos efeitos da modernização, seja no apelo ao passado bucólico da cidade do interior, seja pela esperança numa modernização mais humana [...]. O lado perverso da modernidade não pode ser redimido, pois é ele, também, modernidade. Até mesmo essa dimensão perversa se revela também contraditória [...]. (SOUZA, 2009, p.56-57)

A crítica incide, ainda, na redução da cidade à condição de objeto da ação caótica e perversa da modernidade, como exercício exclusivo dos interesses do capital na adequação do espaço urbano. González (2005) também problematiza esse tipo de visão, segundo a qual a constituição de um inferno urbano, com a chegada de milhares de trabalhadores, teria sido resultado de um “progresso” que trouxe desempregos, atividades ilegais na fronteira e de contrabando, exposição ao crime, invasões de lotes urbanos, criminalidade e outros “pesadelos” no cotidiano.

Por sua parte, a produção de caráter não oficial, especialmente aquela realizada no interior da academia, entre outras implicâncias, torna-se refém de um sufocante determinismo à medida que busca vitimizar demasiadamente os moradores dessa cidade. Ao fazer isso, desconsidera qualquer possibilidade de atuação, reconstrução e reinterpretação do espaço e da própria cidade por parte desses moradores, negando-lhes, em suma, a condição de “agentes” de sua própria História. Dessa forma, retira-lhes o direito de se reconhecerem – e serem reconhecidos – como “produtores” da cidade, como agentes interventores ou reformuladores de seus espaços físicos e simbólicos. Com efeito, lhe impõe também uma espécie de silenciamento sobre o exercício de sua própria memória na participação do reconhecimento da autoria desse espaço. (GONZÁLEZ, 2005, p.42-43)

O autor enfatiza que a expansão da malha urbana na cidade não pode ser tomada como obra exclusiva do capital, mas também como resultado de luta entre grupos sociais distintos, a partir de seus parâmetros de uso do solo urbano. Pressões das populações marginalizadas criaram um movimento, desde a década de 1970, que forçou recuos de projetos urbanos de forças políticas e empresariais, além de respostas do poder público sobre a questão das moradias – especialmente nas áreas centrais. Ou seja, “movimentos de ocupação urbana foram, em certo sentido, o próprio motor do desenvolvimento urbano da cidade, e não ‘reflexo’ dele” (GONZÁLEZ, 2005, p.61).

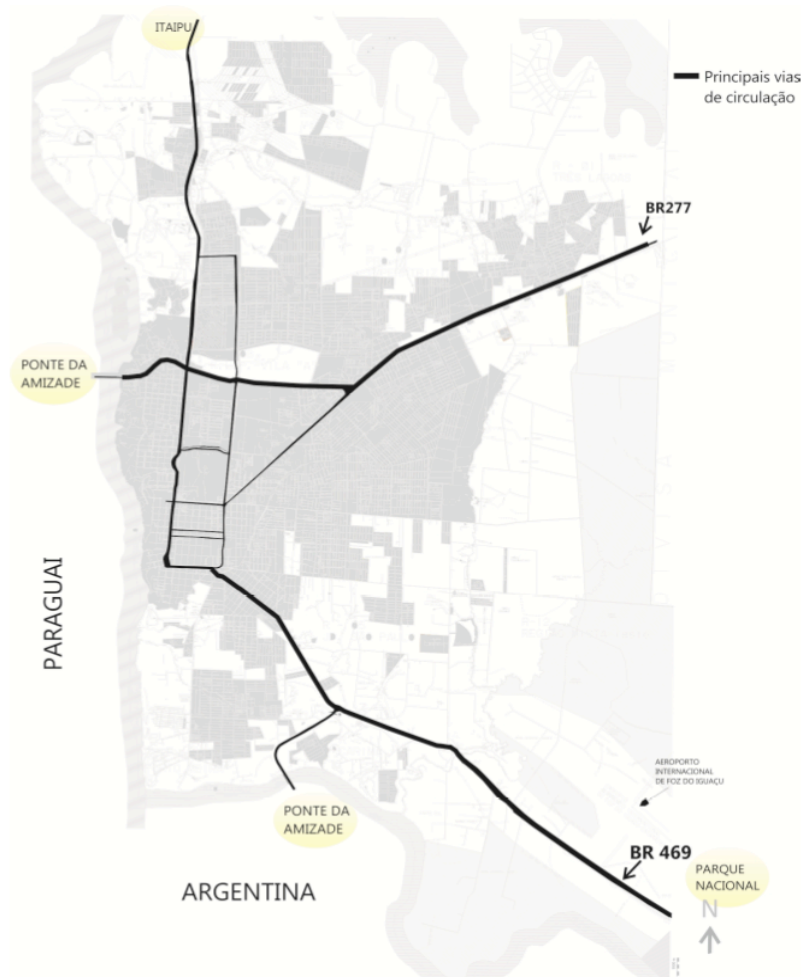
Sobretudo nos anos de 1980, muitos dos planejamentos urbanos e projetos realizados pelo poder público e empresarial podem ser interpretados como respostas a movimentos de ocupações urbanas – grupos importantes para construção e definição dos novos espaços sociais de uso, reivindicação e sobrevivência da população de Foz do Iguaçu. Para pensar essas relações de forças presentes em ocupações da cidade, a região mais abastada, do centro do município (FIGURA 1), é emblemática:

A insistência de parte dessa população em permanecer no (atual) centro é uma situação que perdura até os dias de hoje, e gerou, na época, a busca de soluções estratégicas para a classe dominante que definiram uma geografia bastante interessante para a área central da cidade de Foz do Iguaçu. O poder público, vendo que suas tentativas de remoção dessa população haviam fracassado, passou a ignorá-las, talvez esperando que o cansaço vencesse tal resistência. Uma vez abandonadas à própria sorte, essas áreas foram se constituindo em favelas, ao passo que o poder público passou a estruturar de maneira forçosa seu centro urbano, dando literalmente suas costas para essas áreas, empurrando-as cada vez mais para as margens do Rio Paraná, e praticamente escondendo-as dos olhos do empresariado e dos turistas que por ali transitavam. (GONZÁLEZ, 2005, p.58-59)

Em sua visão sobre a fragmentação do espaço urbano de Foz do Iguaçu, Pinto (2011) constata, a partir de um olhar sobre a estrutura viária da cidade, que o isolamento das áreas entre as principais vias dificulta a integração e a construção de um ambiente urbano com maior intercâmbio social.

A partir da década de 1970 o crescimento da cidade se desenvolveu tanto radialmente a partir do seu núcleo central, quanto acompanhando os eixos viários estruturais no sentido periférico, com predomínio da ocupação em torno da BR-277. As avenidas que fazem um movimento radial unindo as vias do sentido periferia centro são de curta extensão e não conectam, por exemplo, a BR-277 à BR-469. Estas ausências de comunicação contribuem para a fragmentação do urbano e para a manutenção das segregações espaciais. (PINTO, 2011, p.67)

Figura 5: Principais vias de acesso de Foz do Iguaçu

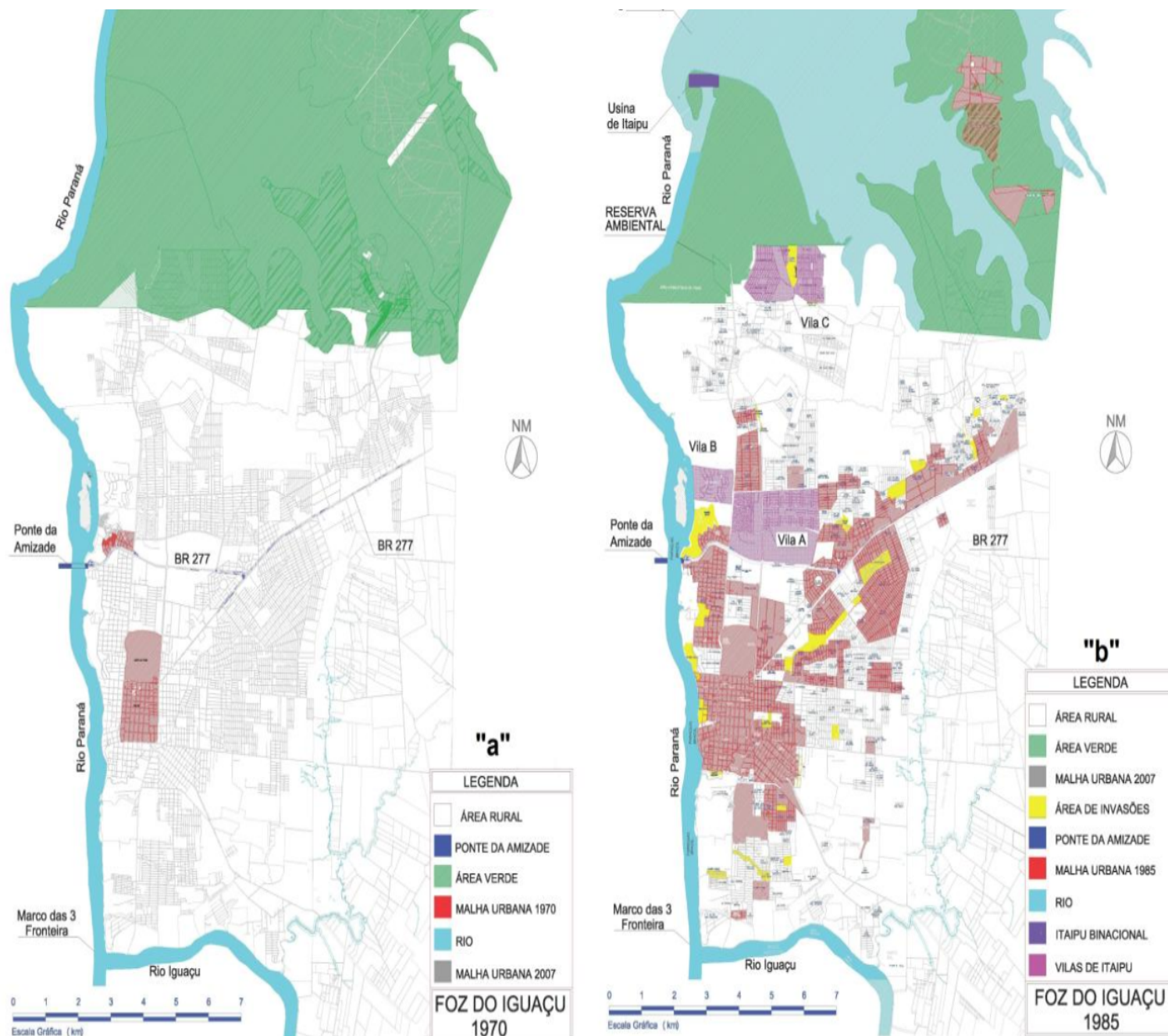


Fonte: PINTO, 2011

A malha urbana foi expandindo-se inclusive em áreas de proteção ambiental, como as margens do Rio Paraná e em regiões próximas ao Lago Itaipu, na faixa de 100 metros do entorno do reservatório. Thaumaturgo (2012) fez um estudo de como evoluiu a ocupação urbana, de 1960 a 2007, a partir da planta do zoneamento urbano de Foz do Iguaçu de 2007 e do Plano Diretor de 2008.

No comparativo com os períodos citados, identificou-se que, em 1960, os pequenos núcleos urbanos estavam distribuídos na faixa de 1,82 km². Em 1975, um crescimento da malha urbana, concentrada no entorno do núcleo central, já apresentava novos núcleos isolados como os loteamentos próximos da BR-277, ocupações às margens do Rio Paraná, além de favela próxima à Ponte da Amizade (FIGURA 6).

Figura 6: Plantas do município de Foz do Iguaçu nos anos de 1970 e 1985

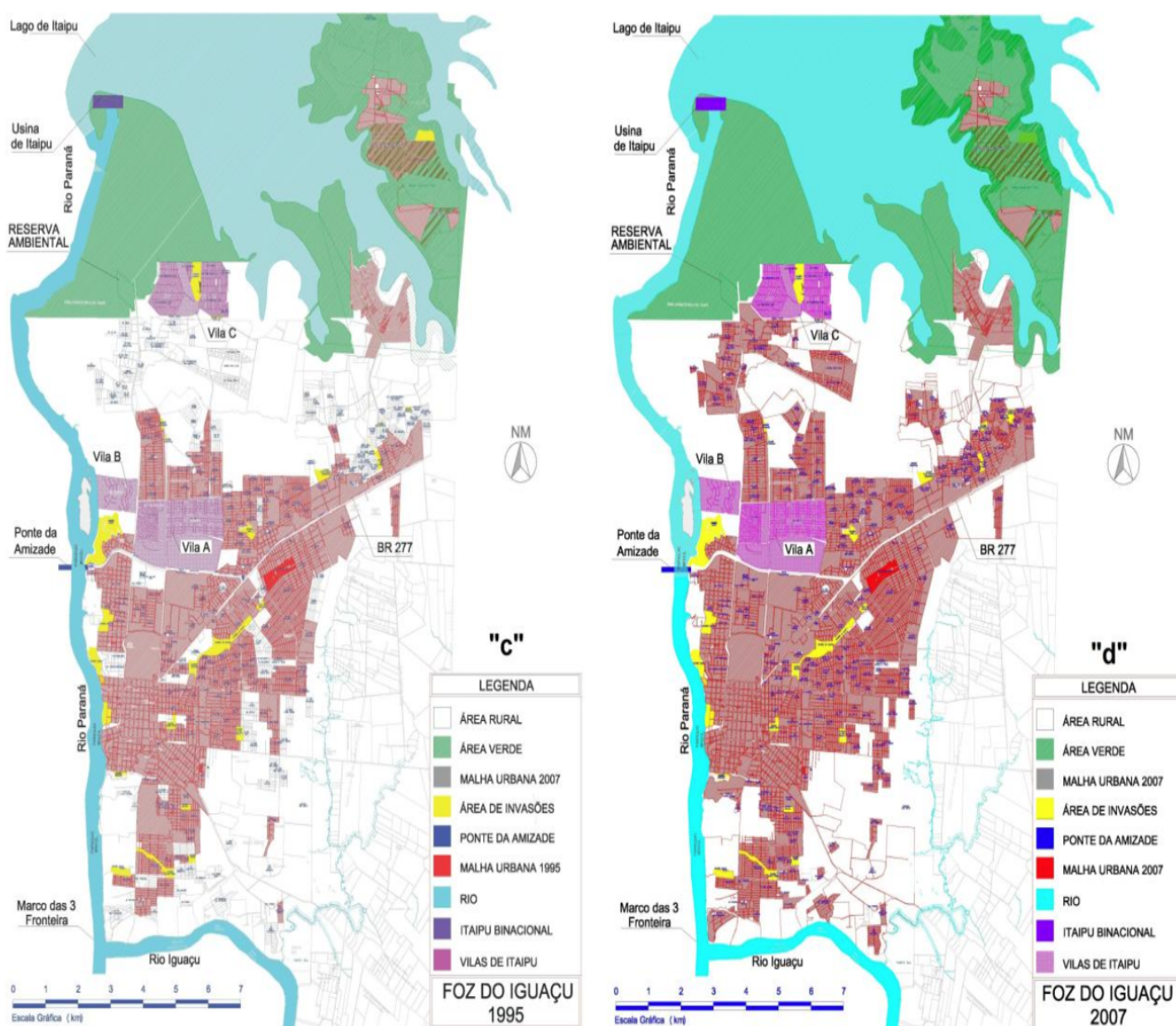


Fonte: THAUMATURGO, 2012.

Próximos aos rios, estão espaços onde o embate de relações de forças apresenta-se mais tensionado. Um exemplo é a chamada Beira Rio, projeto que interligaria as regiões norte, oeste e sul da cidade, apresentado como alternativa de mobilidade na região central. Embora ainda inacabado, um trecho desse projeto indica que deveria ser usado para diminuir ocupações de áreas irregulares, próximas ao Rio Paraná. O projeto previa remoção de populações de moradias precarizadas, que vivem na área central e apropriaram-se de espaços

onde a avenida deveria passar. A remoção no Centro da cidade, com concessão de casas em regiões distantes periféricas da cidade, continua até hoje gerando conflitos na cidade hierarquizada e fragmentada.

Figura 7: Plantas do município de Foz do Iguaçu nos anos de 1995 e 2007



Fonte: THAUMATURGO, 2012.

Um caso recente ilustra uma tensão que ocorre nesse trecho fluvial. Pelo fato do Rio Paraná, na porção urbana do município, ocupar Área de Proteção Permanente (APP), a Justiça Federal, no ano de 2014, determinou a retirada das famílias, de barracos e outras construções

existentes ao longo desse percurso fluvial, e ainda a promoção do reflorestamento do seu entorno. A decisão partiu de uma ação cível pública, proposta em 2002, de responsabilidade por danos ambientais. O Ministério Público Federal moveu o processo em função da construção da Avenida Beira Rio, que teria a licença ambiental concedida, com a contrapartida de a prefeitura retirar as famílias que lá residem e recuperar a mata ciliar nas áreas atingidas pelo traçado da avenida, o que não ocorreu. A expansão de Foz do Iguaçu, portanto, é acompanhada pelos conflitos de moradia, sobretudo às margens dos rios.

[...] no início da década de 1980, o poder público buscou estruturar a criação de uma infra-estrutura para subsidiar o desenvolvimento comercial da Vila Portes, próximo à ponte da Amizade, na divisa com Paraguai. Nesse momento, já era possível identificar a tentativa de ordenamento da cidade a partir de uma concepção funcionalista, na qual ela deveria ser dividida em áreas bem definidas, como “centro”, “zona bancária e comercial”, “zona turística”, “periferia” e assim por diante. Nesse processo, inclui-se também a construção da periferia enquanto espaço destinado à moradia de populações pobres da cidade. (GONZÁLEZ, 2005, p.70-71)

Em 1995, a malha urbana de Foz do Iguaçu alcança 130 km² e, em 2007, chega a 191 km² (FIGURA 7). Dados do IBGE (2014) apontam que, em 2010, a cidade atingiu uma população de 256.088 pessoas (sendo 99,2% residentes em área urbana) e densidade demográfica de 414,58 hab/km². Nesse crescimento populacional, além de necessidades como moradia e saneamento, o lazer entra como mais uma demanda, nascida dessa nova estrutura urbana que deveria atender aos direitos dos que ali moram. Hoje, o principal ponto de lazer destacado na cidade – ao menos para o olhar estrangeiro – é o Parque Nacional do Iguaçu, tema que será discutido no tópico a seguir.

3.2 O RIO IGUAÇU E OS MORADORES

Como foi mencionado anteriormente, embora o foco inicial da pesquisa fosse o Rio Paraná, o Rio Iguaçu não pode ser desprezado e é fundamental para entender o contexto de Foz do Iguaçu. A cidade cresceu e relativizou as distâncias. O Rio Iguaçu, em outros tempos, distante de um centro urbano, hoje se acerca da “cidade” e, assim como outros rios que

correm em Foz do Iguaçu, merece uma atenção sobre a relação tensionada natureza-sociedade.

Em uma das principais artérias do Rio Iguaçu – mais precisamente de seu afluente Tamanduá –, sai parte das águas que chega às casas dos moradores. O restante e a maior parte do abastecimento, cerca de 70%, provém do Lago de Itaipu. O Rio Iguaçu é também o chamariz para a chamada “Terra das Cataratas” ou o “Destino do Mundo”¹⁰, slogans propagados com fins turísticos na cidade.

Essas “marcas” tatuadas a partir desse braço fluvial, e estampadas nas propagandas de divulgação nacional e internacional, trazem reflexos no cotidiano dos moradores, que ganham entendimento mais profundo quando inseridos em uma rede complexa de atores e estrutura social, política, econômica e cultural da cidade. A cidade, de fato, tem um preparo para o turismo, que pode ser constatado, por exemplo, na rede hoteleira. Em 2011, são contabilizados, no total, 133 meios de hospedagem – entre hotéis e pousadas –, número que não inclui o número crescente de albergues, ou os chamados *hostels* (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2011).

A tão propalada vocação turística, colocada como se fosse determinada por uma “condição natural”, possui uma trajetória de construção discursiva por parte da classe dominante de Foz do Iguaçu. Nesse sentido, as águas da cidade, em especial as que correm pelo Iguaçu, foram objeto de construção de um imaginário da cidade, voltado para um “olhar estrangeiro”. Assim, ao reduzir o passado da cidade a uma vocação, imprimiu no presente a consolidação de Foz do Iguaçu como atração turística:

Visitas turísticas à Foz do Iguaçu não eram propriamente uma novidade, na década de 1970. Ao contrário, já existia e baseava-se, fundamentalmente, na visita às Cataratas do Rio Iguaçu. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava, nessa atividade, o núcleo para onde deveriam convergir todos os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais. Desde então, o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica local. Desse modo, a construção de uma memória de Foz do Iguaçu como cidade turística foi estratégia importante de legitimação dos interesses dos defensores dessa proposição:

¹⁰ Segundo informação oficial, Foz do Iguaçu, como “Destino do Mundo”, partiu de uma campanha que destaca a cidade das maravilhas, emoção, conforto, sabores, eventos e compras, com objetivo de mudar a imagem do destino Iguaçu, transformando-o, cada vez mais, em um destino turístico de qualidade para lazer, eventos, ecoaventura e compras. A campanha nasce em 2007, a partir de uma Gestão Integrada do Turismo, formada por Itaipu, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Conselho Municipal de Turismo, Instituto de Promoção Turística do Iguassu (Convention Bureau), Sindihotéis, ICMBio e Instituto Polo Iguassu, para “divulgar, promover, qualificar, melhorar a infraestrutura e fortalecer a imagem do Destino Iguaçu. [...] A partir de então, todas as ações passaram a ser integradas e demais entidades representativas do trade turístico” (FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO, 2015).

o domínio sobre o passado, ou melhor, sobre seu significado no presente. (SOUZA, 2009, p.10-11)

O rio, com suas belezas e energias, de fato, imprime o tom do cartão postal da cidade, que cumpre a função de mostrar suas riquezas a um olhar de fora. E a perspectiva dos moradores? Quais as suas percepções, ações e histórias que também estão impressas e marcam a cidade de Foz do Iguaçu? Souza (2009), em sua pesquisa, trabalhou com vozes “silenciadas” de trabalhadores da cidade e sua visão sobre o turismo, levantando contradições e um ambiente de tensões em Foz do Iguaçu. A pesquisadora faz o relato, fruto desse trabalho:

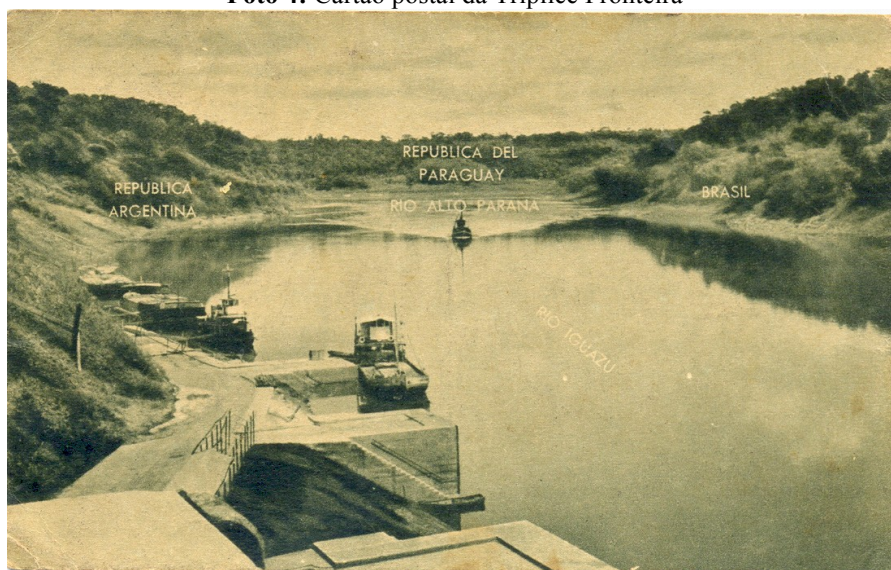
[...] quando os trabalhadores narravam suas trajetórias de vida e trabalho, na cidade, a relação entre eles e a cidade turística ganhava contornos conflituosos. Ajuda a entender esse sentimento o fato de que um dos problemas presentes na definição de “cidades do tempo livre” reside em que, definitivamente, não são “cidades do tempo livre”. Qualquer cidade considerada “turística” ou “balneária” sustenta-se no trabalho de um exército de pessoas, que a fazem funcionar como cidade do “lazer”. Assim, o “lazer”, o “ócio”, o “descanso” e o “divertimento” são estruturados como um negócio. Foi assim que o turismo apareceu, na fala dos trabalhadores. O turismo, como desfrute, era uma atividade para os outros. Hotéis, restaurantes, rodoviárias, avenidas, praças, táxi, aeroporto, hospitais, meios de comunicação, tudo, na cidade, está organizado em função de garantir um padrão adequado de atendimento do turista. A cidade por onde o turista passa deve ser bem sinalizada, pavimentada, limpa, arborizada, acessível. (SOUZA, 2009, p.193-194)

Esses conflitos que envolvem a apropriação e a produção cotidiana da cidade suscitam questionamentos sobre como a estrutura urbana de Foz do Iguaçu planeja-se para um convívio entre as pessoas. Certamente o planejamento dessa cidade não se aproxima de uma vivência com espaços democráticos entre os moradores. Nesse sentido, vale pontuar que não parece haver uma intencionalidade “rancorosa” sobre o turismo; há, sim, questionamentos sobre o direcionamento de núcleos de investimentos, silenciamentos e “cegueiras” para determinadas áreas e camadas da população. Nesse bojo, está uma lacuna de espaços democráticos de lazer para os moradores da cidade: embora privilegiada por ambientes naturais, foi percebido na pesquisa que suas paisagens não estão integradas com a população.

Há, seguramente, nesse cenário de naturalização da cidade para o fim turístico, intencionalidades de um grupo historicamente hegemônico, com o intuito de atender seus próprios interesses e construir a memória da cidade com base em seu viés, em detrimento de outros. Nessa direção, Vainer (2000) contribui para a discussão ao questionar um tipo de discurso que coloca a cidade como mercadoria e empresa, dentro de um contexto de

competitividade urbana. O anúncio é de “vende-se uma cidade”, uma operação construída por meio de uma estratégia discursiva de um Planejamento Estratégico Urbano. Esse debate sobre uma concepção liberal de planejamento urbano, embora tenha partido do caso de Barcelona e cidades de grande porte, ajuda-nos a visualizar os caminhos e as estratégias que um determinado tipo de mercado – movido sobretudo pelo capital – transita.

Foto 4: Cartão postal da Trílice Fronteira



Fonte: <http://www.camarafoz.pr.gov.br/bancodeimagens.php>

Foto 5: Cataratas do Iguaçu



Fonte: Acervo Cataratas do Iguaçu S/A

Nessa análise de Vainer (2000), causa estranhamento o apontamento feito para o olhar de dois pensadores da construção urbana – Manuel Castells e Jordi Borja – com abordagens sobre espaços democráticos, ao trazerem um discurso em tom que pinta as grandes cidades como “multinacionais do século XXI”. De fato, no texto denominado *As cidades como atores políticos* (1996), escrito por esses dois autores, desvela-se um discurso segundo o qual um projeto de transformação urbana passa pela necessidade de adotar um “patriotismo cívico”; por um consenso público entre os integrantes de uma cidade para que a cidade possa dar um salto adiante; pela gestão empresarial dos serviços e atividades públicas; e, ainda, por uma sensação de crise aguda, pela conscientização da globalização da economia.

[...] a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (VAINER, 2000, p.89)

A crítica incide também sobre a venda de determinados atributos, insumos que são valorizados pelo capital transnacional, a exemplo de espaços de feiras e convenções, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação, torres de comunicação, hotéis de luxo, aeroportos internacionais, segurança, dentre outros. Especificidades que poderiam atender a um público “seletivo”, sobretudo vindo do mercado externo.

Pensar Foz do Iguaçu, nesse contexto, remete a construções de propagandas oficiais sobre desenvolvimento da cidade, a partir de uma suposta harmonia tecnologia/natureza/capital (GONZÁLEZ, 2005), a exemplo de Itaipu Binacional ou o Parque Nacional do Iguaçu, que funciona em regime de concessão de serviços, com parceria público-privada. Refletir sobre esse município, nesse sentido, leva-nos, ainda, a imagens atuais de uma cidade que, ademais do turismo, tem criado grandes empreendimentos de condomínios fechados aos moldes de cidades de grande porte, abriga eventos de dimensões internacionais – convenções, congressos, jogos esportivos (X-Games, Jogos Mundiais da Natureza) – e, ainda, carrega hoje um discurso de uma cidade movida a parques tecnológicos e instituições de conhecimento.

A recente criação do Parque Tecnológico de Itaipu, em 2004, e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em 2010, inserem-se nesse debate. O aumento da especulação imobiliária, embates sobre direitos à cidade, problemas socioambientais afloram com grandes empreendimentos, como foi Itaipu Binacional. A Unila também entra na discussão de movimentação imobiliária na cidade, com aumento do preço dos imóveis e impactos na vida dos moradores que aqui já estavam, dada a perspectiva desse projeto, que pretende abrigar 10 mil alunos, professores e técnicos brasileiros e de outros países latino-americanos.

Uma cidade situada na Tríplice Fronteira atrai o olhar de pesquisadores sobre esse mosaico imbuído de complexidades, contradições e embates sociais. É, portanto, uma rede de forças que ali atuam e que trazem impactos na construção do município e aos moradores. Inclusive sobre seus espaços públicos, negligenciados sobretudo por um olhar da cidade como mercadoria turística:

[...] a participação proposta se funda na negação da cidadania: consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente está condenado a ver desaparecer o espaço e a condição de uma cidadania desde sempre contestada no projeto moderno. De um lado, a *city*, impondo-se à cidade como espaço e objeto e sujeito de negócios; de outro lado, a *polis*, afirmando a possibilidade de uma cidade como espaço do encontro e confronto entre cidadãos. Ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora. (VAINER, 2000, p.100-101)

Pode-se apreender e conectar esse entendimento de espaço público colocada por Vainer, como o lugar do discurso político e debate. Esse diálogo acontece por meio do domínio da interlocução, para que aconteçam processos de comunicabilidade. Hoje, o desafio para essa comunicação é “retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como um espaço da política” (P. GOMES, 2012, p.161).

O espaço público, nesse sentido, como aponta P. Gomes (2012), não pode prescindir da dimensão física. Em espaços públicos físicos de uma cidade inscrevem-se potenciais para o encontro com o outro, a co-habitação, o diálogo e a comunicação, o debate e as sociabilidades. São, ainda, abrigo para movimentos de contestação, caminhadas, passeios, práticas culturais e desportivas, ou a contemplação. Sobre esses espaços em Foz do Iguaçu, seguirá a discussão.

3.3 LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE FOZ DO IGUAÇU

A partir das mudanças urbanísticas de Foz do Iguaçu, Catta (2009) identificou, novamente no PDDT de 1968, “uma ausência de política pública que atendesse às necessidades da comunidade de espaços de lazer barato e de fácil acesso, principalmente dos setores populares” (CATTA, 2009, p.173). O documento indica que a única praça no período era a Almirante Tamandaré – citada no PDI-DM de 1972.

Considerada como elemento social, a praça deve abarcar as funções recreativas, amenizativas e paisagísticas para integrar o homem e a paisagem com condições psicológicas de vida na cidade. A Praça Almirante Tamandaré encontra-se descuidada e em completo abandono. Nenhum equipamento recreativo polariza em Foz do Iguaçu a atração de jovens e adultos, o que empresta uma fisionomia desolada e triste ao complexo urbano. (PDI-DM, 1972 apud CATTA, 2009, p.174)

Em outro trecho analisado pelo autor, ainda do PDI-DM, também é feita referência à Praça Almirante Tamandaré, na época, como aponta, uma das poucas áreas públicas para o lazer, em uma cidade marcada por um cenário paisagístico natural, no qual o rio se destaca.

As condições naturais oferecem vistas esplêndidas sobre o vale do Rio Paraná, em que ainda se veja despertado esse interesse grande pela potencialidade paisagística. A inclemência climática exige uma proteção verde que a cidade não dispõe. Das poucas áreas livres, para poder se compor uma praça, a principal foi ocupada pela câmara de vereadores, o que representa um dos maiores atentados cometidos à cidade de Foz do Iguaçu. O remanejamento paisagístico por melhor que venha a fazer, nessa praça será sempre rompido o espaço aberto, a perspectiva livre, indispensável a uma área pública. (PDI-DM, 1972 apud CATTA, 2009, p.173)

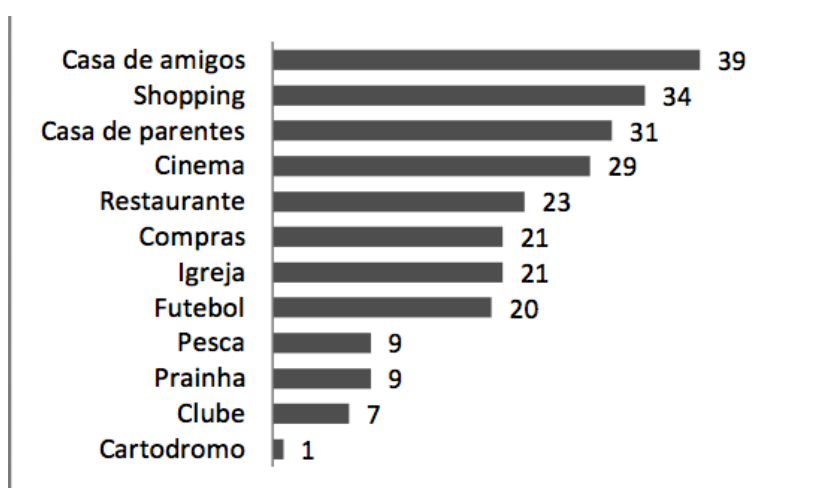
Em uma recente pesquisa sobre as praças de Foz do Iguaçu, França e Rechia (2006) apontam que, nesses espaços coletivos do município, a ausência de infraestrutura dificulta a ocorrência de dinâmica mais intensa do lazer e do esporte. O estudo apresenta um indicativo de que as praças são concebidas apenas como espaços livres para quebra de edificação da cidade, com ausência de equipamentos diversificados e significativos para a população, que potencializem experiências de lazer, esporte e de cultura no espaço urbano. Questões que, como aponta a pesquisa, “podem gerar a falta de hábito da população de se apropriar de

espaços dessa natureza, a não ser pela sua função predominantemente viária” (FRANÇA E RECHIA, 2006, p.70).

Nesse sentido, a vida na rua surge, para Jacobs (2011), quando existem oportunidades tangíveis, usos diversos e combinados. Isso somado a um trânsito constante de pessoas, de forma que o movimento em si aumente o número de olhos atentos e, por conseguinte, gerem um sentimento de segurança nesses espaços. Apesar de a autora centrar seu olhar sobre cidades-metrópoles americanas, essa realidade pode ser verificada em outras esquinas do mundo, no ponto comum de relações nascidas a partir do caminhar nas ruas, dos encontros de conhecidos e desconhecidos. Ou, ainda, do sentir-se pertencente e seguro no seu bairro ou na sua cidade, a partir das apropriações dos habitantes. “Aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade” (JACOBS, 2011, p.78).

De volta ao caminho de Foz do Iguaçu, Pinto (2011) realizou pesquisa sobre o lazer dos moradores iguaçuenses e seus deslocamentos pela cidade para a prática. Aplicou, para tanto, 150 questionários nas 12 regiões administrativas que compõem a cidade, distribuídos pelo percentual populacional dessas regiões. Utilizou para esse estudo, no total, 70 desses questionários, com objetivo de conseguir uma correspondência adequada.

Figura 8: Principais atividades de lazer

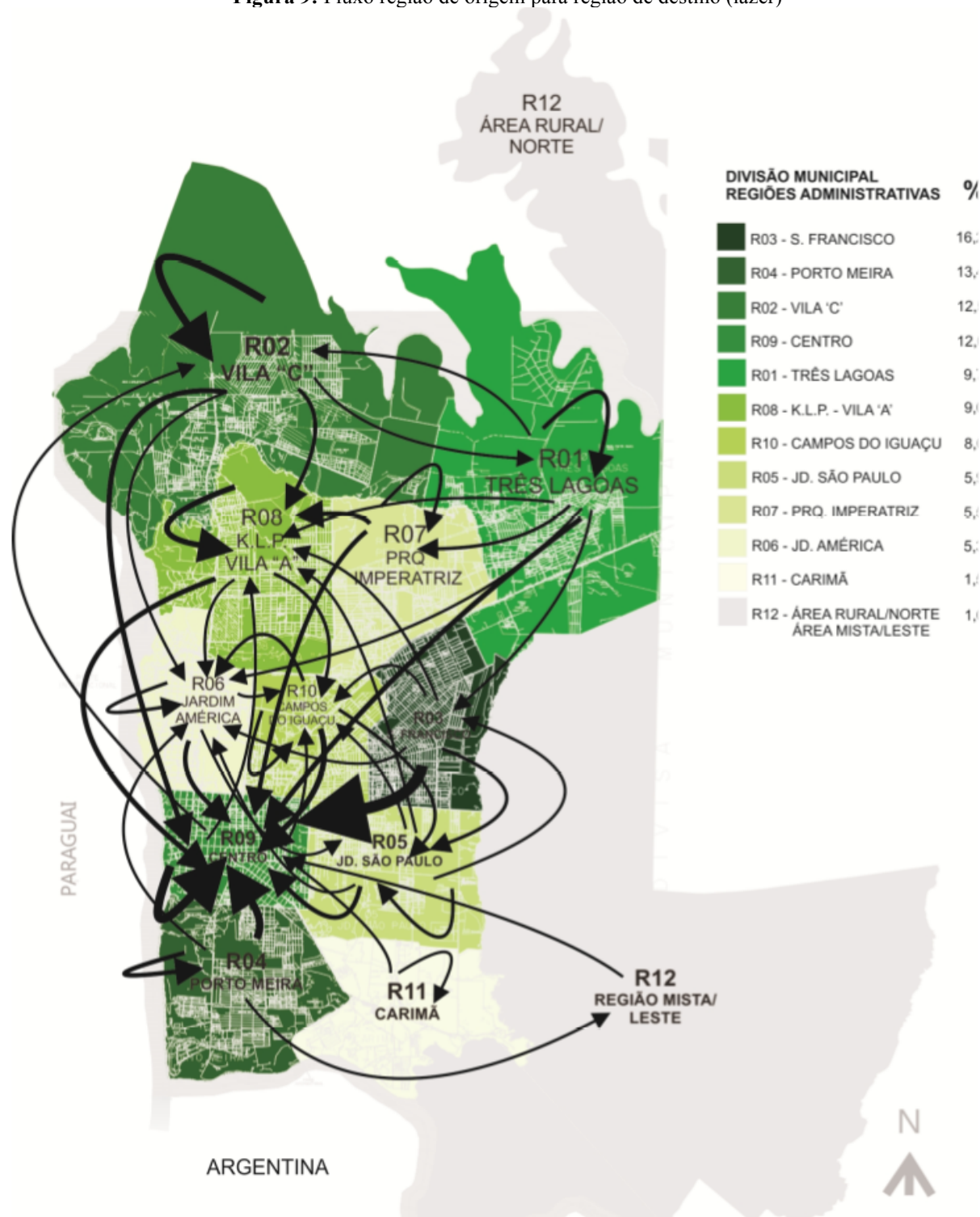


Fonte: PINTO, 2011

O resultado apontou uma porcentagem reduzida de práticas de lazer, que potencialmente poderiam ser praticadas em espaços abertos, públicos e gratuitos. Entre os primeiros da lista, aparecem atividades de ida à casa de amigos e parentes, de compra e consumo – como ida ao

shopping, que figurou no segundo lugar de lazer mais realizado. A cidade hoje possui dois *shopping centers*, com previsão de construção de mais um empreendimento desta natureza. Na relação do lazer com o rio, apareceram, com porcentagens bem menores, a atividade de pesca e o uso da Prainha, na região de Três Lagoas, formada a partir do Lago de Itaipu (FIGURA 8). Este espaço terá uma discussão mais aprofundada no último capítulo.

Figura 9: Fluxo região de origem para região de destino (lazer)



Fonte: PINTO, 2011.

A pesquisa também revelou que, no que tange ao fluxo entre moradia-lazer, a região do Centro da cidade, considerada a região “nobre” da cidade, é o local com maior atratividade e que mobilizou a maior parte do deslocamento dos moradores entrevistados. Apontou, ainda, a tendência de deslocamento para o lazer na própria região de origem, nas seguintes regiões administrativas: Centro da cidade e nos bairros periféricos Porto Meira, ao sul; Três Lagoas, na porção leste; e Vila C, ao norte (FIGURA 9). Essas regiões figuram entre os locais de maior quantitativo populacional, segundo informações sobre o perfil da população em função das regiões, disponibilizadas pelo site da prefeitura de Foz do Iguaçu (2013), referentes ao ano de 2003.

Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu de 2011, disponíveis no site da Prefeitura (2014), apontam para a presença de cinco parques principais na cidade, sendo dois deles de caráter privado e voltado sobretudo ao turismo: o Parque das Aves e o Parque Nacional Cataratas de Iguaçu – este administrado por concessionárias, funcionando em parceria público-privada. Os outros são o Parque Ambiental Omar de Oliveira, também conhecido como Remador, localizado no Porto Meira, atualmente em reforma; e o Parque Monjolo – onde percorrem nascentes do Rio Monjolo (afluente do Rio Paraná), na porção central da cidade, também em reforma; e o Parque Ambiental Antonio Bordim, na região da Vila A, cortado pelo Rio Acarazinho, que sofre com presença de “vândalos, usuários de drogas, mendigos, marginais, lixo, abandono e destruição”, segundo aponta a revista de circulação local *100 Fronteiras* (2014), que trata de assuntos sobre Foz do Iguaçu.

A ausência de praças e espaços públicos, diversificados, interessantes e seguros para a convivência comunitária apenas contribui para dificultar a apropriação cotidiana dos espaços públicos da cidade por parte de seus habitantes. O mesmo vale para a sinalização urbana deficitária, a falta de equipamentos adequados ao seu bom funcionamento que prejudicam a legibilidade urbana. Tais deficiências não são exclusividades de Foz do Iguaçu, elas ocorrem em grande parte dos municípios brasileiros. Entretanto, neste caso específico, a infra-estrutura inadequada acaba por reforçar a tendência da cidade de se voltar para fora, para o que lhe é externo e origem de sua fonte de renda: os turistas, e negligencia assim, sua própria construção social. (PINTO, 2011, p.71)

Atualmente, em Foz do Iguaçu, ocorrem discussões em torno do projeto Beira-Foz, que seria um dos principais atrativos de lazer na cidade à beira dos rios Paraná e Iguaçu, com áreas para atividades gastronômicas, comerciais, turísticas, culturais e desportivas. Embora não seja objeto de estudo da pesquisa, vale ressaltar que, no centro dessa discussão – embora

invisibilizada –, está a remoção compulsória das famílias nessa região, que já estabeleceram vínculos com o local. Nesse contexto, esse projeto aponta para tensões que existem entre a questão urbana e ambiental na cidade de Foz do Iguaçu, em interfaces com o lazer.

Esses são alguns indícios que reforçam não só o tensionamento entre a sociedade-ambiente, em Foz do Iguaçu, como também uma carência de espaços públicos qualificados na cidade, que permitam abrigar opções de lazer gratuitas à população local – espaços esses que incluam os rios e o seu entorno, no contexto de responsabilidades ambientais. Isto abriria uma possibilidade não só de apropriação dos espaços públicos para o lazer no perímetro urbano, como também de estreitamento de vínculos entre os moradores e seu espaço/território fluvial, ambiente que marca a identidade, o embate de força e as relações de poder em Foz do Iguaçu.

4 O URBANO, O MEIO AMBIENTE E O LAZER – INTER-RELAÇÕES NO ESPAÇO/ TERRITÓRIO

Movido à água

(Itamar Assumpção)

Existe o carro movido à gasolina
 Existe o carro movido a óleo diesel
 Existe o carro movido a álcool
 Existe o carro movido à eletricidade
 Existe o carro movido a gás de cozinha
 Eu descobri o carro movido à água
 Quase eu grito eureka Eurico
 Aí saquei que a água ia ficar uma nota
 E os açudes iam tudo Ceará
 Os rios não desaguariam mais no mar
 Nem o mar mais virar sertão
 Nem o sertão mais vira mar
 Banho nem de sol
 Chamei o anjo e devolvi a descoberta para o infinito
 Aleguei ser um invento inviável
 Só realizável por obra e graça do santo espírito
 Agora eu tô bolando um carro movido a bagulhos
 Dejetos, restos, detritos, fezes, três vezes estrume
 Um carro de luxo movido a lixo
 Um carro para sempre movido a bosta de gente.

Acción Poética Quito

(em muros da América Latina)

Tomar agua nos da vida
 Tomar conciencia nos dará agua. (Ecuador)

Para entender as relações entre rio/ambiente natural/questão ambiental e cidade/urbano/ambiente construído, é preciso entrar no cenário onde se deu a construção dessas conexões e debate. Os rios e seus afluentes, em Foz do Iguaçu, imersos em um universo urbano – embora não no contexto de uma metrópole –, insere-se nesse jogo entre o ambiental e a cidade, historicamente marcado por relações dialéticas e tensões.

Na ciência dominante, o natural e o socio-histórico, ou as ciências da natureza e do homem, caminhavam por caminhos próprios e opostos a partir do século XIX. O pensamento ocidental dominante seguia na direção que colocava, em grande medida, o homem e a natureza em polos separados e excludentes (GONÇALVES, 1995).

No âmbito da Geografia também houve um momento em que se olhava a natureza e o ser humano como categorias opostas. A natureza, que fazia parte do sistema ecológico, era “primária”, “sem história humana” (SANTOS, 2002, p.38). E o ser humano, por sua vez, atuaria sobre o meio como se estivesse separado dele, e não como sendo um dos seus elementos. Concepção dualista que acabou por impor-se a outras disciplinas. Essas discussões, sob abordagens e bases teóricas diferentes, continuam sendo importantes para refletir sobre fenômenos socioambientais atuais, inclusive a relação entre cursos d’água e cidade (natureza-sociedade), tensionada pelo processo de urbanização.

No campo de debate do planejamento urbano e ambiental, que engloba discussões sobre ambiente construído e ambiente natural, esses conceitos apresentam trajetória dicotômica e envolvem matrizes de pensamentos diferentes, como apontam H. Costa (2000) e Monte-Mór (1994). A linha de pensamento que dialoga com matrizes teóricas puramente ecológicas e biocêntricas enxerga a urbanização, muitas vezes, como um processo negativo. Nesse sentido, essas visões opostas podem ser percebidas na dificuldade de ecólogos e ambientalistas de pensarem ecologia e biodiversidade em uma relação com os espaços construídos (áreas urbanas).

As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea – seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos – as metrópoles, as cidades e áreas urbanas têm sido pouco consideradas nos seus aspectos ambientais. (MONTE-MÓR, 1994, p.174)

O surgimento da preocupação urbana, como aponta H. Costa (2000), acontece no processo urbano-industrial, no contexto do sistema capitalista ocidental, dentro de um projeto de modernidade. A preocupação ambiental, por sua vez, advém de um conjunto de reações ao caráter “massificante, predatório e opressor” (H. COSTA, 2000, p.58) do modo de produção capitalista. Ao longo da trajetória histórica entre essas duas dimensões, na década de 1970, a dimensão ambiental da análise urbana era restrita a alguns redutos, tais como em

[...] aspectos mais técnicos, objetivos, a serem tratados, por exemplo, nas suas vertentes legais ou sanitárias, ou ainda as práticas políticas e as análises de movimentos sociais em torno de conflitos ambientais nas áreas urbanas ou a respeito de temas ambientais urbanos, como lixo, água, poluição etc. (H. COSTA, 2000, p.57)

Ainda nesse âmbito, H. Costa (2008) reconhece um avanço nos últimos anos na criação e implementação de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, a exemplo da licença ambiental em áreas urbanas. A noção de impacto ambiental surge na década de 1960, no contexto de discussão sobre a poluição industrial nas cidades. Segundo Fernandes (2006), dada uma maior articulação da “agenda verde” desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, o discurso ambiental – ainda que dissociado das considerações urbanas – tem se apropriado cada vez mais da noção do impacto ambiental.

Contudo, em que pese a ampliação dos termos da discussão sobre impacto ambiental, o diálogo da “agenda verde” (sobretudo após a introdução da Agenda 21, em 1992) com a discussão sobre áreas urbanas (a agenda Habitat de 1996) não tem sido fácil. Pelo contrário, há oposição crescente de valores ambientais a valores sociais, o que pode ser visto no Brasil, por exemplo, na ação do Ministério Público e na resistência de diversos setores aos programas de regularização fundiária de assentamentos informais. (FERNANDES, 2006, p.249)

Essa citação destaca o conflito existente na urbanização, associada a problemas de pobreza, moradias precárias, especulação imobiliária e impactos socioambientais. Nesse bojo, o Estatuto da Cidade surge – ainda que com marcas de tensões – como uma possibilidade de promover mais autonomia aos municípios no ordenamento e desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. As diretrizes dessa lei incluem, entre outras perspectivas, a garantia do direito a cidades sustentáveis, gestão democrática e planejamento do desenvolvimento das cidades; da distribuição espacial da população e das atividades econômicas; e de ofertas de equipamentos urbanos e comunitário, transporte e serviços públicos adequados (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

Para H. Costa (2008), em administrações locais, antes mesmo desse marco legal, já havia olhares nessa direção – mais articulada entre o urbano e o ambiental, a exemplo de planos diretores que incorporaram critérios de preservação e valorações ambientais no ordenamento territorial. Portanto, pode-se apreender que foram e estão sendo avanços que podem contribuir no controle de injustiças socioambientais geradas, muitas vezes, por atores que privilegiam o sentido mercantil de produção e organização do espaço. Nessa direção, há em muitos desses casos uma sobreposição do “valor de troca” sobre o solo, em detrimento do sentido social e coletivo dos espaços urbanos – ou do “valor de uso”, para remeter às palavras de Lefebvre (1969).

Portanto, ainda que de forma incipiente, as políticas urbanas começam a debater também questões ambientais e, no sentido inverso, há também o componente urbano nos debates sobre meio ambiente. Da inter-relação de trajetórias diferentes entre essas duas dimensões – ambiental e urbana –, surgem conceitos como desenvolvimento urbano sustentável ou cidades sustentáveis.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” tem como marco de referência a publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, *Nosso futuro comum* (relatório de Brundtland)¹¹, em 1987. Nele emerge discurso que, como aponta Escobar, busca conciliar, em prol de gerações futuras, “dois velhos inimigos” (ESCOBAR, 1996, p.49): crescimento econômico e preservação ambiental. Nesse sentido, o autor chama atenção para a chamada “capitalização da natureza” (ESCOBAR, 1996, p.53), que traz no bojo do debate a visão da natureza e sociedade em termos de produção e eficiência. Ou seja, pode-se dizer, a partir desse ponto de vista, que se trata da racionalidade produtiva dentro da lógica capitalista.

Operada nesse sentido, a “sustentabilidade” serviria para reproduzir modos de produção e consumo. Nessa direção, Acserald (2004) chama atenção para a ideia de sustentabilidade, no plano de relações de poder, a partir daqueles que querem impor, sobre os mercados e mecanismos de acesso a recursos do meio material, legitimidade para apresentar-se como portadores de “nova eficiência ampliada – a da utilização ‘sustentável’ dos recursos” (ACSERALD, 2004, p.16). Por outro lado, o autor também joga luz sobre a noção de sustentabilidade com sentidos extraeconômicos, que acionam categorias outras como democratização, justiça ambiental e diversidade cultural.¹²

A partir do que foi exposto, pode-se perceber que o termo sustentabilidade evoca sentidos e significados diversos, e é defendido e legitimado a partir de visões e interesses sobre o meio ambiente de cada grupo ou ator social, no terreno de campos de forças diversas. Um dos discursos e práticas que têm orientado os debates e ações hegemônicas no campo ambiental, segundo Zhouri e Laschefski (2010), tem sido a da chamada modernização

¹¹ O conceito de desenvolvimento sustentável em *Nosso futuro comum* é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chaves: “necessidades” dos pobres do mundo e limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente. “Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central” (p.46).

¹² Gomes et al (2014) apontam a necessidade de compreender mais a fundo os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Em sua pesquisa, foi constatado o uso indistinto desses termos, bem como a preferência da maioria dos entrevistados pelo uso da expressão sustentabilidade como forma de criticar a lógica capitalista implícita no chamado desenvolvimento sustentável.

ecológica – que valoriza as capacidades adaptativas da eficiência industrial e, em grande medida, coloca no mercado e nas empresas o poder de resolver problemas ambientais, por meio de ações mitigadoras e compensatórias.

São processos políticos nos quais atores e discursos entram em um jogo de poder, que legitimam a importância da chamada modernização ecológica. Há, portanto, uma estratégia de “usufruir” a natureza que está longe de neutralidade, com aproximações no campo das intenções e interesses conectados à racionalidade produtiva e ao capital de troca.

Nas cidades, essa lógica contribui sobremaneira para injustiças socioambientais, as quais são propulsionadas sobretudo pelo mercado imobiliário, capital de construção e indústria automobilística. Sobre o primeiro, um desafio no campo da justiça ambiental, nas cidades, é justamente impedir que a força da especulação imobiliária ganhe em cima da expulsão das populações mais pobres para ambientes e situações precarizados.

Nesse contexto, é preciso desvelar as alianças estabelecidas para entender as forças do mercado imobiliário e capital de construção, que atuam sobre a cidade. O Estado – a quem a população deve cobrar o bem-estar social como moradia digna –, ao privilegiar esses setores, realça uma aliança que se reflete nos riscos socioambientais na cidade. A aliança pode ser configurada em diversas ações, a exemplo do desrespeito a legislações que enfatizam a necessidade de proteção à área ambiental em perímetro urbano; da realização de planejamento sem atentar-se a processos de exclusão; ou ainda da aceitação, por parte do Estado, de contrapartidas irrisórias oferecidas pelo mercado imobiliário ou empresas para compensar danos ambientais.

No âmbito das injustiças socioambientais no espaço urbano, Robbins (2004) chama atenção aos fatores de riscos distribuídos de forma desigual na disputa por território. Portanto, trata-se de uma questão de classe social. Nesse embate, Smolka (1993) também questiona a atuação sobre os efeitos nas questões ambientais, ocorridas nas cidades. Como proibir surgimento de favelas nas encostas, onde há uma situação de risco-necessidade?

Dada a complexidade da situação, soluções para um problema socioambiental precisam ser pensadas e executadas a partir de uma visão ampliada de que elas podem gerar outra problemática. Um exemplo mais próximo à temática desta pesquisa está na criação e valorização de espaços urbanos públicos, que perdem força para apropriações privadas, que tiram da população o capital de uso coletivo.

Também podemos citar a construção de parques e áreas verdes públicos na cidade, como uma solução para regular a vazão dos rios que cortam a cidade, preservar matas ciliares e gerar um ambiente que valorize melhor qualidade de vida da população, entre outros pontos favoráveis. No entanto, é preciso considerar que, nos espaços circunvizinhos, isso pode gerar problemas de especulação imobiliária e um processo de valorização que impõe uma separação abismal entre os que podem pagar por um lote de terra e os que não têm condições de morar próximos a esses equipamentos públicos “verdes”. Isso quando não acontece um processo de remoção compulsória de populações do entorno para locais precarizados, e tiram delas o direito de viverem nos locais onde construíram sentido de pertencimento, relações afetivas e de sobrevivência.

A Ecologia Política é um campo interdisciplinar que contribui para pensar essas relações ambientais e urbanas em um patamar sistêmico. Há nesse debate desconstrução de determinados conceitos – muitos deles ligados a modelos de crescimento –, desvelamento e aprofundamento das relações de poder e dos discursos na atuação ambiental; e, ainda, entendimento de que problemas ambientais estão inseridos em complexa rede de contextos políticos, sociais e econômicos, que devem ser investigados de acordo com suas especificidades.

Robbins (2004) destaca, no contexto da Ecologia Política, a necessidade de discutir a desigual distribuição dos fatores de risco, que relacionem as injustiças ambientais à maneira como as comunidades atuam ativamente na resposta, adaptação ou controle dessas condições. O autor esclarece que os sistemas sociais distribuem de forma desigual o acesso à responsabilidade pelos bens e sistemas naturais, e que, ainda, conflitos ambientais refletem lutas de classe, raça e gênero, com geração de políticas desiguais.

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p.26)

A apropriação, na interface entre o mundo social e a sua base material, é distinguida por Acserald (2004) por meio de três tipos de práticas articuladas: a apropriação técnica do mundo material, que seriam os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica; uma segunda seria a

apropriação social do mundo material, que é base dos processos de diferenciação social e desigualdade na distribuição do poder sobre os recursos ambientais; e, por fim, a apropriação cultural do mundo material – objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados. São os valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas.

Os conflitos ambientais deveriam ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são, por certo, espaços onde desenrolam-se disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitima ou deslegitima a distribuição de poder sobre distintos tipos de capital. (ACSERALD, 2004, p.23)

Nesse sentido, o autor discute dois espaços – conectados aos modos de apropriação da base material – nos quais definem-se as relações de poder nas sociedades. Um deles é o espaço diferencial dos sujeitos, para terem acesso à terra fértil, fonte de águas, recursos vivos etc., dotados de vantagens locais. O outro é um espaço de confrontação entre representações, valores, esquemas de percepção e julgamento, que organizam as visões de mundo e legitimam modos de distribuição de poder desigual.

A partir dessas duas visões, pode-se apreender que elas partem de diferentes racionalidades, as quais tangenciam formas como a sociedade conecta-se ao ambiente natural e o representa. Portanto, esses espaços estão imbricados com a relação entre o meio ambiente e a cidade, na qual as águas assumem papel estratégico de disputas – inclusive pelo direito ao lazer.

4.1 A CIDADE, O RIO E O LAZER

Nas últimas décadas, ao menos no caso latino-americano, a chamada “crise da água” é acompanhada de uma distribuição desigual de recursos hídricos em termos geográficos e sociais. Bolívia e Equador são países emblemáticos no que tange a conflitos hídricos. Lá, movimentos sociais lutaram pelo direito à água: hoje, uma conquista ainda marcada por

conflitos, mas que garantiu presença desse direito em suas respectivas constituições, que passaram por processo de refundação nesse século XXI. Um marco, nesses casos, foi a constituição do Equador, de 2008, que pela primeira vez reconhece a natureza como sujeito de direito.

No caso boliviano, em Cochabamba, o cenário de “Guerra da Água”, contra a privatização dos recursos hídricos, nos anos 2000, marca período de luta por justiça socioambiental e valorização dos recursos naturais. O Brasil há tempos padece de água, especialmente no sertão nordestino. O destaque recente da falta desse recurso, porém, veio em propalados episódios da crise hídrica na região Sudeste.

Essas crises e guerras estão imersos em um dado, em alguma medida, contrastante: a América do Sul dispõe de 30 mil m³ de água renovável por ano para cada habitante. Claro que essa contabilidade não dá conta da escassez de água, hoje, que assola o Brasil e outros países do mundo. Esses dados, organizados por Ribeiro (2008), a partir de informações de 2004 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apontam para questões que abarcam, por um lado, a falta e, por outro, a abundância na região.

Para Ribeiro (2008), a principal razão da chamada crise da água é política, e combina fatores naturais e sociais. O uso intensivo da água em sistemas produtivos agrícolas e industriais – e sua devolução ao ambiente sem tratamento – é apontado, pelo autor, como maior fonte de degradação da água nos corpos hídricos e aquíferos, que impactam na diversidade dos usos da água. Um bem de sobrevivência humana que tem como, um dos usos, o lazer, o qual será abordado mais adiante.

Por ora, vale uma discussão sobre as causas que levam à crise hídrica, que alcança níveis preocupantes e estruturais, uma vez que coloca em xeque o modelo de sociedade que construímos e no qual atuamos. Villar (2013) incide sua crítica no sistema de produção de riqueza que tornou a água, prioritariamente, insumo e depósito de externalidades, sem dar-se conta das consequências de padrões de produção e consumo capitalista, com ritmo tal qual o atual.

A crise dos excluídos hídricos é fruto do mito da sociedade industrial desenvolvida. A promessa de que os setores produtivos e o crescimento econômico levariam prosperidade não se cumpriu para todos os grupos sociais. Ao mesmo tempo esse modelo de desenvolvimento não considerou as limitações naturais de recursos hídricos e gerou uma série de resíduos que comprometem a viabilidade das reservas de água (VILLAR, 2013, p.20).

Diante desse cenário, uma “alteração do modo de vida hegemônico é uma premência que se tornará uma obrigação frente à escassez de recursos naturais, incluindo a água” (RIBEIRO, 2008, p.29). A transformação da água em mercadoria e sua privatização, portanto, trouxeram também uma reinterpretação dos direitos humanos clássicos de forma a incluir a água e o saneamento como parte deles (VILLAR, 2013). Isso é um avanço nas reivindicações e novas formas de olhar a água – razão para crises e guerras –, e cujo ponto pacífico deveria ser o seu domínio público.

Nas cidades, a natureza política está fortemente presente nessa questão, sobretudo na diferença entre o planejamento urbano feito para a cidade formal e a informal. Nesta última, Tucci (2008, p.99) aponta que os principais problemas relacionados com a infraestrutura da água no ambiente urbano são: falta de saneamento de esgoto, que escoar para rios urbanos; ausência de rede de drenagem urbana, que acarreta inundações com o aumento da impermeabilização; ocupação do leito de inundação ribeirinha, com frequentes alagamentos; impermeabilização e canalização dos rios urbanos, além da deterioração da qualidade da água por falta de tratamento dos efluentes, gerando riscos ao abastecimento da população.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2014) declarou o período de 2005-2015 a Década Internacional da ação “Água para a Vida”, com intuito de promover “gestão sustentável” dos recursos hídricos e incluir medidas para melhorar a qualidade da água. A preocupação sinalizada na comunidade internacional é reflexo, em ampla escala, de problemáticas, que repercutem no ecossistema, na saúde e sobrevivência humana. Esses impactos, nos ambientes das cidades, são agravados com o processo de urbanização e falta de saneamento, sem um efetivo planejamento que atenda às demandas básicas da população. Ademais, como lembram Gomes et al (2014, p.126), em geral o discurso sobre “desenvolvimento sustentável” incorpora e reflete a lógica do capitalismo, “criando a sensação de que é possível um crescimento exponencial mesmo em um mundo finito”.

O crescimento urbano envolve duas atividades tensionadas: aumento da demanda de recursos hídricos de qualidade e degradação dos mananciais da cidade por contaminação dos resíduos urbanos e industriais. A situação é agravada ainda pelas ocupações às margens dos rios – muitas vezes em áreas de risco para a saúde e a vida por conta de inundações.

As ocupações em locais de riscos, em muitos casos próximos a cursos d’água urbanos, trazem agravantes quando, na remoção de favelas e requalificação ambiental, um rearranjo territorial é realizado de forma impositiva e verticalizada, sem levar em conta as reais

necessidades, a complexidade socioeconômica e as relações sociais das pessoas habitantes desses locais. Portanto, conforme Gorski (2010), a problemática urbana nas cidades não pode ser desvinculada da produção do espaço, com distribuição desigual dos riscos da população urbana.

No Brasil, como aponta Costa (2006), diversas cidades coloniais surgiram inicialmente às margens dos rios, mesmo aquelas localizadas em baías ou beira-mar. E é a partir deles – sejam grandes, médios ou pequenos cursos d’água – que muitos núcleos urbanos brasileiros vão surgir. As tensões entre rios e cidades intensificam-se sobretudo a partir da década de 1950, com o processo de urbanização no país, um momento, portanto, de ruptura entre rio e cidade.

Ao verificarem-se as situações de ruptura nas relações entre as cidades e os cursos d’água ou, mais amplamente, entre sociedade e natureza, percebe-se nitidamente que o desligamento físico do rio das funções urbanas acarreta num desligamento afetivo dos sistemas fluviais e fundos de vale, e a eles se atribuem características de entrave e de elementos de depreciação do ambiente urbano. (GORSKI, 2010, p.68)

Nesse elo rompido, emergem obras públicas nas cidades voltadas para medidas estruturais com visão pontual, a exemplo da canalização, no intuito de transferir a enchente de um ponto a outro da bacia, sem que sejam avaliados os reais benefícios das obras (TUCCI, 2002). Gorski (2010) aponta que, desde a década de 1930, a retificação¹³ dos rios foi adotada no combate a inundações visando à prevenção de epidemias por um lado e, por outro, transformando as várzeas drenadas em áreas ocupadas e urbanizadas. Dentre outros impactos provocados pela retificação e canalização, estão o aumento da erosão e assoreamento, a supressão das matas ciliares, e o prejuízo à qualidade da água e à biodiversidade. Pode-se apreender, portanto, que tais soluções entre o ambiente fluvial e a cidade apresentam fragilidades do ponto de vista socioambiental, e trazem consequências que passam pela perspectiva de olhar o rio apenas enquanto parte da estrutura de drenagem urbana, saneamento e sistema viário.

Nesse sentido, os aspectos ecológico, social e econômico em áreas urbanas – o tal “triângulo da sustentabilidade” (GORSKI, 2010, p.76) – são interdependentes. Os planos de recuperação dos rios podem apresentar um potencial de melhoria urbana, incrementando funções sociais ao longo e no entorno dos cursos d’água. Uma dessas funções, entre outras,

¹³ Obras para a transformação dos cursos dos meandros dos rios – geralmente curvos – em um traçado retilíneo.

relaciona-se com o lazer. Na relação ser humano-natureza, o lazer pode ser um dos elementos nesse vínculo, uma prática para (re)pensar valores, novas formas de olhar o meio ambiente e interagir com ele: vínculo imbricado em complexidades, nas quais são necessárias compreensões a partir de processos históricos, políticos, econômicos, ambientais e sociais, que demarcam a trajetória dessa relação.

Dias e Alves Júnior (2006) salientam que a urbanização traz sentido de “dominação técnica e racional sobre a natureza”, cujas representações de caoticidade contrastam com a construção urbana, regida pela razão e planificação. Oposição que provoca uma separação dos termos cidade-natureza e também desvela mediações entre esses dois elementos, a exemplo de espaços paisagísticos “naturais”, como parques e jardins vinculados aos espaços de concreto.

No vínculo cidade-natureza, o rio, os riachos, os córregos, as nascentes, os cursos d’água urbanos apresentam-se como elo privilegiado nas apropriações para o lazer. Nesse sentido, Gandara (2008) entende o rio como categoria de análise que representa um sistema indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e sociedade.

Eles são construtores de “mundos sociais” e aglutinam em torno de si uma boa quantidade de representações como “lugar de significação” que são. Servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias sócio-culturais. Eles significam muito mais do que acidentes geográficos traçados nos mapas. Os rios não são simples suporte físico. É paisagem, lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural, passagem de forças e encontro dos indivíduos (GANDARA, 2008, p.18-19).

No processo histórico, esses encontros entre indivíduos, no Brasil, deram-se com laços mais estreitos, sobretudo em períodos que precederam a intensificação do processo de urbanização, na metade do século XX. Foi nesse momento que “a poluição e a dificuldade de acesso às áreas ribeirinhas foram expulsando para longe das várzeas a prática de esportes e lazer” (GORSKI, 2010, p.36).

Um caso documentado e estudado foi o Rio Tietê, na porção da região metropolitana de São Paulo, onde hoje esse ambiente fluvial-urbano flui em um jogo entre visibilidade – quando acontecem inundações – e invisibilidades de suas potencialidades socioambientais, ofuscadas por sistema viário e enxurrada de efluentes. No início do século XX, o Tietê era procurado para “passeios, encontros, brincadeiras e para praticar esportes” (JORGE, 2006, p.124). Essa mudança radical de desenho fluvial na capital paulista, iniciada nos anos de

1940, mesmo com particularidades intrínsecas ao processo, serve para refletir e analisar rios espalhados em espaços urbanos brasileiros.

Em Foz do Iguaçu, os rios urbanos são outros exemplos de tensão que existe no entrelace do ambiente construído e natural. Situações de precariedade social e falta de opções de moradia para a população mais pobre da cidade, como foi exposto anteriormente, acarretaram em ocupações na beira-rio, fato que trouxe consequências como problemas no esgotamento sanitário, nas questões de saúde básica da população e na poluição do rio.

Gorski (2010), em estudos sobre projetos de recuperação de rios, verifica a importância do lazer inserido nesse processo, seja por meio de ciclovias, acesso para pedestres, sistema de parques na orla, parques lineares, áreas que podem receber equipamentos para fins culturais, espaços de convivência ou, ainda, pela possibilidade de práticas esportivas nas águas: ideias conectadas com ações de envolvimento da comunidade e acompanhadas de intervenções para despoluição e revitalização das águas, suas margens e seu ecossistema envolto. A pesquisadora chama atenção para as múltiplas potencialidades e funções dos rios:

Rios, riachos, cursos d'água e córregos, no imaginário coletivo, figuram predominantemente associados aos mananciais, porém apresentam propriedades outras, como demarcadores de território, produtores de alimentos, corredores de circulação de pessoas e de produtos comerciais e industriais, corredores de fauna e flora, geradores de energia, espaços livres públicos de convívio e de lazer, marcos referenciais de caráter turístico e elementos determinantes de feições geomorfológicas. (GORSKI, 2010, p.31)

É nesse contexto de pluralidade de potencialidades, inclusive socioculturais, do rio urbano, que se fortalece uma necessidade de apropriar-se da cidade e de suas águas, com um sentido mais humano, democrático e de pertencimento, zelo e revitalização. Essa discussão está inserida em contextos espacial e territorial, campos que contribuem para compreensão das imbricações entre rio, cidade e lazer, uma vez que esse debate passa por questões no universo das relações sociais, de poder, de identidade e das apropriações materiais e simbólicas. Esse assunto será discutido a seguir.

4.2 ESPAÇO, TERRITÓRIO E APROPRIAÇÕES PARA O LAZER

No entendimento de Raffestin (1980), as noções de espaço e território não são equivalentes. O território se formaria a partir do espaço, com a condução de um “ator sintagmático” (que realiza um programa) em qualquer nível. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1980, p.143). O espaço, portanto, é entendido como algo “dado”, que preexiste a qualquer ação. E o território seria uma produção a partir do espaço e estaria inscrito em um campo de poder pelas relações que o envolve.

As relações de poder intrínsecas à grande parte do debate sobre o território também estão no cerne da questão territorial para Haesbaert (2009), que, diferentemente de Raffestin, trabalha a noção de espaço não como preexistente à ação que vai constituir o território. Espaço e território são vistos como conceitos que nunca poderão ser separados, uma vez que

[...] sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder. (HAESBAERT, 2009, p.105)

Para esse autor, o espaço expressa uma dimensão da sociedade e prioriza processos em sua coexistência/simultaneidade. Essa ideia dialoga com o entendimento de Massey (2012), que defende uma abordagem alternativa do espaço, compreendendo-o como constituído através de interações – desde a imensidão do global até o intimamente pequeno, a partir de um entendimento relacional do mundo. Ainda, como esfera da possibilidade de um sentido plural no qual distintas trajetórias coexistem – um alerta para um olhar enviesado a apenas trajetórias/histórias hegemônicas –, uma vez que “sem espaço não há multiplicidade e sem multiplicidade não há espaço” (MASSEY, 2012, p.29). E, por fim, o espaço entendido como um processo em constante construção. Nesse sentido, a autora traz a busca pela abertura do futuro, baseada na tentativa de escapar da inexorabilidade frequente das narrativas da modernidade – progresso, desenvolvimento, modernização e a sucessão de modos de produção do marxismo –, que propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive do futuro, já são conhecidas.

Haesbaert (2006) discute o território com base em três vertentes: política, que se refere às relações de poder em geral, e no qual o território é visto como um espaço controlado, onde

se exerce um determinado poder – sobretudo referente ao político do Estado; a segunda é a noção pelo viés mais econômico, ou seja, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; e ainda a vertente cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão mais subjetiva, o território compreendido como produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Posteriormente, o autor também incorpora a interpretação natural(ista), que utiliza uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza. As reservas naturais ou áreas protegidas são exemplos nos quais o território é visto em uma perspectiva materialista, envolvendo áreas outras, como a ecológica. “Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão ‘natural’, que em alguns casos se revela um de seus componentes fundamentais” (HAESBAERT, 2006, p.55). Essas vertentes não são entendidas de forma fechada, ou como conceitos estanques e fragmentados, e sim dentro de uma proposta em que elas dialogam em um processo híbrido.

Tendo como pano de fundo esta noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca diferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2006, p.79).

O território assume também aspecto temporal, dinâmico, multiescalar e multidimensional, “através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido mais amplo” (HAESBAERT, 2006, p.306). O contexto de um novo momento da sociedade, de uma quase indistinção entre o que está dentro e fora, leva ainda à noção territorial na perspectiva da multi/transterritorialidade:

Mais do que uma multiterritorialidade, no sentido de uma multiplicidade de territórios, muitas vezes é de uma transterritorialidade, também, que se trata – simultaneamente, o trânsito entre mais de um território/territorialidade, em seu sentido ao mesmo tempo funcional e simbólico. Essa dimensão simbólica/territorialidade ambivalente, mais ainda do que possibilitar o acionar (consecutivo) de distintas identidades, compreende a vivência de identidades híbridas, com múltiplas referências territoriais constantemente retrabalhadas e que, quando positivamente articuladas (o que nem sempre é o caso, vide a violência de muitos processos de hibridação), representam uma espécie de antropofagia identitária. (HAESBAERT, 2011, p.25)

Ainda no terreno do espaço e território, Santos (1996, 2014) apresenta uma abordagem relacional e histórica do espaço, o qual seria formado por um conjunto indissociável entre sistemas de objetos – naturais e sociais (cidade, hidrelétricas, porto, estrada, floresta, lago etc.) – e de ações, que definem o objeto, dando-lhes sentido. É, portanto, “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 2014, p.31). Pode-se apreender que se trata de um entendimento que vai além da separação dicotômica de uma “imobilidade” – os fixos (instrumentos de trabalho e as forças produtivas) – e de “mobilidade” dos fluxos (movimentos, circulação, que explicam fenômenos da distribuição e do consumo), ambos entrelaçando-se em uma relação dialética.

No processo histórico de rápidas transformações técnico-informacionais, que se sobrepõe aos eventos naturais, um espaço racional é justamente o resultado do nível artificial (técnicas), de uma natureza artificializada, formada por máquinas movidas pela informação. “Esse meio técnico científico é formado de objetos que incluem saber técnico e são suporte do saber hegemônico, enquanto os outros espaços se tornam apenas os espaços do fazer” (SANTOS, 1996, p.241). Esse processo de racionalização em curso atinge não só a economia, como as relações sociais, ao instalar-se no meio de vida dos homens (o espaço geográfico). Ao relegar-se o espaço vivido ao jogo do mercado, esse processo gera, por conseguinte, desigualdades e injustiças sociais, como a privação do direito ao entorno – dos espaços públicos da vida urbana.

Ainda segundo Santos (2012), o território vai muito além de um conjunto de objetos, é também um dado simbólico. A plena realização do homem deveria resultar, portanto, de um quadro de vida tanto material como imaterial, que inclua nesse processo a economia e a cultura – ambos relacionados ao território. Nesse contexto, existe uma discrepância entre os atores hegemônicos que usam o território para interesses particulares e aqueles que buscam a “sobrevivência”. Uma compreensão do território que passa pelo entendimento da complexidade das diversas dimensões e escalas, e do jogo de tensão entre imposições e resistências, e, ainda, valor de troca e cidadania.

Em uma perspectiva histórica, a questão territorial passa da antiga noção de Estado-territorial a uma transnacionalização do território da era pós-moderna. Processo que se desenvolve com ampliação de trocas, comércio, complexificação do dinheiro e hegemonia do sistema informacional, operados em uma dinâmica capitalista, no contexto de uma globalização perversa (SANTOS, 1996, 2000).

Este estudo dará mais ênfase ao conceito de território baseado no entendimento híbrido de Haesbaert (2006, 2011), que traz, como citado anteriormente, forte componente material, de relações de poder e também o traço subjetivo, no campo simbólico-cultural – um sentido mais associado à identidade, também trazido por Milton Santos (2006). Essa dimensão simbólica que, no âmbito do território, não é tão evidente quanto nas discussões geográficas do lugar e da paisagem.

O conceito de paisagem, em especial, emerge com frequência no debate da composição do rio no cenário natural e sociocultural. Uma discussão que passa pela unidade visual, pela percepção de um observador, e que, portanto, é sujeita a múltiplas definições, que variam conforme as abordagens: geográfica, urbanística, ecológica ou pelo viés da arte.

Na perspectiva geográfica, Santos (2014) faz uma distinção entre espaço e paisagem, esse par dialético que trabalha no jogo de complementaridade e oposição. Enquanto o espaço conteria mais o movimento, e seria o trabalho vivo (contexto social), a paisagem teria relativamente a permanência – embora não imutável – e seria o trabalho morto (acumulado), uma fotografia, ou o visível, com suas cores, movimentos, odores e sons.

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto (acumulado), porque formada por elementos naturais e artificiais. [...] a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (SANTOS, 2014, p.74)

A paisagem tem sua dimensão histórica, espacial e também simbólica, ela é “portadora de significados, expressando valores, crenças mitos e utopias” (CORRÊA E ROSENDAHL, 1998, p.8). A paisagem está também inscrita nas pinturas e poesias – em representações do real, do imaginário ou das emoções. E ainda é vista em uma posição intimamente ligada à cultura – à expressão de normas e valores culturais dominantes e excluídos, na “paisagem da vida cotidiana” (COSGROVE, 1998, p.121) carregada de significados.

No caso da paisagem fluvial urbana, ela traz interdisciplinaridade que passa por abordagens diversas como as do planejamento urbano, da ecologia das paisagens, da história social das cidades, da estética e do paisagismo. Na relação entre cidade e natureza, os rios tracejam a paisagem, conectando montanhas, florestas, mares e planícies. Por outro lado, também é delineada forçosamente por traços urbanos. Este estudo proposto converge com o

entendimento de paisagem na qual “[...] compreender o rio urbano como paisagem é também dar a ele um valor ambiental e cultural que avança na idéia de uma peça de saneamento e drenagem” (COSTA, 2006, p.12).

A paisagem do rio, na relação com o lazer, pode estar inserida no contexto de apropriação de espaços públicos. A apropriação que, no dicionário Aurélio, traz em seu significado o ato de tornar próprio ou tomar para si. No caso deste estudo, o ato de apropriação será usado no contexto do apropriar-se do espaço público/território para o lazer, associado ao conceito de empoderamento, de ter o poder de significar o local. É o sentido que Rechia (2003) traz sobre a vida dos espaços públicos nas grandes cidades, que vai depender do significado que lhes é atribuído pela comunidade, que “muitas vezes está relacionado com as formas de apropriação e de uso no plano da vida cotidiana, gerados ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar” (RECHIA, 2003, p.14).

O sentido de apropriação usado será, portanto, mais distante da dimensão psicológica do sentimento de posse ou propriedade. É mais próximo do que Netto (1999) chama de “componente visível”, ou seja, o aspecto físico de apropriar-se pelo uso de espaços públicos urbanos, locais que expressam, segundo Rechia (2003, p.11), “o próprio pulsar da vida urbana”, e cuja origem advém da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas: entendimento este que vai guiar o presente estudo na conceituação de espaço público.

Segundo P. Gomes (2012), em torno da concepção de um espaço público há incompreensões tais como supor o público em oposição ao privado, tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada e definir esse local pela qualidade de livre acesso. Sobre essa última incompreensão, o autor problematiza:

Ora, por um lado, esta concepção peca pelo fato de não distinguir público de coletivo ou comum, ou seja, a simples característica de ter um acesso livre não configura um estatuto público ao espaço. Por outro lado, conhecemos diversas formas de espaço público que não têm essa qualidade, hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc.; todos estes não possuem como regra um acesso aberto a todos e nem por isso perdem sua qualidade de locais públicos (P. GOMES, 2012, p.160).

Os espaços públicos, inseridos no contexto do lazer, podem ser entendidos como locais de encontro com o outro para realização de práticas culturais diversas. E ainda interpretados como ambientes potenciais para sociabilidades, práticas em busca de qualidade de vida

subjetiva, do (re)pensar sobre si, o outro e as realidades mais amplas. Nesse sentido, essas vivências passam pela compreensão de que

[...] o lazer não é um fenômeno isolado e se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e os significados culturalmente produzidos/reproduzidos pelos sujeitos em suas relações com o mundo. (GOMES; ELIZALDE, 2012, p.82)

O exame mais minucioso da natureza “pública” do espaço público é visto por Massey (2012) no contexto de relações sociais, que são conflitivas e desiguais.

[...] por causa dos componentes do caos, abertura e incertezas que ambos incorporam, espaço e aqui, especificamente lugar, são potencialmente cadinhos criativos para a esfera democrática. O desafio é ter a confiança para tratá-los desta forma. Pois instituir espaços públicos democráticos (e certamente, de forma mais geral, os espaços de lugares) exige operar com um conceito de espacialidade que mantenha sob exame minucioso, sempre, o jogo das relações sociais que os constroem. (MASSEY, 2012, p.218)

A apropriação de espaços públicos para o lazer pode trazer também um sentido de conflitos ou discordâncias (SANTOS; VOGEL, 1985), resultante da própria dinâmica do uso coletivo, que passa por eventuais disputas e negociações. Para Smolka (2000, p.35), a apropriação pode também estar relacionada aos “modos de participação nas práticas sociais”. Sobre o espaço público, onde se podem abrigar essas práticas sociais, conflitos e problemas são assinalados e significados:

Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogos; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social. Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população. (P. GOMES, 2012, p.164)

No caso de Foz do Iguaçu, os cursos d’água modelaram espaços naturais e a cidade passa a incorporá-los como local de sociabilidade, apesar dos conflitos que hoje invisibilizaram esse ambiente natural. No entanto, o rio abriga essa potencialidade de ser o resumo físico de dinâmicas sociais em Foz do Iguaçu, onde se encontra o lazer nos espaços fluviais. Ele pode ter conotações diversas para cada indivíduo, expressas na contemplação estética, ou no sentido mais interativo com as águas – no banhar-se ou nas práticas esportivas

–, ou ainda numa mescla de intuitos apreciativos e “interativos”, como uma atividade de pesca, como será abordado a seguir.

5 O LAZER NOS RIOS URBANOS DE FOZ DO IGUAÇU

A terceira margem do rio (Guimarães Rosa)

[...] Sou homem de tristes palavras. De que era que eu tinha tanta, tanta culpa? Se o meu pai, sempre fazendo ausência: e o rio-rio-rio, o rio – pondo perpétuo. [...] Sofri o grave frio dos medos, adoeci. Sei que ninguém soube mais dele. Sou homem, depois desse falimento? Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.

A terceira margem do rio (Milton Nascimento e Caetano Veloso)

Oco de pau que diz: eu sou madeira, beira
Boa, dá vau, triztriz, risca certa
Meio a meio o rio ri, silencioso, sério
Nosso pai não diz, diz: risca terceira
Água da palavra, água calada, pura
Água da palavra, água de rosa dura
Proa da palavra, duro silêncio, nosso pai,
Margem da palavra entre as escuras duas
Margens da palavra, clareira, luz madura
Rosa da palavra, puro silêncio, nosso pai
Meio a meio o rio ri por entre as árvores da vida
O rio riu, ri por sob a risca da canoa
O rio riu, ri o que ninguém jamais olvida
Ouvi, ouvi, ouvi a voz das águas
Asa da palavra, asa parada agora
Casa da palavra, onde o silêncio mora
Brasa da palavra, a hora clara, nosso pai
Hora da palavra, quando não se diz nada
Fora da palavra, quando mais dentro aflora
Tora da palavra, rio, pau enorme, nosso pai.

Acción Poética 3 Fronteiras (AP3F) – Foz do Iguaçu

Piedra que canta
verso que fluye
en el agua.

Calor e suor em verão que ultrapassa a marca dos 40 graus. Nessa temperatura, é óbvio que sombra e água fresca são convidativas para um alívio ao corpo e, por que não, também à alma. Assim, desenha-se um típico cenário para ilustrar a estação mais quente do ano em Foz do Iguaçu, cidade onde as máximas médias giram em torno dos 33° C, por vezes com temperaturas que ultrapassam os 40° C. O apelido jocoso “Forno Iguaçu” justifica-se. Como alguns moradores mencionaram, para essas altas temperaturas, as águas do rio “chamam” para

um frescor, ainda mais em uma cidade presenteada pela abundância de ambientes fluviais, representados, sobretudo, pela imponência dos rios Paraná e Iguaçu.

Nessa descrição, mais elementos integram-se nesse fluir das águas: as matas ciliares, os bancos de areias, os animais ali presentes, as nascentes dos rios, os afluentes – braços menores que são como “ares condicionados” naturais para as pessoas, segundo analogia feita por um morador de longa data de Foz do Iguaçu. Enfim, vidas e veias que se integram, formando um conjunto vital ao ser humano, o qual tem a possibilidade de buscar o frescor das águas para o lazer nas cidades.

Em Foz do Iguaçu, como já foi abordado em outro momento, a relação natureza-sociedade é marcada por tensões, estendidas sobretudo sobre as águas dos rios. Muitos deles, hoje, estão invisíveis, perdem a respiração sob concretos e em meio a lixos e efluentes colocados em seu corpo hídrico natural. Claro, esses fenômenos não são exclusividade dessa cidade. É uma realidade que traz no bojo aspectos intraurbanos e questão ambiental nas suas intersecções com a urbanização brasileira.

É importante olhar para Foz do Iguaçu a partir do ponto de vista sistêmico, para entender os conflitos entre o ambiente construído e o natural. A trajetória da cidade, exposta no capítulo *Foz do Iguaçu – O contexto da cidade e suas águas*, indica forças atuando nos âmbitos social, econômico, político e cultural, que estão diretamente conectados à realidade de tensões, a exemplo do que acontece na relação entre “sistemas de cultura” e “sistemas de natureza”, com o cenário que “cidades invadem as águas, e as águas invadindo as cidades” (COSTA, 2006, p.10).

Os rios, portanto, fluem em contradições em Foz do Iguaçu, no sentido de processos de segregação de seus espaços e, também, de abrigo de apropriações para um lazer democrático. O ambiente fluvial é marcante na identidade da cidade e possui uma composição de cenários de espaços públicos para o lazer – em suas diversas formas – que ainda sobrevivem, embora sem mais as mesmas cores e tonalidades da diversidade ambiental e de relações mais íntimas com os moradores. Embora rareadas, ainda restam, portanto, apropriações para o lazer nos rios urbanos e entorno, e sobram histórias para se ouvir e refletir, que contribuem para o entendimento desse processo.

5.1 RIOS, AFLUENTES E LAZER – CARACTERÍSTICAS, TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Contam alguns moradores que, em Foz do Iguaçu, os rios maiores – Paraná e Iguaçu –, ao longo do tempo, ganharam a fama de serem “traíçoeiros”. O adjetivo esteve presente de forma marcante nas falas dos depoentes. Esse dito atravessa gerações, com advertência dos pais às crianças sobre o perigo iminente desses fundos rios. Essa fama é importante para compreender a relação entre os rios urbanos e o morador da cidade. Pergunte a um deles sobre o banho e nado no rio, e é provável que tenha pelo menos uma história com final trágico, foi o que muitos disseram. Essa ênfase nas falas pode ser exemplificada nesse trecho de entrevista:

Não nadava porque meu pai já ensinava que a água era muito traiçoeira, né? O rio por cima é manso, mas por baixo é turbulento, ele puxa você. [...] Vai nadar até um pedaço lá, aí dá câimbra, às vezes dá redemoinho, a água puxa pro fundo. Volta uma, duas vezes, vai pro fundo e não volta mais. E já vi pescando, piá, verão, a turma tomando banho e tal, um guri se afogando, a irmã ir salvar e morrer junto [...] No areião isso, quando tinha areião, fica no Porto Meira. (CAIAQUE, 2014)

Não é, no entanto, com apenas esses populares ditos entre os moradores que se faz(ia) o verão iguaçuense. Nos tempos que precederam a intensa urbanização do município, fica claro nas falas de moradores o vínculo rio-lazer, sobretudo para aqueles que viram e sofreram com a transformação urbana. Uma época que precedeu presença de modernos aparatos de comunicação e opções privadas como clubes e balneários, como pode ser percebido nos seguintes depoimentos:

No rio, antigamente nós descíamos no rio normalmente, você descia para pescar, nadar, isso era todo dia no Rio Paraná. Porque além do Porto Meira, morei no Jardim América¹⁴, que se tornou favela Bambu. Ali tinha água corrente, tinha pedra lisa, a gente costumava escorregar na pedra. E daí era nosso lazer na época. Criança naquela época da gente não tinha muito o que fazer. Não existia brinquedo, não existiam as coisas, então a gente caçava o que brincar, porque o lazer da gente era descer no rio, pescar, brincar. Agora ali virou esgoto. Era um rio, afluente, que descia pro Rio Paraná. Então existia uma pedra que era lisa lisa, por incrível que pareça era lisa e a gente ia escorregar, porque era uma descida a pedra. Daí você caía numa poça funda. (BRASIGUAIO, 2014)

¹⁴ A região do Jardim América localiza-se na porção oeste de Foz do Iguaçu, próxima às chamadas “barrancas” do Rio Paraná.

Hoje você tem opção, de TV, internet, automóveis, naquela época não existia tanto automóvel assim. E não existiam clubes. Hoje eu quero ir no clube, num balneário, quero alugar uma piscina, hoje tem, é possível. [...] Naquela época não havia nada disso. Então um dos lazeres é você passear na margem do rio ou praticar natação no rio, não existe outro local pra você praticar natação em Foz do Iguaçu. Não existe praia de oceano, não havia Lago de Itaipu ainda. Então uma das fontes de recreação eram esses pequenos rios e rios grandes também. (PARDAL, 2014)

Por rios pequenos, “Pardal” refere-se aos afluentes que alimentam os grandes Paraná e Iguaçu. Esses rios-afluentes, diferentemente dos “traíçoeiros” Paraná e Iguaçu, aparentam, pelos depoimentos, ser espaços onde moradores tinham mais intimidade. E são também os mais centrais, para se pensar na relação tensionada sociedade-natureza, em Foz do Iguaçu. Tensão permeada por uma demanda de moradia na cidade, surgida muitas vezes a partir de processos de desocupações, que levaram uma legião de moradores às regiões próximas aos rios, em habitações precarizadas, com o sofrimento de “invasão” de águas.

O adensamento populacional de Foz do Iguaçu recai especialmente ao redor do Paraná e seus afluentes. Nesse crescimento urbano, encurtaram-se as distâncias entre os moradores e outros rios, antes mais distantes da perspectiva do centro da cidade. O Rio Iguaçu e seu afluente Tamanduá são exemplos dessa relativização das distâncias, que outrora, mais afastados das áreas urbanizadas, também eram apropriados pelos moradores para o lazer.

A relação é de participação com o rio (Paraná), porque é um rio muito grande. Nós sabíamos, escutávamos histórias que a gente não poderia vacilar porque é um rio que possui muitos redemoinhos etc. Então por ser um rio muito grande, de fronteira, nós tínhamos medo. Mas nem por isso nós não usávamos outros rios como o rio Tamanduá, ele não era tão cêntrico, hoje a gente pode chamar ele de cêntrico, porque a cidade já tá virando Centro. [...] Então nós sempre buscávamos alternativas nos espaços naturais. (ESPORTISTA, 2014)

Eu nadava todos os dias no rio. Eu morava perto do Rio Boicy, na Vila do Sossego, onde há pouco tempo urbanizou uma favela, favela da Guarda Mirim¹⁵, foi a primeira ocupação daquela mata ali. Aliás, ela chegou antes do bairro quase. [...] No Boicy tinha pequenas represazinhas, pequenos lagos, a própria população fazia pequenas barragenzinhas, com pedras, formava um laguinho e a gente brincava ali. A gente mesmo fazia. ‘Ah, tá diminuindo água no nosso laguinho aqui, vamos colocar pedra.’ Juntava todo mundo, colocava pedra e represava. E a gente nadava por ali. [...] Pra nadar mesmo e muita gente ia nadar, pescar, senhoras iam lavar roupa, bater roupa naquelas pedras do rio. (PARDAL, 2014)

¹⁵ Essa favela citada por “Pardal”, assim como outras, a exemplo das Favelas da Marinha, Cemitério e Monsenhor Guilherme, estão localizadas a menos de 500 metros do epicentro urbano de Foz do Iguaçu, próximas ao Rio Paraná.

Juntava 5, 10, 12 piazzada e ia tomar banho mesmo. A gente fechava com pedra um canal do rio pra poder represar e ficar mais fundo. E pertinho de Foz do Iguaçu, hoje o mercado Muffato Boicy¹⁶, ali tinha o que chamava buraco preto. Um buracão que tomei muito banho ali. Estamos falando início da década de 70, 60, depois virou (supermercado) Muffato, foi desaterrado, o Rio Boicy foi canalizado. E o Rio Monjolo tem a cachoeira¹⁷, que é mais na cidade, no centro urbano. A cachoeira do Rio Monjolo, que nasce lá no (supermercado) Big, e lá tomei muito banho, ducha natural, massagem. E que hoje lamentavelmente tá contaminado, mas dá pra visitar. Pessoal vai pra tirar foto, mas não para banho. Então o maior lazer quando era criança era realmente nadar e tomar banho no calor. (GUARANI, 2014)

A própria constituição do rio, com suas cores, suas formações, seus sons, sua flora e fauna, apresentava características que também despertava o sentido para o lazer. Um exemplo disso é o Rio Monjolo, um afluente do Paraná de terreno argiloso, que hoje tem como um pequeno respiro um parque em reforma, onde há presença de algumas nascentes. Vale ressaltar que esse parque é apenas um pedacinho visível do Monjolo. A construção desse pequeno “espaço verde” resultou na perda de sua constituição natural – flora e fauna e os cursos d’água –, alvo inclusive de crítica, conforme esses depoimentos:

O lazer no Monjolo era mais pescaria naquele alagado, pantanal. Ali é uma espécie de Pantanal... eu cheguei a ver algumas lagoas, então as pessoas iam ali pescar e iam admirar aquilo. Até há pouco tempo você via ainda lagoas por ali, elas foram todas aterradas, quase, você tem uma ou outra, sobreviventes ainda daquela época. [...] Quando comecei a prestar atenção na nascente do Rio Monjolo, você via vários pássaros, garças e outros pássaros que gostam de ficar na água, de pescar. São pássaros pescadores. Depois eles remodelaram a nascente do Rio Monjolo, eles escavaram e mudaram totalmente, mas ainda assim é um espaço de lazer. Fizeram um represamento ali. E só que modificou toda biologia. [...] O prejuízo é a supressão das espécies, essas espécies de pássaros desapareceram simplesmente. E talvez algumas de peixes desapareceram também. (PARDAL, 2014)

O lago (do Parque Monjolo) é uma das nascentes (do Rio Monjolo), são várias, não dá pra dizer ‘nasce aqui’. Aproveitaram três nascentes pra fazer o lago e tem mais uma na outra quadra e mais outra na outra quadra, até em forma natural. O lago já tinha, parte foi limpo, ampliado, e tiraram toda a mata, eu fui contra isso. Espantaram os bichinhos, os marrequinhos que tinha ali na forma silvestre, e hoje virou Parque Monjolo. (GUARANI, 2014)

¹⁶ O supermercado fica na região do Centro de Foz do Iguaçu, por onde o Rio Boicy cortava a cidade.

¹⁷ O Rio Monjolo também corta a região do Centro de Foz do Iguaçu. A cachoeira que compõe esse rio, a que “Guarani” se refere, também está localizada no Centro da cidade, embora escondida ao lado de casas e rodeada por lixos.

Foto 6: Parque Monjolo

Fonte: Produção própria da autora

As áreas “verdes”, por onde desfilavam cursos d’água, propiciavam, em Foz do Iguaçu, o contato com a natureza e a interação com ela. Ademais, abrigavam atividades de lazer, além de contribuírem para um ar com mais frescor à cidade. Nesse contexto, no que concerne ao desejo dos moradores da cidade de retornar a um ambiente mais “natural”, Gomes (2008) pontua que é imprescindível refletir sobre os significados por trás da nostalgia citadina que inspira certa paz, uma necessidade de comunhão com a natureza por meio de vivências de lazer no “campo” e no “mundo rural”. Uma explicação para esse fenômeno está na própria falta de “espaços verdes”. O lazer na cidade pode demandar equipamentos, tais como praças e parques, com áreas mais “naturais”. E também a revitalização e preservação de ambientes como praias e rios, de forma a tornarem-se mais integrados à cidade e à população.

Outro espaço em Foz do Iguaçu que perdeu suas características, ou melhor, vem desaparecendo ao longo do tempo, são os chamados “areíões”, ou “praias” à beira-rio, locais onde se abrigavam atividades de lazer. Hoje, esses espaços naturais foram praticamente apagados da paisagem de Foz do Iguaçu, por conta da atividade comercial de extração de areia – ainda presente – e, ainda, das modificações na estrutura dos rios.

Às vezes volta, tem lugar que volta. Agora quando eles terminaram o areião (no Paraná), eles pegam (areia) no Iguaçu lá em cima. Aí vão extraindo, extraindo areia, com embarcação. Vai extraindo, extraindo, vai virando um buraco, chega na pedra acaba a areia. As pessoas não frequentam mais esse areião, chamava areião. Era tipo uma prainha, área de lazer bem bom, pra quem sabia curtir, sim. No verão, fresquinho, água boa. Ia muita gente, fazia churrasco, levava lanche, curtia. Pessoal do Porto Meira, mas vinha gente de fora. (CAIAQUE, 2014)

Antigamente, as pessoas iam para o rio para o lazer. A gente ia, sentava, tinha areia da praia. Você sentava na areia, as crianças na água. Era pai pensando que tava pescando, coisas de crianças – gritando na água – e mães cuidando, e às vezes havia fogãozinho, levava lanche, bebida. [...] Temos mesmo problema aqui que o (rio) São Francisco. Se você notar, prainhas que somem. Quando faz represa, segura areia. A cor do Paraná, hoje você vê que ele é azulado, isso porque não tá vindo areia e não vai fazer praia. [...] Se você estiver em cima da barreira, olha para baixo, quando ela (a água) sobe e cai, ela ainda tá escura, quando para a confusão toda, fica azulada; isso é falta de areia. Eu protesto contra esta perda de praia. (CANOÍSTA, 2014)

O protesto do “Canoísta” é pela perda de um dos principais espaços públicos de Foz do Iguaçu, cujos rios – suas “praias” e cachoeiras – abrigavam atividades de lazer, que foi perdendo-se ao longo do tempo. O lazer nesses ambientes pode ser interpretado no contexto de um exercício de direitos sociais. Estes, inseridos no componente espacial, como aponta P. Gomes (2012), estão intimamente relacionados à ideia de ser cidadão, cuja etimologia da palavra tem origem no fato de habitar a cidade – em um processo de associação de pessoas unidas tanto por laços formais quanto hierárquicos. O autor lembra que historiadores pontuam o início da democracia quando uma divisão territorial das tribos é adotada. E um enfraquecimento da democracia em uma excessiva fragmentação territorial, afinal “ser cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial” (P. GOMES, 2012, p.135).

A origem das cidades, da ideia da *polis*, surge, como pontua Rolnik (2000), do princípio da igualdade e da diferença, fundada na possibilidade de pessoas conviverem com o diferente e o diverso; uma convivência conjunta a partir de um contrato político entre elas.

O milagre cidade se produz quando o homem, além da sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza, cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de bios político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas. A vida na cidade constitui-se não só pela convivência de pessoas diferentes, como também por sua participação de um contrato social que tem caráter público; contrato tácito baseado na palavra e na persuasão, na não-violência, é possível estabelecer o espaço público, constituir de forma permanente o contrato. A essência do público – seja espaço, convívio ou identidade – que é feita de diferentes linguagens e falas, de troca de olhares, de bens e de amores, acabou minguando, senão regredindo para uma espécie de administração da sobrevivência imediata transformando-se em pura burocracia (ROLNIK, 2000, p.182).

A discussão espacial e territorial, portanto, tem sua importância na compreensão das imbricações entre rio-cidade-lazer democrático, na medida em que esse debate contribui para pensar questões no universo das relações sociais, de poder, de identidade e das apropriações materiais e simbólicas. Essa citada tríade, em Foz do Iguaçu, possuía uma marca que passa pela formação da identidade histórica da população, cujas águas próximas às suas residências eram abraçadas com um sentimento de pertencimento e apropriação:

Começo dos anos 70, esse pessoal desta época de quando meu pai chegou, logo quando eu nasci, curti muito o rio. Então o pessoal que é de Foz, nascido aqui, tem essa herança que já vem de nossos pais, de que eles tinham relação muito próxima com o rio, mesmo os que não moravam tão próximos ao rio. O principal lazer daquela época sempre foi o rio. (AVENTUREIRO, 2014)

Aqui em Foz do Iguaçu e região, a gente é conhecido como homem do rio, porque quando os colonizadores chegaram, o barraco, a casa, sempre acampavam à margem de um rio ou um córrego, então o rio passou a ser muito importante pela água que pela dificuldade. Tomava banho era no rio, lavar roupa era em um rio. [...] Lamentável hoje nossos rios e córregos tão contaminados, poluídos aqui. Cresceu a cidade e esse é o preço do progresso. (GUARANI, 2014)

Nesse último depoimento, a menção ao crescimento da cidade remete a uma problematização do que se entende por progresso. O marco da construção de Itaipu Binacional está, como já exposto, imbricado diretamente nesse processo de transformações. A chegada dessa hidrelétrica significa progresso? Para quem? Podemos encaminhar a discussão no sentido de que as hidrelétricas são emblemáticas para pensar relações entre mercado, meio ambiente e sustentabilidade.

Nesse debate, um viés de discussão socioambiental traz, por um lado, a defesa de “energia limpa” proporcionada pela força das águas e, por outro, está presente uma lógica que coloca em segundo plano a população, ou seja, os habitantes dos locais onde são construídas as barragens. Nesta face da moeda, esse contingente de pessoas é visto como “barreira” para um certo tipo de “progresso”, em um contexto de disputa entre distintas racionalidades, além de diferentes formas de apropriações e significações do território. A isso se soma o impacto ambiental provocado por esse tipo de empreendimento.

Para Zhouri e Oliveira (2007), a construção das barragens hidrelétricas gera injustiças ambientais e estão em sentido oposto à sustentabilidade. Esse entendimento é reflexo da produção de energia para atender sobretudo a determinados segmentos industriais concentradores de espaço ambiental, o que gera conflitos sociais a partir de assimetrias na

apropriação social da natureza. Essa assimetria marcou a construção da barragem de Itaipu, gerando confrontos e movimentos de protesto por parte dos colonos agricultores, com apoio de setores da igreja – a exemplo da Comissão Pastoral da Terra.

As tensões a partir da expropriação desse grupo refletiam nas denúncias de injustiças que cresciam na proporção em que se erguia a hidrelétrica. Problemas na falta de consulta prévia sobre o empreendimento; a não indenização a vilas, além de preços irrisórios nas compensações financeiras aos desapropriados; falta de opção de sobrevivência daqueles expulsos de suas terras; e rompimento de laços sociais, pela sobreposição de um empreendimento sobre o que os expropriados chamaram de patrimônios da comunidade – igrejas, escolas, associações e outras benfeitorias comunitárias (GERMANI, 2003).

Nesse sentido, a construção da hidrelétrica foi marcada por movimentos de contestação, que nascem a partir de impactos socioambientais, em um período no qual intensificam-se – em nível nacional e mundial – discussões sobre o meio ambiente e as marcas que a atividade industrial deixa nos ambientes naturais.

O chamado progresso, tão presente nos discursos dos governos militares, que põe em prática grandes projetos de desenvolvimento econômico e industrial, mostrou-se desumano para as populações que foram desapropriadas, contribuindo para o desaparecimento de belezas naturais, como as Sete Quedas, na cidade de Guaira, até aquela época um dos pontos turísticos mais importantes do Paraná. (M. RIBEIRO, 2006, p.48)

Nesse período, assim conta Mazzarollo (2003), o então presidente da República, general João Figueiredo, teria dito, dias antes do represamento do Rio Paraná – que acarretaria o fim das Sete Quedas:

Que bom seria se pudéssemos ter Itaipu e também Sete Quedas! Este é um exemplo de que a gente tem de perder alguma coisa para ganhar do outro lado. As preocupações preservacionistas devem ter em conta os interesses de natureza social ou econômica (MAZZAROLLO, 2003, p.175).

Diante do discurso associado à noção de “progresso” como um caminho irreversível para o “desenvolvimento urbano”, podem ser feitas algumas indagações: que tipo de progresso e desenvolvimento se busca? E de que forma questões socioambientais inserem-se nessas discussões? No bojo dessas perguntas, encontra-se o debate sobre o processo de simultaneidade entre rios e cidades, que estaria mediado “de modo a transformar, tanto quanto

possível, o espaço e a natureza em infraestrutura eficiente à circulação do capital” (MELO, 2014, p.289). Esse modelo de desenvolvimento rebate em processos simbólicos de significação do rio, e na maneira como a população integra-se a ele. Por isso o lazer, nesse contexto, sofre com esse processo que privilegia uma racionalidade produtiva, que apagam as múltiplas representações e apropriações mais democráticas sobre os espaços fluviais nas cidades.

A simultaneidade rio-cidade, em Foz do Iguaçu, passa à margem de preocupações ambientais e vida dos ambientes fluviais da cidade, sobretudo os mais urbanos. Dentre eles está o Rio Boicy, cuja formação geológica basáltica assemelha-se à das Cataratas do Iguaçu. É um rio caudaloso e de águas rápidas, que se oxigenam mais facilmente, mas que, no entanto, hoje luta para respirar.

Foto 7: Nascente do Rio Boicy



Fonte: Produção própria da autora

As nascentes do Rio Boicy – um dos mais urbanos de Foz do Iguaçu – são exemplos do descaso que, ainda assim, movimenta crianças para o lazer nos “restos” de vida. As nascentes, partes vitais no processo de vida dos rios, sofrem na cidade, com suas invisibilidades. São

mortes a partir de mau uso do solo, construções – ruas, casas e bairros –, drenagem e aterramento, que deixam de preservar, podemos dizer, a esperança de vida dos rios.

Com frequência, os meninos que moram ali na Vila Independente¹⁸, mais próximo, vão ali com frequência. Se você for, acredito que até hoje com esse calor que tá, eles estão por ali brincando nas águas (da nascente do Rio Boicy). E não é uma água de qualidade, que tá assim, a gente vê que a cor dela não é uma cor de água normal, bem cuidada. E vai saber que tipo e qualidade da água é essa pra um criança desta redondeza, dos moradores em volta da nascente. [...] O rio (Boicy) pode estar associado a lazer. Ele tem pouca água ali, mas fazer revitalização nas redondezas da nascente ficaria a coisa mais linda. Ficaria um parque assim, digamos, assim, seria não pra uso de banho, de pesca... mas pra mostrar pra população que tem como cuidar do meio ambiente ali, cuidar, estar revitalizando, plantando uma árvore, cuidando dessa árvore, fazendo ela crescer, fazendo a nascente ficar mais sólida, mais forte, brotar mais água, quem sabe. (NASCENTE, 2014)

As reestruturações urbanas de Foz do Iguaçu, portanto, refletiram sobretudo e mais (in)visivelmente nos afluentes, os primeiros a sofrerem com a intensa transformação da cidade. Nesse processo, o intenso crescimento urbano de Foz do Iguaçu, após a década de 1970, segundo González (2005, p.67):

Não pode ser tomado como obra única e exclusiva do capital sobre a cidade e seus espaços, mas como resultado da luta entre grupos sociais distintos, rivalizando pelo direito de ordenar, ao seu modo e a partir de sua racionalidade, a cidade.

Nessas disputas, que envolvem direitos à cidade, a questão ambiental esteve em segundo plano, gerando um processo contínuo de degradação das águas fluviais e seus entornos.

O rio ficou poluído, ficou sem a mata, o Rio Boicy. Depois que você desmata, causa erosão, e daí já modifica também a paisagem. Pra você ter uma ideia, muita gente, há umas duas ou três décadas atrás, jogava entulho na beira do Rio Boicy. Tem locais totalmente aterrados com entulho de construção. Porque não existia essa coleta de entulhos como há hoje, as caçambas, nem o processamento disso. Simplesmente jogava ali porque a década de 70, até se falar muito dessa questão ecológica, o rio era um local de jogar lixo, entendeu? Não era um local que você considerava como lazer, era um despejo, uma coisa desprezível. Ah, tá incomodando. ‘O que é aquilo ali, ah, é um rio, só um rio’, entendeu? Não há nada mais que isso. Não tinha essa visão que muitos têm hoje, mas essa mentalidade

¹⁸ A Vila Independente está localizada entre o Morumbi III e o Portal da Foz, bairros localizados na região do São Francisco (FIGURA 1), situado ao sudeste de Foz do Iguaçu. Essa região, uma das mais populosas e carentes de infraestrutura do poder público, abarca, no total, 21 bairros da cidade. A Vila Independente está às margens do Rio Boicy, com ocupações em situações precarizadas, que refletem, por exemplo, no esgoto a céu aberto, que cai diretamente no rio, e nas enchentes que invadem as moradias da população.

continua ainda, ela não desapareceu. Então as pessoas veem o rio como simplesmente um depósito de esgoto. Esgoto a céu aberto, que deve ser aterrado, que deve ser modificado, que é um inconveniente pra vida da sociedade, pra urbanização. (PARDAL, 2014)

Minha família sempre morou próximo ao Rio Paraná. Nós morávamos a menos de 150 metros do rio [...]. Nossa relação com o rio sempre foi muito intensa, principalmente com o rio maior, porque os rios menores da cidade, desde que eu me entendo como pessoa, eles já foram ocupados por um crescimento não planejado, por uma falta de planejamento dos projetos diretores do município. Então as comunidades mais antigas, as pessoas mais velhas, os moradores mais antigos talvez tenham mais referência dos rios que cortam a cidade. Mas hoje você tem quase todos eles canalizados. E os que ainda não estão canalizados em determinados pontos hoje são motivos de problemas, porque geram enchentes. Na verdade, eles não são o problema, nós somos o problema. Nós ocupamos o lugar onde eles deveriam continuar passando, deveriam continuar sendo espaços públicos. Então a gente tem esse tipo de situação. (ESPORTISTA, 2014)

A cidade não estava infraestruturada pra receber tanta gente em tão pouco tempo. E o que aconteceu: nem todos acharam bom emprego, nem todos acharam um bom lugar pra morar e foram invadindo as margens dos rios. E aí foi gerando favelas, foi desmatando e poluindo. Então o crescimento desordenadamente. Hoje todos os rios que passam dentro da cidade estão poluídos. Aí já vêm esgotos clandestinos, lixos que jogam na rua, e quando vem a enxurrada, como o rio tá na parte mais baixa, quando vem enxurrada o lixo vai parar tudo no leito do rio, aí é um problema. [...] Vem a construção da (ponte) Amizade, trouxe gente desordenadamente, depois veio a construção da usina de Itaipu, depois veio o comércio de Ciudad del Este, começou nos anos 80, trouxe muita gente isso daí. Cresceu muito em pouco tempo e não teve projeto ambiental, cada um foi fazendo o que bem entendia e quando nascer realmente projetos, campanha ambiental, já é um pouco tarde. Mas ainda há o que recuperar, recuperar não, permanecer, proteger o que ainda existe, porque recuperar totalmente vai ser muito complicado. A natureza é um processo longo e pra destruir é rápido. (GUARANI, 2014).

Na última fala, vale ressaltar, como já mencionado anteriormente, que no “fenômeno” do crescimento urbano de Foz do Iguaçu – geralmente contado com uma cronologia e marcos citados por “Guarani” –, os moradores mais pobres da cidade, como sujeitos produtores do espaço urbano, são pouco visibilizados nessa trajetória histórica. Ou seja, esses marcos macroestruturais e temporalidades de referência nem sempre são representativos para certos grupos na cidade (GONZÁLEZ, 2005). Nesse sentido, moradores da cidade, que lutaram pelo direito à moradia, travaram a disputa em um cenário de embate de forças com a elite política e econômica de Foz do Iguaçu, e pressões do mercado imobiliário da cidade.

Dessa maneira, também interviram e se inscreveram como autores da história dessa cidade, lutando pelo direito de construir e ordenar o espaço ao seu modo, suprindo assim suas necessidades materiais, mas também manifestando sua presença nesse tecido urbano quando insistiram em ocupar “lugares proibidos” como áreas verdes (destinadas à preservação ambiental) ou áreas estratégicas, militar e/ou

economicamente (como as ocupações realizadas nas barrancas do Rio Paraná, estratégicas para a Marinha e para a Polícia Federal, ou aquelas ocorridas na área central, estratégicas para a indústria turística e para o comércio). (GONZÁLEZ, 2005, p.20)

Dados do Plano de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS PR, 2013) apontam que Foz do Iguaçu, em 2010, possuía 9.055 assentamentos precários, 2.225 edificações nos loteamentos clandestinos e 39 favelas, nas quais havia 6.830 domicílios. Números do Centro de Estudo da Metrópole/Ministério das Cidades (2000) indicam que os aglomerados subnormais¹⁹ e assentamentos precários, em Foz do Iguaçu, correspondiam a 12,69% do total de domicílios na cidade. Segundo o IBGE, a existência de aglomerado subnormal está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e, ainda, ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano. Deve-se, também à carência de infraestruturas. Esses aglomerados surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, com habitação de espaços, em grande parte, menos valorizados pelo município, setor imobiliário e fundiário, no tecido urbano.

Portanto, colocar essas questões nesse âmbito de complexidades, em um conjunto sistêmico, é fundamental quando essas realidades estão inseridas no universo de tensões entre ambiente natural e construído, como foi o caso de Foz do Iguaçu. Em relação a características intraurbanas, a concentração espacial de pessoas e atividades, a escala, a diversidade de funções desempenhadas nas cidades, além da base material na forma de um ambiente construído, influem diretamente em questões ambientais, no contexto de uma complexa trama urbana. É nela que emergem desigualdades intraurbanas – como segregação de espaços e (re)distribuição injusta, principalmente para os extratos mais pobres, no que concerne ao abastecimento, acesso à saúde, saneamento e tantos outros serviços (M. SMOLKA, 1993).

É preciso também pontuar que a malha viária de Foz do Iguaçu cresceu em meio a uma estrutura de canalização e de asfalto que “matou” os rios que cortam a cidade. O Detran/PR registra, em Foz do Iguaçu, em janeiro de 2014, uma frota equivalente a 147.555 veículos motorizados, para uma população que, em 2011, soma 256.081 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2015). Sobre mais esse conflito ambiental envolvendo o ambiente construído, Melo (2014) sustenta que a produção histórica dos cursos d’água

¹⁹ O IBGE (2015) define aglomerados subnormais como um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características, quais sejam: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

urbanos integra todo o processo social e ideológico de dominação de classe e relações capitalistas, por meio do espaço. Essa compreensão é necessária para entender a vida cotidiana, que integra a história da cidade e de seus moradores, bem como as relações de pertencimento ao espaço urbano.

Os rios, portanto, seriam constituídos de ampla dimensão histórica e social, que envolveria, dentre outros processos, a abertura de áreas para fluxos de carros nas metrópoles, o que gera empobrecimento da relação entre moradores e cursos d'água, e supressão de “territórios dos rios” (MELO, 2014, p.296) – áreas necessárias para que eles possam viver, como nascentes, planície de inundação e vegetação ribeirinha.

Em Foz do Iguaçu, as transformações da cidade foram acompanhadas pela sobreposição viária para conectar-se com a Argentina (Puerto Iguazú) e o Paraguai (Ciudad del Este), em detrimento dos deslocamentos fluviais – ao menos, por parte do Brasil. A falta de acesso público que conecte as pessoas ao rio, seja por meio visual ou contato físico, foi apontada como um dos motivos pelos quais perde-se gradativamente a conexão entre morador e rio. E, conseqüentemente, perde-se a conexão entre o lazer no rio e a população da cidade.

O único acesso para o Rio Iguaçu é o antigo Porto Meira, usado para travessias de balsas que faziam ligação entre Brasil e Argentina, até meados da década de 1980, quando acontece a inauguração da Ponte Tancredo Neves, que passa a ligar os dois países via terrestre. Hoje ele é chamado de Porto Areia, uma vez que é pertencente à empresa de exploração de areia, no leito do Rio Iguaçu, e, portanto, utiliza esse espaço para fins econômicos privados.

Outro ponto de contato com o rio, dessa vez o Paraná, também foi fechado: o antigo Porto Oficial, que encerrou suas atividades no mesmo período da inauguração da Ponte da Amizade, nos anos 1960. Hoje alguns barcos de turismo e navegações comerciais circulam pelo ambiente fluvial. O trânsito de moradores da cidade brasileira pelos rios, portanto, foi diminuindo com o tempo, assim como o vínculo com esse elo de ligação fluvial, como relatam depoentes.

A relação Foz-amor-Rio Paraná, ela vem diminuindo desde 65, foi quando saiu a Ponte da Amizade. Até 65 tinha porto antigo, pra tratar com Paraguai, era no Rio Paraná. Aqui era Porto Oficial, saía daqui e ia pro Porto de Franco, que funciona até hoje. Essa era a relação Brasil-Paraguai. Era bem dividido Brasil-Argentina. Esse povo da tradição Paraguai começou a se perder em 65 e com a Argentina foi em 85, 20 anos depois, com ponte Tancredo Neves. Então, o que eu chamo de amor-Rio Paraná? É o povo que nasceu e morava nos bairros de Foz, que hoje você nem sabe que existe. (CANOÍSTA, 2014)

O uso do rio era bem mais antes, porque o acesso, as ruas eram os rios. E agora abriu caminho por todo lado, ruas por todo lado, então o pessoal dificultou mais o barco e começou a frequentar mais por terra os locais. [...] Tinha barco de poupa de motor, você pagava, claro. E tinha barco a remo, que não tinha muita pressa, pagava baratinho, mas levava também, você chegava no destino. Tudo, da Argentina pro Paraguai, do Paraguai pra Argentina, da Argentina pro Brasil e do Paraguai pro Brasil e vice-versa. (GUARANI, 2014)

Nos depoimentos sobre essa opção viária para conectar as cidades da Tríplice Fronteira, surge também o repensar sobre o ritmo mais acelerado dessa mobilidade, que influi no sentido de contemplação dos rios e a paisagem desses locais.

Imagina a quantidade de barquinhos que viviam atravessando gente pra lá e pra cá, né? Esses são os primeiros que dançam, a quantidade de barquinhos que levam e trazem gente de um lado e pro outro. Esses morrem todos. Isso aconteceu aqui em Guaíra, dançou duas vezes com Itaipu e com a ponte. [...] Até as pessoas que passam não demoram. Tem gente que vai para o Paraguai e nem nota que passou na ponte. Não tem mais cerimonial de você atravessar a ponte pra notar que tá em outro país. A ponte é bem mais rápida, passa muito mais gente. (CANOÍSTA, 2014)

A travessia da ponte hoje se converteu em uma passagem para a sobrevivência de muitos que trabalham com o comércio e, também, para o consumo de uma infinidade de produtos barateados pela zona franca, em Ciudad del Este. É, portanto, um dos ritmos da cidade, frenético, que remete a um movimento do pós-modernismo que, para Harvey (2007), traz a compressão do espaço-tempo, com impactos sobre práticas político-econômicas, equilíbrio do poder de classe, sistema de comunicação e vida sociocultural. Isso com reflexos também em uma aceleração no ritmo da produção e do consumo (objetos, estilo de vida e atividades de recreação) capitalista, na lógica da cultura do descarte, na efemeridade – de produtos, ideias, valores, ideologias etc. – e ainda no simulacro da cultura de massa – serializada e repetitiva. Portanto, opera a força do capital, que coordena o espaço fragmentado.

A era pós-modernista que atua no território, nesse sentido, possui base fluida, fragmentada, móvel, na qual a lógica reticular do território-rede se sobressai – e coexiste – na relação com o território-zona, este marcado pelo limite nítido das fronteiras (HAESBAERT, 2006). Hissa (2002) contribui para pensar em diferentes perspectivas o conceito de limite, que é próprio da cultura dos povos. Uma delas insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação de um ou mais mundos. O limite também poderia ser apresentado como algo que se coloca entre dois ou mais mundos, para que as suas diferenças possam ser

compreendidas. Ou, ainda, um entendimento que remete ao cerceamento do livre trânsito e que, por isso, leva também à ideia de liberdade. “Nessas circunstâncias, o limite é o reconhecido como o que supõe a vigiar o território e o domínio proibidos, como se nele houvesse uma vida autônoma e a vocação da guarda” (HISSA, 2002, p.19).

No caso do limite-fronteira, Haesbaert (2011) propõe uma visão não só como um delineamento para o controle, a contenção, como também na perspectiva de “contornos”, uma vez que a barreira é também para ser transposta e transgredida. Pensar essas questões nos limites fronteiriços da Tríplice Fronteira ajuda na compreensão das relações de poder, de contornamentos e, também, das identidades que se forjam em um espaço híbrido trinacional, cujo limite simbólico e concreto é o rio.

Os muros que, nas barrancas, separam Ciudad de Este de Foz do Iguaçu são hoje símbolo de um conflito que passa por esse sentido de transposição e transgressão. O território de ilegalidade e contrabando de mercadorias, com estratégias de “contornos” e embates de poder, sobretudo entre Brasil e Paraguai, marca a relação entre esses dois países, na fronteira. Souza (2009) investigou, com base em entrevista com trabalhadores, que a relação entre cidade, trabalho e fronteira está longe de ser um fenômeno recente em Foz do Iguaçu. O comércio de mercadorias era uma forma bastante comum e cotidiana de estratégia de sobrevivência de boa parte dos trabalhadores na cidade, desde a década de 1940.

No caso do comércio da Argentina, muitas pessoas faziam, nesse período, em pequena quantidade, o transporte de mercadorias, venda de produtos agrícolas, com intuito inclusive de atender a uma demanda em Foz do Iguaçu, com compra de produtos como trigo, macarrão, azeite etc. A partir do crescimento da escala de compra de mercadorias, na Argentina, com a única finalidade de revenda, esse comércio foi caracterizado como contrabando (SOUZA, 2009).

Na relação com Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, a existência de diversos portos ilegais transformam alguns espaços da beira-rio dessas duas cidades em territórios mediados pela sobrevivência e por atividades ilícitas. Estas são forças que, ao prevalecerem, foram apontadas pelos moradores entrevistados como principais responsáveis pelo afastamento de práticas de lazer nos rios fronteiriços.

O tráfico é antigo, veio em escalas. Primeiro o tráfico de erva-mate e madeiras, era do chamado ouro verde. Não tinha tanto risco você frequentar o rio. Começou a ficar perigoso quando começou o tráfico da farinha de trigo, início da década de 70, da Argentina para o Brasil, a era do ouro branco. Aí começou o tráfico com tiroteio, a Polícia Federal contra contrabandista. Depois começou o tráfico de drogas e armas, e aí começou a ficar perigoso. Começou em grande escala, no início dos anos

80. Aí veio o tráfico das muambas do Paraguai. Foi o que mais derrubou o lazer dos rios. As pessoas vão ainda, mas ‘vou ou não vou?’, ‘vou e será que vou voltar?’... (GUARANI, 2014)

Essas coisas vão afastando o povo. E a geração mais nova vai nascendo sem contato, amedrontada pelos pais e vai perdendo as habilidades também, né? De nadar. Em 99, até 97, 99, eu acho que se extinguiram até os últimos nadadores paranaenses nativos. Sabem no que eles estavam trabalhando? Coisa incrível. Os contrabandistas passavam de dia na ponte e jogavam caixas e os caras pegavam caixas e traziam. Então estavam trabalhando para contrabando. Mas não porque foi pra academia, eram meninos do rio. Aí pra frente, crianças não vão mais. Foi coisa gradual, que foi espantando, espantando. (CANOÍSTA, 2014)

Às vezes, eu sempre escutava boato dos outros pescadores que eles davam tiros de lá pra cá, os paraguaios. E eu nunca vi. Depois de um tempo, agora eu estava pescando, deram um tiro e passou perto de mim. Aí parei de pescar lá no Paraná. [...] Tem uns caras que passam muamba e tal, de repente é por causa disso. De noite eles trocam tiro ali. Aí pescadores veem de dia e pensam que são os mesmos. E não é, a turma vai pra pescar e o lazer acaba estragando. Estraga. Você perde a vontade, fica com medo. (CAIAQUE, 2014)

Nesse contexto, existe, ainda, uma discrepância entre os atores que usam o território para interesses mercantis e aqueles que buscam a “sobrevivência”. Uma compreensão do território que passa pelo entendimento da complexidade das diversas dimensões e escalas, e do jogo de tensão entre imposições e resistências e, ainda, valor de troca e cidadania.

A cidade, enquanto ambiente construído, produzido para a reprodução ou sobrevivência, requalifica problemas elementares e introduz novas e complexas questões, a exemplo da violência urbana, que deve ser entendida dentro desse contexto interconectado, e não como um caso isolado ou individual. E dentro dessa complexidade, o meio ambiente é alterado pelo processo de estruturação intraurbana e, no contexto dos países periféricos, tem desafiado as noções mais elementares de equilíbrio.

M. Smolka (1993) pontua as alternativas para o enfrentamento dos problemas ambientais do ponto de vista tanto dos efeitos – mais conectados com propostas neoliberais, que pretendem potencializar as forças de mercado e a iniciativa individual –, como também das causas – que preconizam uma mudança mais radical nos costumes e modo de vida. Ambas, segundo o autor, são alternativas complicadas e de difícil implementação, nas quais estão em jogo grupos de interesse e correlação de forças desiguais. O autor defende que a questão ambiental, no contexto intraurbano, não deve se restringir ao ecologismo/ambientalismo.

Em Foz do Iguaçu, essa complexidade, permeada pelas interconexões entre o meio ambiente e a vida social, é um horizonte de análise de uma cidade, que passa por jogos de interesses diversos. A complexidade irradia-se ao inseri-la no contexto que vai além do espaço brasileiro, ampliando-o para um conjunto de países. No campo fluvial, percebem-se contradições por meio das construções históricas, cujas implicações rebatem inclusive no lazer do rio hoje.

A interação lúdica com o rio, por meio do lazer, foi perdendo espaço com a clara contradição de abundância e potencialidades do rio que, no entanto, foi sendo inviabilizada, a partir da posição “de costas” para esse ambiente fluvial. Outra contradição está no potencial do rio e margens para espaços públicos de lazer, com investimentos sobretudo privados, gerando nichos de usuários dos rios, a exemplo de clubes ao longo do Rio Paraná (Iate Clube Lago de Itaipu, Cataratas Iate Clube, Maringá e Amambay). Esses três últimos têm acesso gratuito e aberto ao público apenas por meio dos restaurantes. O primeiro é voltado para sócios, com estruturas diversas de lazer e equipamentos bem cuidados, com quadras, quiosques e rampas de lanchas.

Nesse sentido, o que está sendo posto não é simplesmente a dicotomia público *versus* privado, tampouco a condenação desses empreendimentos privados, mas sim, em certa medida, uma contradição e, seguramente, uma discrepância que existe entre o que foi apropriado pelo poder privado em espaços públicos e o descaso público sobre o que poderia potencialmente ser espaço apropriado democraticamente pela população de Foz do Iguaçu, para o lazer. O acesso a esses espaços é uma das problemáticas apontadas pelos depoentes. Os chamados areiões, citados no início deste capítulo, eram um dos acessos facilitados, ou locais onde se possibilitava chegar aos rios.

A questão é que fomos criando outros tipos de hábitos. Hoje aqui existem muitos balneários, a prainha. Daí você prefere pegar tua família [...] porque, no rio, você descer não oferece conforto, é cheio de pedra, tem que descer pirambeira, não é que nem você pegar... e vai adquirindo outros hábitos, né? Com a família, você não dá pra ir, só se for molecada, mas esposa, levar os filhos, as meninas, já fica difícil. Minhas filhas vão no domingo nadar, desce para nadar no Paranazão, mas antigamente era mais... Enchia, sabe, via muita gente, as pessoas assando carne na beira do rio. Tinha areia, mas o pessoal vai tirando toda areia... (BRASIGUAIO, 2014)

[...] a gente não pode colocar culpa nas pessoas, a gente pode colocar culpa no Estado de modo geral. A gente sabe que tem uma faixa, ainda mais por ser fronteira, que é da União. Depois dessa faixa, são públicos. A gente tem o Parque Nacional do Iguaçu, que é da União e tem suas concessões. [...] Tá privatizado? Não tá, tá

desorganizado, poderia se pensar estrategicamente a longo prazo em como melhorar essa relação da comunidade com o rio, em especial falando dos rios maiores... (ESPORTISTA, 2014)

Tem vários aspectos que dificultam que a população usufrua do rio. Boa parte está no Parque Nacional e o Parque Nacional não permite que você se banhe, ou o faça pra transportes, não pesque. Não pode, né?! Outra parte do rio pega algumas áreas rurais, que são propriedades particulares. Então só vai entrar quem conhece esses moradores. E depois a outra parte que margeia a fronteira oferece os riscos de uma fronteira, onde não tem uma vigilância adequada, que tem contrabando, que afeta também. Acho que é por isso que reduz as possibilidades. O pessoal vai mais para o lago (Itaipu) mesmo... para os clubes, pelo Iate Clube, para o (clube) Maringá, o pessoal mais elitizado que tem lancha. (ESCALADORA, 2014)

Em Foz do Iguaçu, o modelo de cidade que valoriza os encontros da diversidade e do diferente não é potencializado. Possui ainda o agravante de, como enfatizado em momentos anteriores, buscar organizar a cidade voltada para a visão de local “para turista ver”. Essas questões contraditórias, construídas historicamente, com direcionamentos de verbas que privilegiam esse setor, certamente não colocam como prioridade as apropriações sociais do morador da cidade.

Primeiro você tem que construir para o morador. A partir do momento que você tem espaço pro morador, o turista vai usufruir também, acho que esse é o caminho certo. Isso que talvez falte um pouco. O turismo é a principal indústria da cidade, então nesses fóruns acaba ficando muito... falam muito o acesso para o turista, a via para o turista, há esse erro de interpretação, deveria ser o contrário. Constrói um ambiente pra que o morador tenha uma boa qualidade de vida, aí o turista vai usufruir disso tudo que existe pro morador. Aí o turista acaba se envolvendo com a cidade, acaba gastando mais. A gente vê muito o turista jovem, o turista estrangeiro, o mochileiro, esse novo perfil de turista que tá vindo pra cidade. Eles perguntam: mas o que as pessoas da cidade fazem? (AVENTUREIRO, 2014)

Nesse elencamento de contradições que surgiram ao longo das entrevistas e pesquisa, é relevante pontuar que alguns depoentes colocam justamente Itaipu Binacional como o principal ator que está pensando o “desenvolvimento sustentável” na cidade, embora nem todos os entrevistados seguissem essa linha de pensamento. Foz do Iguaçu recebe os chamados *royalties* – compensações financeiras – para as cidades atingidas pela construção da barragem de Itaipu. Como compensações ambientais e sociais, a empresa binacional realiza

projetos de preservação dos rios, como o Cultivando Água Boa²⁰, além de outros projetos socioambientais.

Se você me perguntar hoje quem pensa em meio ambiente no município de maneira consciente, apesar se a gente analisar profundamente, é Itaipu. Ela causou uma grande intervenção no meio ambiente, mas pelo menos eles pensam no meio ambiente, eles pensam no desenvolvimento sustentável. Atualmente, o município ganhou a concessão de ser o tutor ou o responsável pelas licenças ambientais. Nós estamos observando, é um descaso, é como se fosse dar a caneta na mão de louco, porque a gente não tá vendo critério nenhum. Não existe um pensamento de desenvolvimento ambiental, existe um pensamento de desenvolvimento econômico. (ESPORTISTA, 2014)

Ainda sobre os impactos de Itaipu Binacional, seguimos a abordagem de um espaço imbuído da contradição de ser um dos principais locais de lazer, que nasce a partir do represamento do Rio Paraná: a Prainha de Três Lagoas.

5.2 A PRAINHA E O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS

Um dos principais locais de lazer de Foz do Iguaçu, onde é possível ter contato com o rio, nasce de um processo contraditório – a já mencionada Prainha. Ela surge a partir do represamento do Rio Paraná, para a formação, em 1982, do lago “artificial” de Itaipu, no conjunto das obras da hidrelétrica. O local está situado na região de Três Lagoas (ver região 1 na Figura 1), que, assim como outras áreas da cidade, a exemplo da Vila C (ver região 2 na Figura 1), começou a ser urbanizada desde meados da década de 1970, quando teve início a construção da usina de Itaipu Binacional. A maioria dos moradores dessas regiões origina-se de uma população de trabalhadores que migrou para a cidade nessa época.

²⁰ O projeto Cultivando Água Boa foi promovido a partir de 2003 e estabelece como objetivo a proteção dos recursos da Bacia hidrográfica do Paraná 3, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu. Segundo dados oficiais da iniciativa, atualmente, são desenvolvidos 20 programas e 65 ações, que vão desde a recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente (CULTIVANDO ÁGUA BOA, 2015).

Três Lagoas situa-se a 10 km do Centro de Foz do Iguaçu e está limitada ao norte pelo Lago de Itaipu; ao sul, por uma área rural; a leste, por Santa Terezinha de Itaipu; e a oeste, por Furnas e Distrito Industrial. Segundo dados sobre o perfil da população em função das regiões e quantitativo populacional, referentes ao ano de 2003, a região possuía 27.124 habitantes, o que correspondia a 9,7 % da população (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

De acordo com as pesquisas de M. Ribeiro (2002), antes da chegada de antigos funcionários da Itaipu, a região resumia-se a poucas casas e grande parte dos moradores tinha vindo de Alvorada do Iguaçu, uma das primeiras vilas destruídas pelas desapropriações de Itaipu Binacional. O local, segundo a pesquisadora, teria sido batizado assim devido à existência de lagoas que podiam ser vistas do alto da estrada, como contam antigos moradores. Também foi conhecido por pertencer a uma zona de meretrício, transferida para esse local devido aos processos de desapropriação onde é hoje o Conjunto Habitacional da Vila A, por parte de Itaipu.

Durante o governo dos militares, as denominadas “zonas” deveriam estar localizadas em bairros separados dos residenciais, não sendo permitido o exercício da prostituição na cidade, nos bares, nos bailes, pois deveriam funcionar apenas nas casas ou boates apropriadas. [...] Segundo os mais diversos segmentos da sociedade, “as casas de prostituição” deveriam estar localizadas em bairros distantes da cidade, sujeitas a constantes fiscalizações médicas e policiais, bem como os alojamentos dos trabalhadores de Itaipu. A organização espacial da cidade demarcava bem os territórios por onde os sujeitos deveriam circular, traduzindo os interesses dos administradores de Itaipu. O prefeito nomeado também era, então, um funcionário de Itaipu. Condenada e ao mesmo tempo aceita, a zona de meretrício cumpria, naquele momento, a função de ser um dos locais mais concorridos da cidade, freqüentada principalmente pelos trabalhadores da obra [...]. (M. RIBEIRO, 2002, p.87-90)

A Prainha em Foz do Iguaçu integra um conjunto de outras praias artificiais criadas ao longo do lago, também construídas em cidades como Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu. González (2005), em uma releitura crítica de publicação oficial (Itaipu) sobre o local, aponta para o viés do discurso da empresa binacional, segundo o qual há, nessa prainha, uma relação harmônica e complementar entre capital e natureza, no desenvolvimento urbano da cidade.

[...] enfatiza-se a perspectiva na qual não apenas os custos ambientais da formação do lago são amenizados e compensados, mas também o impacto de sua construção teria sido algo positivo para a região, já que teria alavancado novas possibilidades

para a indústria turística regional, surgindo como uma economia alternativa e/ou complementar à economia agroindustrial já consolidada na região. (GONZÁLEZ, 2005, p.28)

A criação do lago gerou, por parte de Itaipu, um Plano Diretor do Reservatório, que definiu os seus múltiplos usos, além da geração de energia elétrica, quais sejam: navegação, pesca, abastecimento de água para consumo e irrigação, turismo e lazer. Entre as medidas ambientais para o lago, incluiu-se a criação, em 1999, de uma faixa de preservação do reservatório, na qual a margem brasileira possui extensão de 1.400 km, serpenteando 16 municípios – incluindo Foz do Iguaçu –, localizada em Área de Preservação Permanente (APP)²¹.

Essa zona confluiu com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece parâmetros, definições e limites para as APPs de reservatório artificial e o regime em seu entorno. Em um dos pontos dessa legislação, consta que:

O plano ambiental de conservação e uso poderá indicar áreas para implementação de pólos turísticos e lazer no entorno do reservatório artificial, que não poderão exceder a dez por cento da área total do seu entorno. (CONAMA, 2002)

Nesse contexto é que, portanto, surge a chamada Prainha de Três Lagoas de Foz do Iguaçu, local marcado por contradições, tensões e, ainda, por uma diversidade de lazeres na cidade.

5.2.1 Lazer na Prainha

O elo afetivo entre a pessoa e o lugar, ou ambiente físico, Tuan (2012) denominou “topofolia” – difuso como conceito; vivido e concreto nas experiências pessoais. Muitos lugares, bastante significantes para certos indivíduos e grupos, podem ter pouca notoriedade visual e ser conhecidos emocionalmente. Por isso, é um conhecimento que está além da mente

²¹ As Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram instituídas pelo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965 e alterações posteriores) e consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014).

ou o que os olhos enxergam criticamente. Pessoas de diferentes experiências, antecedentes socioeconômicos e aspirações têm atitudes em relação à natureza que pode mudar à medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo.

O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. (TUAN, 2012, p.116)

Essa construção social ou atitudes em relação à natureza, portanto, podem mudar com o tempo. E se a natureza é radicalmente modificada pelo ser humano ao longo do tempo, qual a percepção ou reapropriação das pessoas em relação ao lugar? Essa pergunta foi levantada, em Foz do Iguaçu, em fins de semana de um verão, quando a Prainha da cidade fica cheia e se constrói um cenário que aviva o olhar e desperta outros sentidos.

Fotos 8 e 9: Prainha de Três Lagoas



Fonte: Produção própria da autora

A começar pela audição. O som de música sertaneja e baladas românticas, em rádios brasileiras, mistura-se ao ritmo latino de *reggaeton*, em rádios paraguaias. Uma mescla caótica de som próximo aos carros. Nas quadras, jovens jogam futebol e vôlei. No gramado, famílias fazem piquenique, garota solitária esboça desenhos, adultos aproveitam o sol para estirarem-se em cangas e colchão inflável. Crianças sobem em árvores, adultos deitam na rede, estendida entre árvores. Outros andam de bicicleta. Rodas de amigos e famílias servem-se de cerveja e assados. Outro grupo de idades variadas toma *tereré*, ou seria o chimarrão? Em pleno verão, é mais provável que seja a bebida paraguaia, servida fria. Jovens riem em

meio a tragadas no *narguilé* – cachimbo de água, de origem árabe, usado para fumar tabaco aromatizado. São os cinco sentidos aflorados sob o sol que beira seus 35 graus, com direito a sombra e água. No Lago de Itaipu, parece haver uma divisão entre, por um lado, jovens em bote e, sobretudo, crianças de outro. Elas nadam, jogam vôlei, batem pernas e braços em boias, pulam ao som de gargalhadas e gritos... Do outro lado, o tom é mais silencioso. Lá, estão pescadores amadores: crianças, jovens, adultos e idosos. Uma paz auditiva quebrada pelo som dos motores. São *jet skis* e barcos que passam em velocidade.

Você tá vendo aquele cara que tem barco ali? Se eu fosse ele, com aquele barco ali, eu tava pegando peixe lá no fim, não aí. Só que não é o hobby deles. E cada um tem seu hobby. Então discrimino eles. Se fosse eles que estivessem pescando aqui, eu jamais ia passar os barquinhos aqui. Ele tá me estrovando. Imagine ele com barquinho lá? Cada um tem que respeitar os outros. Olha o monte de lugar que tem pra andar lá. Ele não tá vendo que tem pescador aqui? Tem que respeitar. A única coisa que tenho que reclamar da prainha é isso daí. [...] Eles vêm, dão cavalo de pau aqui, é chato. Outra coisa, eles estão de *jet ski*, tem que ter segurança. (PESCADOR ADULTO, 2014)

A reclamação do pescador é antiga e diz respeito a linhas invisíveis que envolvem o lugar da pesca, do nado e dos *jet skis* e barcos, mais ao fundo. Nos dias de observação, não havia nenhum monitoramento dessas práticas em termos de segurança, e restaram reclamações quanto ao uso, apropriação e desorganização do espaço de cada grupo.

Eu sei que não vou pescar ali porque sei que vai ter um cara que vai tomar banho. A mesma coisa, eu tô pescando aqui, o cara não vai vir nadar aqui. Se ele vem nadar aqui, eu digo, ‘ô, cara, vai nadar ali, aqui’. Tem caco de vidro, cheio de toco, tem gente que não conhece aqui, eu conheço. (PESCADOR ADULTO, 2014)

Os pescadores conhecem o lago e têm muitas histórias para contar sobre o lazer no local, ou no rio de águas correntes. Repetiram-se histórias de passagem de ensinamentos de pescaria intergeracional. Na beira do lago, as idades eram variadas. Um idoso com um neto criança. Jovem com um amigo. Pai e filhos. Uma e outra mulher pescavam ou acompanhavam o movimento da varinha arremessada e o olhar paciente, à espera de um puxão na isca. Paciência silenciosa sob um sol escaldante. O lago (ou o rio) alivia, afaga... Torna-se amigo perigoso para um jovem pescador; é e foi ao longo de uma vida, a liberdade de um idoso; proporciona momento de lazer em família; os ambientes fluviais rendem histórias para amigos.

Às vezes sair pra balada não adianta, tem muitas pessoas, muitos bebem, muitos fumam. Então melhor vir no rio, você vê água, você nada, você come uma carne, tirando um lazer. Nesses lugares, você não tira um lazer. É perigoso nesses outros lugares. O rio é meu amigo, você pode se divertir no rio, mas ele pode te levar à morte, tem que tomar cuidado, é perigoso. Tem muita pedra no rio. Antigamente todo rio era limpo, saudável, hoje tem muita poluição. (PESCADOR JOVEM, 2014)

Eu nasci sempre na beira do rio pescando. Eu gosto de estar na beira do rio, pra mim é liberdade. Não precisa pescar, basta estar aqui, andar por aqui, olhar, ver o movimento da água, é muito bom. Pescar na beira do rio você não fica pensando em contas, em quem você deve ou se tem alguém que te deve, se você vai cobrar alguém ou não. Aqui você esquece tudo. Você só quer saber de jogar uma isca na água e ver o que vai puxar. E aquela surpresa. Hoje, por exemplo, tá saindo carazinho, mas você vai preparar uma isca pra algum peixe surpresa e sempre você pega, entendeu? (PESCADOR AMADOR, 2014)

Eu gosto de pescar sempre com minha esposa ou com meu neto. Não é qualquer pessoa que vem pescar comigo. A pescaria é pra de tirar uma pira. Você vai levar um cara pra te incomodar na beira do rio, você vai ser incomodado. Você vai pra ficar tranquilo. (PESCADOR ADULTO, 2014)

A pesca vai porque gosta de pescar. Nem tanto pelo peixe, mas por aquele ‘tchan’ de estar na beira da água. Falar ‘vou pescar no Rio Paraná’, entende? Então se a gente chegar em outro lugar e falar pra outra pessoa: ‘olha, eu pesquei no Rio Paraná’. Se ninguém conhece, ele fala, ‘nossa, o Rio Paraná!’. E é aqui próximo. [...] Inclusive tem bairros na barranca do Rio Paraná, e sempre o que Foz do Iguaçu tem com o Rio Paraná é isso, tem moradores, lazer. (PESCADOR IDOSO, 2014)

Fotos 10 e 11: Lago da Prainha de Três Lagoas



Fonte: Produção própria da autora

O rio e a Prainha sobressaíram também como espaços gratuitos que restam à população que não pode pagar pelo lazer na cidade. Em locais onde há presença do elemento água para se divertir, as opções privadas são maioria, a exemplo de balneários, pesca e pague, ou Parque Nacional do Iguaçu. No caso da Prainha, apesar de Três Lagoas ofertar praças, o local foi colocado por frequentadores – alguns moradores da região – como única opção para a cidade de Foz do Iguaçu voltada para o lazer.

Trago meus filhos, minhas filhas, minhas netas agora. A família toda. É o lazer deles, é aqui, e não é só meu. É da maioria da população de Foz, não tem outro lugar pra você ir. Não tô dizendo pobre, rico, entendeu? Isso aqui não divide, é pra todo mundo, pra amarelo, cor-de-rosa, preto. O lazer é aqui, entendeu? Se você vai pra uma piscina... Quando eu tinha meus meninos pequenos, eu ia pra piscina, menos de 500 real não podia sair, porque lá você paga pra entrar, paga carro, paga por criança. Tem lugar que não pode levar um refrigerante, uma cerveja. Num clube, numa piscina, num balneário. Aqui não, depois que já tinha os piá, aí chegava domingo, ia para o mercado, comprava minha carminha, cervejinha, meu refrigerante para os meus filhos, a bolacha, os *chips* deles e vinha pra cá, entendeu? Aqui eles brincavam, jogavam bola, chegava de tardezinha e ia embora. Isso não era só eu, é até hoje todas as famílias, né? (FLORA, 2014)

A gente só vem na Prainha, moro na Prainha, é o único lazer que temos em Foz do Iguaçu, por incrível que pareça é a Prainha. Pra sair do Morumbi²², ou é a Prainha ou é o balneário, mas a gente prefere mais a Prainha que o balneário, porque no balneário são mais piscinas, é onde junta muita gente, tem bailão, é só piscina, tem que pagar pra entrar. [...] Tomo solzinho, adoro sol, tomo cervejinha, às vezes já traz uma carminha, assim. Enquanto a gente fica aqui, as crianças ficam lá se molhando. [...] Não tem outros lugares de lazer? Ah, praça tem pra você ir, mas não vai levar família onde praça tá destruída, suja, onde tem adolescente bebendo, fumando. Se tiver fumando, o vento leva. No Morumbi, tem Praça de Sete de Setembro, mas é tudo pago, né? Não é todo mundo que tem condições de pagar um brinquedo a 3, 4 reais por filho. Então, aqui não. Eles vêm, vai brincar na água, fica correndo, jogando bola. (SOL, 2014)

Não vou mais (pescar no rio). Não tem mais lazer e não tem dinheiro. Sem dinheiro não dá. Em Três Lagoas, tem que ter dinheiro no pesca e pague – aquele lazer. Não tem mais nada pra lá. Para os pobres só aqui, quem quiser vir pular aqui. Só aqui o lazer. As Cataratas (Parque Nacional), tem que pagar, agora Itaipu tem que pagar pra entrar ali. Não tem. Os balneários pra lá também tem que pagar. Só aqui é de graça, mas eles (políticos) não arrumam. Falta interesse, só querem fazer nome. [...] Turista vem lá do outro lado, lá porque é particular, lá paga do outro lado. Pode ir pro outro lado pra ver lá, é tudo lindo, porque lá é pagado, é associado, é tudo sócio lá. Va lá pra você ver que lindo que é lá, não é que nem aqui. (EX-PESCADOR, 2014)

O “Ex-pescador” faz uma comparação entre a Prainha e um clube privado, possível de ser avistado a partir do primeiro. Ele compara a infraestrutura do clube para sócios – bem

²² A região do Morumbi está localizada ao leste da cidade de Foz do Iguaçu. É umas das mais populosas e é dividida em Morumbi I a IV. Tem a curiosidade de abrigar ruas em homenagem ao mundo do futebol e esporte, a exemplo do próprio nome Morumbi, uma referência ao estádio de futebol, em São Paulo.

cuidada e com diversas comodidades –, que contrasta com precariedades da Prainha, de fato um dos poucos espaços públicos em Foz do Iguaçu para o lazer. Nas entrevistas dos depoentes, sublinha-se a gratuidade do acesso a um espaço público, o que remete ao sentido de cidadania, a partir da esfera do lazer como direito social. Santos (2012) confere ao espaço a condição de reprodutor da totalidade social na interface com necessidades sociais, econômicas e políticas, que passam, por sua vez, por uma discussão na esfera do “espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2012, p.59).

Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 2012, p.64)

Nesse sentido, para criar um novo tipo cidadania – de respeito à cultura e busca de liberdade –, Santos (2012) aponta que são necessárias mudanças no uso e na gestão do território, por meio de uma política redistributiva para a totalidade da população, independente de onde esteja cada indivíduo. Entende, ainda, que o território vai muito além de um conjunto de objetos, é também um dado simbólico.

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O *território usado* é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p.14, grifo do autor).

O sentimento de pertencimento da Prainha, um local da cidade com apropriações diversas para o lazer, mistura-se a também à indignação com a situação de descaso do local: lixo, desconfiança da água poluída do lago e falta de infraestrutura adequada foram algumas das reclamações.

A Prainha, a cargo da prefeitura, sofreu transferência de gestão, em 2011, para a Fundação Cultural, autarquia que questionou a lei a qual instituiu essa mudança, alegando que a função de gestão do local não está estabelecida em seu estatuto social. O fato é que, hoje, ainda que por meio de licitação para uma empresa gerir a infraestrutura da Prainha, a

responsabilidade foi transferida para a Fundação. A reclamação de alguns usuários do local veio acompanhada de uma confusão sobre a quem pertence a gestão institucional da Prainha, o que gera inclusive dificuldades de cobrar as responsabilidades no que tange ao funcionamento e à infraestrutura.

A situação não compensa, olha a situação como tá isso daqui, ruim. Pode vir daqui a um ano pra ver se eles arrumaram, aqui teriam que fazer igual a (Prainha) Santa Helena, fazer quiosquinho bonito, grama bonita, colocar areia, colocar lojas, arrumar e deixar bonito. Mas não faz. Fala que vai fazer e não faz. [...] Eles (população) não reclamam, falam tanto em *royalties*, diz que aqui é área federal, é de Itaipu aqui, por que os deputados não arrumam aqui então? Aqui não é área da prefeitura, a Itaipu que comanda aqui. (EX-PESCADOR, 2014)

Falta limpeza, mais quiosques pra família ficar, é melhoria. Isso aqui deve ser da Itaipu, prefeitura se unirem. A Marinha, não sei se a Marinha tá nisso. Falta união pra ir pra frente. Porque uma andorinha sozinha não faz verão. [...] Cada prefeito que foi passando, muitos abandonou, não sei se é erro do prefeito. Falta unir Itaipu – creio que Itaipu manda aqui, a Marinha, a prefeitura... não sei. Fazer união e ir pra frente, né?! [...] Olha aqui do lado mesmo, quando o rio tá cheio vai até lá, já imaginou fazer um calçadão aqui? Aqui é tão fácil pra fazer, não vai gastar muito. [...] Porque é o único lugar que o jovem tem pra curtir a noite, curtir, faz som e... Mas é o que tá vendo aqui. Eu acho que precisamos de cortador de grama, pra pegar e fazer; uma boa administração da praia, pra tudo, pra limpeza, pra reforma, grama, quiosque, banheiro. (FLORA, 2014)

Esse descaso também está presente em outro espaço da cidade – o Marco das Três Fronteiras. Embora em situação de abandono, o local possui um potencial para o lazer a partir da presença do rio, mesmo que as apropriações para essa finalidade sejam pontuais. Mais um exemplo, portanto, que contrapõe potencialidades e problemáticas involucradas nesse descaso com que os espaços públicos da cidade são tratados. Nesse local, como visto, há o encontro dos rios e simbolicamente a união de três nações: Argentina, Brasil e Paraguai.

5.2.2. Lazer no Marco das Três Fronteiras

Outro local que teve citações marcantes entre os entrevistados iniciais da pesquisa foi o Marco das Três Fronteiras, criado em 1903. Ele está na região do Porto Meira (ver região 4 na Figura 1), situado no sul de Foz do Iguaçu, limitado ao norte pelo Rio M'Boicy e Avenida dos Imigrantes; a oeste, pelo Rio Paraná; a leste, pelas avenidas das Cataratas e do Mercosul; e

finalmente ao sul, pelo Rio Iguaçu. Possuía 37.469 habitantes, o equivalente a 13,4% da população de Foz do Iguaçu, segundos dados de 2003 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013). Porto Meira era o nome do Porto Alfandegado e oficial no Rio Iguaçu, de onde partiam os barcos para Puerto Iguazú, na Argentina.

O Porto Meira é formado por 28 bairros e constitui um cordão periférico que abarca Foz do Iguaçu, por meio das margens dos rios Paraná e Iguaçu. É uma das regiões mais populosas da cidade e possui extensa área de barrancas (margens de rios), que, embora pertencentes à União (Governo Federal), tem sido ocupada há algumas décadas, segundo González (2005), inicialmente por pescadores e agricultores e, mais recentemente, por sem-tetos e imigrantes vindos de várias partes da cidade. O local está situado em posição de grande especulação imobiliária, devido à localização que conecta Brasil e Argentina. Está inclusive em fase de licitação uma segunda ponte, que ligaria Brasil ao Paraguai, o que geraria uma nova reorganização física e econômica do local e, nesse processo, a tendência é provocar tentativas de desocupações forçadas dos que lá vivem.

Foto 12: Porto Meira, local de embarcações



Fonte: Museu da Imagem da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu (www.cmfi.pr.gov.br)

A região também é conhecida por ser um dos cartões postais da cidade. Em um mirante, localizado no Marco das Três Fronteiras, é possível ver o encontro dos rios Iguaçu e

Paraná, e os demais marcos, representados por obeliscos, em Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Portanto, representa o encontro das três nações, símbolo da cidade que sobressai aos olhos, no caso brasileiro, sobretudo de turistas. O olhar “para turista ver” mais uma vez aparece na entrevista com moradores, em relação ao sentimento de pertencimento do local.

)

Falta restaurante com preço acessível pra todo mundo, não só pra turista. Infraestrutura, dar uma melhorada, estacionamento e parquinho. E lugar pras pessoas ficarem. Pessoa que vem, que não queira consumir uma coisa, mas querer ficar também. [...] Até o turista, ele vem mesmo porque ouviu falar do Marco das Três Fronteiras e acha que é grande coisa. Eles vêm e não tem... chega aqui e vê que na verdade não é nada. E o preço do artesanato é caríssimo, pra morador principalmente. Porque turista tá viajando, tem bastante dinheiro, mas para o morador [...] Pras crianças, não tem nada. Elas chegaram aqui e falaram: ‘pensei que era legal, mas a gente vai ficar muito tempo aqui?’ Já chegam, de cara, e não gostam. É uma coisa que as crianças jamais... às vezes a gente é influenciado pra passear pelos filhos. Eles falam, ‘ah, mãe, vamos sábado em tal lugar, ou domingo’. A gente acaba decidindo o lugar pelos filhos. E aqui é um lugar que não chama atenção pras crianças, pra adolescente, pra nada. Pessoa vem provavelmente, vem uma vez e só. [...] É investido bem pouco em espaços públicos, lugar que não precisa pagar é investido muito pouco, quase que nada que chama atenção. Lugar bom é o que paga. (MORADORA, 2014)

Esse depoimento remete à relação entre o lazer e a cidade, na qual emergem, segundo Rolnik (2000), conceitos antagônicos do uso do solo urbano, do lazer, dos modos de promoção, da qualidade de vida e do modelo de cidade que cada sociedade está construindo e consumindo. Por um lado, tem-se a ideia do espaço urbano reduzido a um suporte de conexão de pontos, ou seja, um simples local de acesso, para chegar aos locais onde existe prazer – tanto os espaços domésticos como os de consumo cultural ou esportivo. Outro ponto de vista enxerga o lazer mais conectado à cidade, onde há estreitamento de relação entre os cidadãos e, portanto, com funções sociais e pessoais mais identificadas com a dimensão pública da cidade.

Nesse sentido, o lazer passa a ser o componente primordial da chamada qualidade de vida – termo comum do marketing imobiliário –, com base em parâmetros e escalas de valores que indicam o maior ou menor grau de nobreza dos locais urbanos. Essa visão defende uma qualidade de vida baseada em espaços segregados, onde prevalece o modelo privatista da cidade, uma vez que o espaço público e a multifuncionalidade, nas concepções arquitetônicas e urbanísticas da cidade, são postos em segundo plano, relegados à pequena escala de valor.

A dimensão pública vai perdendo cada vez mais sua dimensão política de contrato social e acaba reduzindo-se à administração do trânsito, da rede de água e de esgoto etc. Na verdade, o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive das mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação (ROLNIK, 2000, p.182).

No Marco das Três Fronteiras, na parte superior, há alguns velhos bancos para sentar, grama alta, um parquinho com pouca apropriação, uma loja de souvenirs e uma lanchonete. Há também poucos ambulantes vendendo óculos, relógios e pulseiras. Pouco mais abaixo do local turístico, encontra-se a parte mais próxima do rio. Nesse cenário, resta ainda a atividade dos pescadores – labuta para os profissionais e lazer aos amadores. É possível avistar, no local, barcos de turismo, de lazer, de vigilância e embarcações comerciais. E, ainda, *jet skis*, além de algumas canoas e botes. Do outro lado, no Paraguai, avistam-se pescadores nas barrancas. Na Argentina, outros pescadores, além de pessoas que passeiam em uma *costanera*, utilizada para caminhadas e avistamento do rio.

Também encontram-se, no local, uma casa e um senhor: um pescador profissional de longa data. Os pescadores amadores conversam desconfiados, pedem para não gravar entrevistas alegando questões religiosas e outras não reveladas. A desconfiança remete posteriormente a uma indução de que talvez seja ocasionada pela ilegalidade da pesca, uma vez que se trata da época da Piracema, quando ocorre a reprodução e desova dos peixes em rios e reservatórios (novembro a fevereiro). E, por isso, há restrição da pesca de espécies nativas. Mais dispostos a conversar estão, ainda, jovens que se reúnem para divertir-se na beira do rio e refrescar-se em um mais um dia de calor no verão iguaçuense.

Volta e meia pesca, andamos de canoa aqui no Paraná. Desde os 10 anos. Vinte e poucos anos, morando aqui. [...] Se tivesse mais fácil acesso, as pessoas iam vir mais. Se tivesse mais coisas, tipo lanchonete. Acesso às coisas. Único acesso que tem aqui é uma lojinha ali no Marco e aqui na casa redonda (Espaço das Américas), que foi destruído, ficou debaixo d'água. E aqui era legal. [...] A maioria escolhe balneário porque vai e volta de carro, não sofre. É só piscina, é ruim, no calorão aqui é cheio de árvore, fresco. É mais preguiça, ninguém gosta de entrar no barranco, ficar se sujando. A gente não liga, vai direto. Tem lugar que é ruim, outro mais fácil. Criança não vem, criança pequena fica difícil pra descer. Uma vez foi levar crianças, só no balneário, no rio na maioria ninguém traz criança. É só barranco. E é perigoso, muita pedra, escorrega lá embaixo. (O BEIRA-RIO, 2014)

No balneário, as coisas que são consumidas são pagas, sete reais um litro de água. Tudo for consumir lá dentro, se for levar de casa não é pago. Mas o que compra lá é tudo pago. Aqui não, você se diverte, leva o seu. Não paga nada, fica tranquilo. É até melhor porque fica entre família. Balneário não, é um monte de gente, daí acaba perdendo a graça. Você vai em um lugar pra se divertir, você acaba saindo no meio da confusão, geralmente dá. No rio não, é mais tranquilo. (A COSTANERA, 2014)

Podem-se destacar três aspectos da fala desses jovens que apropriam o espaço para o lazer: a dificuldade de acessar o rio, a gratuidade e tranquilidade do espaço beira-rio, em contraponto com locais pagos – os chamados balneários –, com piscinas e movimento intenso. Na primeira fala, é citada a “casa redonda”, uma referência ao chamado Espaço das Américas. Com 2.240 metros, ele foi construído pelo governo paranaense em área pertencente à União, em 1998, com a ideia de torná-lo um espaço político e cultural ligado à integração dos povos – encravado no marco simbólico. O local, no entanto, em estado de abandono, desde 2011, entrou em processo de depredação. No ano seguinte, foi repassado pela União à prefeitura de Foz do Iguaçu, por meio de uma ação da Gestão Integrada do Turismo. Resta, para esse espaço, apenas reapropriações para o lazer, por parte de alguns esportistas, conforme contam.

Abandonaram, com tudo, armário, documento, cofre, cadeiras, ar-condicionado, totalmente funcional, com estrutura toda funcionando. De ar condicionado à gaveta com registro de funcionários lá dentro, com tudo. Abandonaram, largaram. A gente viu que eles largaram, ‘ah, vamos segurar, de repente alguém vem cuidar, vamos tomar conta’. Aí o grupo de escaladores começou a tomar conta daquilo. A gente fazia revezamento lá. Um pessoal ficava durante o dia, outro ficava durante a noite. Quase três meses os escaladores dormiam e passavam o dia ali. Daí não deu conta pra ninguém tomar conta. Cuidando de vigia mesmo, de guarda. Ninguém aguentou mais, todo mundo trabalha. Ninguém se manifestou. [...] E a gente queria cuidar. Uma semana que nós abandonamos, levaram todos os [aparelhos de] ar-condicionado, cadeiras, quebraram todas as vidraças, arrancaram a fiação, e o local foi tomado por outra energia, pesada. (ESCALADOR, 2014)

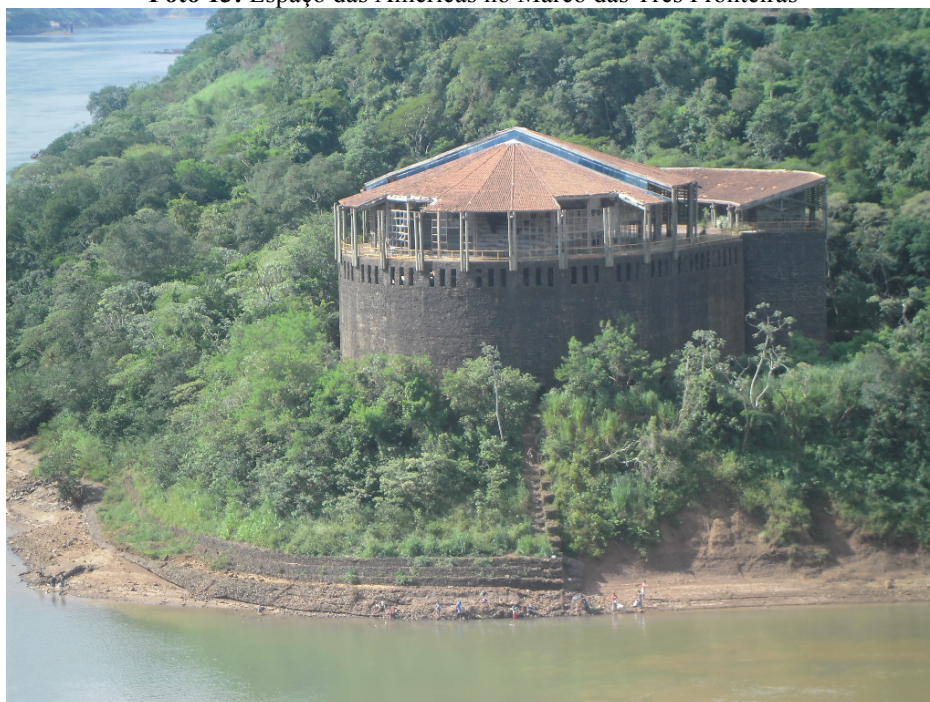
Nessa descrição, o “Escalador” relata a ação de um grupo de escaladores que se apropriaram do Espaço das Américas para tentar cuidar dessa estrutura, que é usada para o esporte. Esse grupo utiliza as paredes do Espaço, feitas de pedras naturais empilhadas, para a prática da escalada urbana “artificial”, com produto natural. Os primeiros escaladores viram o potencial do local a partir das fissuras entre as rochas, entre os cimentos, que abriram possibilidade de reapropriação do espaço, por meio de subidas esportivas nos muros. Embora essa prática não seja no rio, ela acontece às suas margens, com interação direta com esse ambiente fluvial.

Tem escalador esportivo que quer graus, quer escalar muito e tal. E tem os aventureiros, que gosta de natureza mesmo, tá escalando pra estar na natureza, escalar faz parte desse pacote, né? A escalada sozinha dentro de uma sala não serve. Então o contexto todo é que faz o troço ficar bonito. [...] Isso do azul da água, o verde da vegetação e o vermelho, marrom, o laranja da rocha, isso é o que deixa o troço mágico. A água sozinha não seria tão bonita. Vamos pensar um rio com um barranco de terra, também é feia. Mas o rio com uma margem verde, é maravilhoso, né? Então essa união de tudo é que faz ficar bonito [...]. A gente sente que ainda é muito contemplativo. A gente sobe, ‘olha como tá o rio, nossa, tá prateado’, dependendo do horário. ‘Olha lá, tá laranja, tá baixo, tá sujo, tá alto, um tá represando o outro, né?’ Tem todas as visões diferentes do rio. (ESCALADOR, 2014)

A prática da escalada, em Foz do Iguaçu, chegou a ser explorada comercialmente no Parque Nacional do Iguaçu, uma vez que o local é uma concessão público-privada que permite à empresa que o gerencia trabalhar com atividades comerciais. Essa prática, no entanto, não teve êxito, segundo um depoente, devido ao espírito imbuído do escalador:

O Cânion Iguaçu (empresa) surgiu em função do rio, do esporte de aventura, esporte dentro do mato, arvorismo, enfim. E foi explorar o *rafting* e tentou explorar escalada. Mas escalador não paga pra escalar. Escalador quer estar livre, quer estar solto. É espírito livre mesmo. Ninguém gosta, mesmo que o cara tenha grana, não vai pagar um cara, um guia pra escalar. Ele quer descer lá e fazer a escalada dele. E daí o Cânion tinha essas restrições. O cara pra escalar, que queria escalar, tinha que contratar um guia e esse guia descer com o escalador. Ninguém quer ninguém vigiando. (ESCALADOR, 2014)

Foto 13: Espaço das Américas no Marco das Três Fronteiras



Fonte: Produção própria da autora

Outros grupos de esportistas ligados à natureza também marcam presença no lazer nos rios e margens: são os chamados desportistas de esportes de aventura. O *rafting*, *wakeboard*, canoagem e o mais “modista” da atualidade, o *stand up paddle* (sup). São esportes que, assim como a escalada, exigem equipamentos tecnológicos de custo alto, portanto, estão restritos a grupos específicos, com maior poder aquisitivo.

São práticas em águas, ou próximos a elas, que evocam uma dose de “espírito de aventura”. Este há tempos esteve presente nas grandes conquistas da humanidade, vide, na história, o desbravamento de mares outrora nunca navegados em busca de encontros com outras civilizações. Em tempos recentes, este “espírito”, tão presente em atividades esportivas praticadas em ambientes naturais, imprime, claro, outros sentidos daqueles movidos pelos desbravadores das primeiras grandes navegações. Se antes os aventureiros moviam-se pelos sonhos de conquista e interesses econômicos, hoje “conquistam de modo simbólico a si mesmos, desafiando seus próprios limites” (V. COSTA, 2000, p.5).

Nem todas as práticas têm esse sentido de enfrentamento de limites. No entanto, há componentes ligados ao próprio sentido etimológico de “aventura” (do latim *adventura*), que remete à noção de rompimento da rotina, à surpresa e ao inesperado. Portanto, “por se conduzir fora da rotina ou de caminhos domesticados, ela exige uma via clandestina, marginal, noturna, imprevisível, notadamente perigosa e atraente” (V. COSTA, 2000, p.85). Os sofisticados equipamentos utilizados, no entanto, garantem a segurança aos praticantes. Ainda, em comum, esses esportes na natureza são marcados por uma espécie de “estética da ação” e uma “re-semantização” dos lugares da cidade (DIAS; ALVES JÚNIOR, 2008, p.119-129).

Do esqui aquático clássico mesmo que a gente começou a prática. Primeiro com dois esquis, depois com o slalom que é um esqui só, aí nessa época surgiu o *wakeboard*. A gente viu o surgimento desse esporte no mundo e a gente começou a praticar também, na década de 90. Aí começou o *wakeboard*, que hoje tá um esporte superpopular entre a molecada que faz esporte a motor no rio. [...] A principal atividade que eu pratico hoje, que a gente tá com um grupo grande [...] é o *stand up paddle*, o sup, que é um esporte contemplativo, um esporte que é mais democrático, que não depende tanto da condição física, idade. A gente vê desde criança até pessoas de 80, 90 anos. Tem exemplo pelo mundo, pessoa de 100 anos que pratica o esporte. Então ele é bem simples, uma prancha grande, como fosse uma prancha de surfe, *longboard*, bem grande, acima de três metros, então tem uma estabilidade muito boa que é um dos fatores que proporciona essa democratização, que qualquer um pode praticar. E é a remo. É bacana porque envolve um pouco da magia do surfe, porque o surfe é um esporte bem mágico, todo mundo fica encantado, só que é superdifícil. E com o sup, você traz essa magia, esse encantamento do surfe pra realidade, inclusive em lugares onde não tem praia, que é onde ele mais tá crescendo. São cidades onde tem rios, lagos, represas. (AVENTUREIRO, 2014)

Você tem a canoagem, o *rafting*, uma vertente da canoagem e do *rafting*, que é o *duck*, que não deixa de ser *rafting* também. Aí a gente se aprofunda em outras modalidades, como o *wake*. [...] Falando de prática esportiva no rio, temos o Lago de Itaipu, que é excelente área pra prática de *wakeboard*, *stand up*, de *ski*, *wakesurf*, de canoagem e outras séries de esportes que podem ser praticados na água e são praticados. (ESPORTISTA, 2014)

As atividades de lazer citadas por esses dois entrevistados, em rios como Iguaçu e Paraná, são praticadas literalmente na fronteira. Nessa imersão, na relação entre o meio ambiente e o lazer, emergiu, em certa medida, um contraponto entre esses dois rios, no que tange à segurança e apropriação para prática do lazer. Constatação que tem relação direta com o caráter transfronteiriço dos rios. O fato de, em relação ao Brasil, a divisão/união de fronteira do Iguaçu ser com a Argentina, e o Paraná, com o Paraguai, foi determinante para esse olhar sobre pontos de contraposição, que surgiu nos depoimentos tanto de esportistas como de pescadores.

No Rio Iguaçu, que é onde eu vou mais. A fronteira é bem mais próxima também, porque o rio é menor. O pessoal convive tranquilamente ali, o brasileiro, o argentino, tem as embarcações argentinas, as embarcações brasileiras. A marinha da Argentina não incomoda, a marinha brasileira também não incomoda tanto os argentinos. Os argentinos praticam bastante esporte também. Tem bastante gente andando de caiaque, porque eles têm um acesso bom no porto deles, que é bem de frente ao nosso (Porto Meira), eles têm acesso mais tranquilo. Eles andam muito de caiaque ali naquela região. Do lado brasileiro, tem mais pescadores que o lado argentino, mas eles praticam caiaque. Tem bastante caiaque argentino por ali, até levam turistas e tal. (AVENTUREIRO, 2014)

O Paraná é mais inseguro. Na área que a gente vive aqui. Quando desce mais pra baixo do Espaço das Américas é mais tranquilo, do Iguaçu pra baixo do Paraguai. O pessoal que pesca, desce lá, pesca lá embaixo. Então tem gente que tem casa pra baixo do rio, descendo o Rio Paraná. Tem barco ali. Pra cima, mais próximo da ponte (Amizade), não. Aquela ilha é muito bonita, aqueles canais que formam duas laterais. As fronteiras têm isso aí, muita gente se junta porque junta dinheiro, tem o lado bom e ruim do negócio. (ESCALADOR, 2014)

O contraponto é sublinhado, portanto, na fiscalização mais efetiva, no caso da Argentina, em contraposição a um lugar ilegal, “sem leis”, no Paraguai. Segundo Souza (2009), a fiscalização argentina e brasileira tornou-se rigorosa a partir da década de 1970, cujo motivo visível deveu-se ao contrato entre Brasil e Paraguai, para a construção de Itaipu. Fato que, no contexto de força geopolítica, teria inviabilizado projetos entre Argentina e Paraguai, o que acirrou postura do governo argentino em relação ao Brasil, desde a década de 1950.

Logo aqui tem a Argentina, desse lado, com os argentinos eles não brincam, né? Porque os argentinos não dão moleza. Dez, doze vezes por noite eles passam aí no rio. Com as lanchonas que eles têm, lanchas de polícia, pra fiscalizar, tem bastante força no motor, anda bastante. Os paraguaios sofrem na mão dos argentinos, porque os paraguaios não atravessam nada aqui. No Paraguai pra Argentina, a mulherada leva aquelas coisas pra vender, eles tomam. Tem dia, não sei o que eles têm, que não deixa passar ninguém pra lá. Não é que nem o Brasil, que passa um mês, dois meses, sem passar fiscalização no rio. Lá é todo dia, cinco, seis vezes por dia, pode estar chovendo, eles passam mesmo. Os argentinos são ferozes. (PESCADOR PROFISSIONAL, 2015)

Não dá pra conversar, você não tem contato com eles (paraguaios). Às vezes eles xingam, às vezes os daqui provocam também. Xinga em guarani, ofende. [...] Pescando, não tem o que fazer, às vezes fica ofendendo o outro lá, falando em espanhol, guarani, e eles rebatem e xingam de lá pra cá também. Na Argentina também tem muito isso aí. Só que na Argentina é mais tranquilo, lá não existe violência nenhuma. Paraguai é muito arriscado fazer isso. Igual hoje, eu levava muito meu filho comigo, hoje não levo mais. Porque se eu for de acontecer alguma coisa, correr eu consigo. Meu filho é pequeno. Não levo mais. Agora no Iguaçu eu levo, não tem problema com a Argentina, não tem problema nenhum. O Paraná é muito perigoso. [...] Argentina é mais tranquilo. Não tem violência na Argentina, é muito policiamento lá e os argentinos são mais tranquilos. O Paraguai é tudo liberado lá. Se nos dá um tiro, uma hora dessa, quatro da tarde, do lado de cá pra lá, a polícia vai bater lá embaixo, pra ver o que é, alguém entrega, né?! Lá (Paraguai) não, lá ninguém liga pra ti. (CAIAQUE, 2014)

A fala de “Caiaque” sobre a relação com os paraguaios aponta para o contexto que Haesbaert (2011) sublinha quando discute a questão da transterritorialidade, inserida no universo de distintas identidades híbridas, que nem sempre são positivamente articuladas, sobretudo nas regiões fronteiriças. Além dessa problemática de fronteira, carregada e representada por atividades ilegais, a falta de acesso é outro componente que foi bastante citado, o que ocasiona dificuldade de apropriação do rio para o lazer dos moradores. A questão do acesso aos espaços públicos é uma das que envolvem os desafios de apropriação desses locais democráticos. Claro que esse é um dos níveis de discussões, cujas camadas aprofundam-se ainda em relação à continuidade das apropriações, segurança, equipamentos para o lazer, voltados para uma diversidade de usuários.

Atividades *outdoor*, ao ar livre, quem pratica é a mesma história de quem pratica no rio, que pratica na montanha, a consciência é a mesma, são pessoas que cuidam do ambiente, porque você depende desse ambiente pra estar praticando esporte. Aqui em Foz, o pessoal da escalada, a gente tem relação muito próxima, sabe que é o pessoal com a mesma visão em relação com o cuidado do rio, do espaço natural onde eles praticam. E tem que integrar mesmo. O Espaço das Américas é um exemplo, um lugar onde a gente pode ter vários esportes, todos reunidos. A escalada que tem o muro, onde é o principal local onde é praticada a escalada esportiva aqui em Foz, o *slackline* a gente fez esses dias no *high line*, lá em cima do Espaço das Américas, pode estar sendo contemplado ali. Se a gente tiver um acesso pro rio

através do Espaço das Américas, com certeza os canoístas, o pessoal que pratica sup, os pescadores, vai estar todo mundo integrado. (AVENTUREIRO, 2014)

Essa reclamação incide sobre o acesso em espaços potenciais para práticas de lazer, como o Marco das Três Fronteiras. Esses locais estão inseridos em um contexto de relação de dependência, do praticante de esporte de aventura, pelo ambiente natural – ou seja, dos elementos da natureza, que

[...] forjaria uma espécie de ‘consciência ecológica’, já que o sucesso de todas as suas ações depende diretamente de uma certa harmonia com os elementos da natureza [...]. Logo, se estabeleceria uma relação muito mais contratual, de interdependência, se afastando da repugnante ética antropocêntrica de dominação e controle da natureza. Esta relação subjetiva seria então o próprio ethos esportivo destas atividades. (DIAS; ALVES JÚNIOR, 2006, p.330).

Além desses aventureiros da natureza, outro grupo que merece destaque e pode-se dizer que são os mais “resistentes”, na apropriação do rio para experiências de lazer, sobretudo com um cunho contemplativo e interativo, são os pescadores amadores.

5.3 HISTÓRIAS DE PESCADOR: AÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE O RIO

Nas vivências de lazer no rio, os pescadores mostraram que, ao longo do tempo, assumem papel importante do elo entre o rio e o lazer. À beira do rio, para divertir-se, estão ainda idosos, adultos, jovens e crianças com varas de pescar. Uma diversão que passa por um sentido contemplativo e interativo com as águas e o entorno.

Por meio do olhar dos pescadores – inclusive profissionais –, é possível mergulhar na trajetória do uso do rio para o lazer que, embora perdure, chega a uma fase de um claro distanciamento entre o ambiente fluvial e a população de Foz do Iguaçu. São eles que contam sobre a transformação da fauna dos rios da cidade, com diminuição de peixes devido à poluição, crescimento urbano e mudanças estruturais que impactaram o ambiente fluvial.

Muitos pais que não são pescadores profissionais, eles trazem filho pra começar a ensinar a pescar e ensinar o lazer, porque é um lazer sadio pras crianças. Então ele, com varinha, tá se divertindo, tendo a noção com a natureza. Lamentavelmente, mas teve essa nossa natureza linda sendo prejudicada pelas represas. Praticamente desapareceram todos (peixes), porque não tem acesso pra eles (peixes) passarem pela barragem. A Itaipu fez o canal de desvio, fez o canal da piracema. Hoje tem peixe da nossa região que tão pegando lá no estado de São Paulo. Então tem acesso pra subir, mas a outra barragem lá embaixo, a Yacyretá²³, eles não fizeram. Então não tem como peixe subir pra cá pra nós poder pescar pra sobreviver. Então o prejuízo foi maior por conta da hidrelétrica de lá. (MARINHEIRO, 2014)

Até os anos 90, 95, 96, era bom pra peixe. Depois dessa temporada pra cá, foi fracassando, fracassando, desaparecendo as espécies de peixe. E hoje tem algumas que não se vê mais, né? Dourado, surubim e mais espécies... pacu não tá tendo mais. Porque o que tá tendo agora só piapara mesmo. Eu penso que é muita barragem, peixe não cria. Que nem aqui no Rio Paraná, a 400 km, tem barragem que tranca o rio e não passa nada, né? Aí depois tem essa daqui que fizeram o canal da piracema, aí essa no Rio Paraná o peixe sobe no lago e não volta mais, desaparece pra cima pra outros rios. É isso que tá acontecendo. (PESCADOR PROFISSIONAL, 2015)

Em uma apropriação do rio envolvendo a pesca, conta-se que havia um festival com grande potencial agregador de moradores de Foz do Iguaçu: o Festival de Pesca ao Dourado. A referência ao Dourado, peixe nobre do rio, era devido justamente à competição de pescar essa espécie, hoje uma iguaria. Embora as hidrelétricas tenham sido apontadas como principais fatores para escassez da espécie, alguns atribuíram inclusive ao evento a parcela de culpa pela diminuição do dourado na região. O festival era um evento que atraía inúmeras famílias e movimentava os moradores para um clube da cidade. E, como conta “Canoísta”, permitia inclusive interação com os paraguaios, do outro lado do rio:

A gente tinha todos os anos a Pesca ao Dourado. Fizeram umas 20 edições, no Iate Clube. A cidade inteira ia pra lá. A última pesca faliu recente, já há uns 10 anos, pelo menos. Porque o dourado acabou, por causa das hidrelétricas, perdas pra comunidade, né? Porque o dourado não pode mais continuar de Itaipu pra cima. Precisa ver a festa que era, e eu com caiaquinho lá me mostrando porque eu gostava de aparecer. [...] Todo mundo esperava com ansiedade. Aí, imagine, agora me lembrei, você tinha esse festival, a cidade toda ia, você tinha essa largada de barcos cedo e eles voltavam à tarde, e no meio a comunidade toda ficava no rio. Daí eu encostava meu caiaque, minha mulher ficava na beira do rio com as crianças, daí eu levava uma criança por vez. Aí, como eu era maluco, ia para o Paraguai e voltava. O Iate Clube tem um negócio que parece arquibancada, ficava cheia. No lado paraguaio, tem uma espécie de um porto, que ficava cheio de gente também pra olhar pra cá. Eles acompanhavam tudo de lá. E o pior, eles traziam comida, vendiam coisas, era uma festa ali também. E eu ia comprar coisas lá. Quando eu queria

²³ A usina hidrelétrica Yacyretá foi construída no Rio Paraná, em projeto binacional entre Argentina e Paraguai. A obra tem origem em tratado assinado em 1973 pelo então presidente argentino Juan Perón e, do lado paraguaio, do ditador Alfredo Stroessner. Na cidade argentina, localiza-se no município de Ituzaingó, a 230 km da cidade de Corrientes. A primeira turbina foi inaugurada em 1994 e as obras foram finalizadas somente em 2010, em meio a questões ambientais e econômicas polêmicas.

aqueles pratos paraguaios, chipa era o de menos, eles têm um prato mais brabo, uma carne bem gordurosa, bem porrada mesmo. Eu comprava e voltava. (CANOÍSTA, 2014)

Era maior evento da cidade, era enorme, vinha gente do Brasil todo pra cá pra pescar. Tinha muito peixe aqui. E o pessoal ia lá pra assistir a chegada dos pescadores, ver aquele povo cheio de peixe, um maior que o outro. Aí tinha o festival, eles assavam o peixe, festival pra escolher o melhor assador do peixe, era uma superfesta, era muito grande, reunia todas as famílias, era aberto ao público. Era num clube, sempre foi no Cataratas Iate Clube, mas era aberto ao público. O pessoal ia lá pra festar, era baile, era festa, era uma coisa grande. Tinha muito peixe, e essa festa talvez tenha contribuído bastante pra que tenha diminuído a comunidade de peixe da cidade. A pescaria era muito grande aqui. Acho que as barragens foram principal fator que determinou a diminuição do peixe, que passaram a não subir mais. (AVENTUREIRO, 2014)

Uma particularidade ao observar pescarias amadoras, para o lazer, é a reunião, como dito anteriormente, de pessoas de diversas faixas etárias e um ambiente que supõe, muitas vezes, um silêncio contemplativo. Nos ambientes de pesca, havia os solitários, os que compunham duplas e grupos. Embora majoritariamente do sexo masculino, há uma diversidade de pessoas, evidenciando que essa atividade de lazer atravessa gerações, apesar das tensões fronteiriças, que exigiram mudanças no cotidiano da pescaria.

Ali não é de a gente facilitar, principalmente à noite. Tem muita travessia, contrabando, muita coisa. Então a gente não sabe com quem vai se deparar no Rio Paraná à noite. Eu sempre pescava à noite no Rio Paraná, hoje não pesco mais por causa disso. Muita travessia, de contrabando, de mercadorias do Paraguai para o Brasil, aquela coisa toda, então hoje pra mim, que moro por muito tempo, não dá pra facilitar à noite. [...] A gente vai, mas não é igual a antes. A gente não passa a madrugada. A gente vai tipo 6 horas, quando é lá pelas 10, 11 horas da noite, a gente volta embora. Nada de ficar madrugada mais na beira do Rio Paraná. É muito perigoso. (PESCADOR IDOSO, 2014)

Eu lembro que queria ir, mas nem sempre ele (pai) me levava. Às vezes me levava e às vezes não. Eu gostava, olhava, ele tirava aqueles peixão. Meu filho também, vai passando de pai pra filho, né? Se eu não frequentasse o rio, meu filho nem se importava. Foi de geração em geração. Às vezes meu filho... tenho um filho que gosta de pescar comigo, com certeza ele vai pescar também quando crescer. Vai gostar porque ele adora pescar. Vai passando de pai pra filho. Pescaria é muito bom, um hobby, distrai. Às vezes tá muito cansado com a rotina do serviço, vai e pesca, né? Você vai na beira do rio, às vezes não precisa nem pegar peixe, só de você estar lá, você olha o rio e tal, a caminhada no meio do mato, aquilo ali já vai descarregando. Então a importância é isso daí, acho importante por causa disso aí, preservar e ter tranquilidade. Esse negócio de tráfico, essas coisas na beira do rio, a única coisa que eu acho errado é isso, que atrapalha, né? (CAIAQUE, 2014)

Pelo que foi tratado neste tópico e nas discussões anteriores, o lazer emerge como uma das ações presentes, ainda que em processo “marginal”, nos cursos d’água urbanos de Foz do Iguaçu. As entrevistas com moradores locais evidenciaram que, nesse ambiente fluvial, é possível captar outras ações que visam à revitalização e conscientização desses espaços que abrigam as práticas de lazer. As ações empreendidas vão desde processo de educação ambiental a campanhas para esclarecimento sobre o rio que passa nos bairros e as nascentes ainda sobreviventes. Integram, ainda, esse conjunto, atos pontuais como limpeza de rios, com retirada de lixos e resíduos, bem como iniciativas próprias de plantio de árvores e plantas nativas beira-rio.

O escopo dos entrevistados constitui uma relação próxima e lúdica com o rio, portanto, essas ações são de uma parcela de moradores, cujo viés não deixa de ser representativo, uma vez que elas partem de um olhar que vai além da consciência ambiental, com atitudes concretas, com vistas ao um benefício coletivo.

Na época a gente ia pra contemplar, hoje a gente faz educação ambiental com alunos e pessoas curiosas pra fazer consciência ambiental. E contar história como era e como é hoje. E que isso é muito triste. Mostramos a importância dos rios, explicar porque tem as cachoeiras, porque os rios pequenos, todos eles têm cachoeiras que caem em rio maior, e qual importância das pedras, da mata ciliar, que é muito importante, faz educação ambiental. Naquela época era diversão, hoje é educação. (GUARANI, 2014)

Esse ano (2014) a gente conseguiu fazer ações. A gente mobilizou pais do CMEI (Centro Educacional de Educação Infantil), moradores da redondeza, sensibilizando eles na limpeza do (Rio) Boicy. Tanto é que a gente fez a limpeza e se surpreendeu nesse dia. Tirar um cofre de uma nascente comoveu todos nós. Todos que se envolveram estão preocupados com o meio ambiente. A situação de São Paulo, por exemplo, nós não queremos que chegue à situação de São Paulo, o caos que tá lá chegar em Foz do Iguaçu. [...] Eu quero ajudar a recuperar essa nascente do Boicy, porque recuperando a nascente, você tratando e cuidando da nascente, do começo, é óbvio que a água que vai percorrer até desaguar no Rio Paraná, ela vai estar melhor, mas tudo isso é conscientização. (NASCENTE, 2014)

Nós plantamos 320 pés de árvores, e hoje tão grossas, bonitas. Preservamos a natureza, árvores nativas. Hoje em dia tem pássaros, tem passarinhos cantando, tudo quanto é tipo de pássaros. [...] Quanto mais árvores a gente planta na beira do rio, pra nós poder preservar o rio, é melhor porque o que ela faz: ajuda na natureza, no sombrio, na junção de água. Então tudo isso, se vamos cortar na beira do Rio Paraná, ou seja, todos os rios do Brasil e do mundo inteiro cortar uma árvore, o que vai acontecer: o sol vai bater, vai minimizando a água, a água vai começar a não juntar quando chove, o caule, as madeiras pra ir para o rio. Vai secando, vai virando uma Cantareira, São Paulo. (MARINHEIRO, 2014)

O relato desses moradores e de outros voluntários que colaboraram com a pesquisa enfatizaram preocupações quanto à situação da “crise da água” no Sudeste brasileiro. Foz do Iguaçu, lembram alguns depoentes, precisa trilhar uma direção oposta. Um caminho encontrado por depoentes foi inserirem-se em instâncias institucionais, com participação em conselhos municipais, câmeras técnicas, planos municipais e debates legislativos sobre meio ambiente na cidade. Essa participação parte da premissa de que, além de ações pontuais e educativas, as mudanças socioambientais passam pelas decisões mais burocráticas – de atuação governamental – com participação social, além de regulamentação e implementação de leis.

A gente atuou no início mais na parte de conscientização, hoje a gente atua mais diretamente nos conselhos, tanto do Conselho Municipal de Meio Ambiente... Nós somos a única ONG ambiental que faz parte do conselho consultivo do Parque do Iguaçu, nós fazemos parte da Câmara Técnica de Meio Ambiente do Codefoz²⁴, através da Adere²⁵ [...]. No passado recente, a gente atuou muito na questão de conscientização e atuou diretamente, como esse trabalho da limpeza, com o trabalho de limpeza do Rio Tamandará, Almada, fazendo trabalho de limpeza, se integrando com outros organismos do município e atuando diretamente no plantio de árvores. Mas no momento a gente atua muito forte dentro dos conselhos, dentro das entidades. E a gente observa que, por mais que a gente queira fazer o trabalho de conscientização, um trabalho físico diretamente relacionado ao meio ambiente, se esses organismos não estiverem estruturados, a gente não consegue atingir nosso objetivo. (ESPORTISTA, 2014)

A gente, até que pra quem escuta para o monte de coisa que a gente participa, pensa que é uma ONG enorme (Adere), porque a gente também tá no Conselho Municipal, por exemplo, de meio ambiente, dentro do processo hoje da implantação do plano municipal de Mata Atlântica, que é uma lei federal que a gente tá tentando implantar aqui em Foz, onde tem um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Brasil. E essa lei federal da Mata Atlântica, ela faz com que seja, principalmente as áreas urbanas, cobertas por florestas, e mata nativa sejam preservadas. E trabalha também a recuperação de outras áreas. Então, até hoje a gente tá nessa. [...] É uma lei que, se for implantada, o Conselho Municipal já aprovou que a lei vai ser implantada em Foz. Então, todos os processos ambientais da cidade vão estar reunidos. Em vez de ter uma secretaria tal – outra secretaria que cuida cada um dos processos –, vai estar tudo junto dentro do projeto que é o PMMA (Plano Municipal da Mata Atlântica).

²⁴ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz) foi criado em 2012, com intuito de unir organizações públicas e privadas em torno de projetos e ideias que, segundo informação oficial, promovam o desenvolvimento sustentável da cidade e seu entorno. O Conselho tem caráter deliberativo e consultivo, e tem o objetivo de formular e promover políticas de desenvolvimento econômico e social. O Codefoz elenca prioridades em cinco projetos: 1) elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (PDE); 2) Beira Foz, tendo como primeira etapa a revitalização e iluminação da Ponte Internacional da Amizade (PIA); 3) revisão do Plano Diretor Municipal (PDM); 4) discussão sobre o Plano Plurianual do Município (PPA); 5) e o Fórum Foz 2040, que será composto pelos desdobramentos dos quatro primeiros projetos, somando-se ainda às ações e projetos desenvolvidos pelas Câmaras Técnicas do Codefoz. (CODEFOZ, 2015).

²⁵ A Associação de Desenvolvimento de Esportes Ambientais e Ecologia (Adere) é uma ONG criada em 2000, inicialmente para trabalhar questões ambientais da cidade. Atualmente também promove e estimula a prática de esportes de aventura em Foz do Iguaçu.

Então, a gestão de resíduos, educação ambiental, as licenças pra que se corte árvores, por exemplo, isso tudo vai ser gerido pelo conselho do Plano Municipal de Mata Atlântica. Então é uma nova visão, uma nova forma de cuidar de todo o processo que envolve o meio ambiente, que vai além da Secretaria de Meio Ambiente. (AVENTUREIRO, 2014)

Na base dessas discussões dos depoentes, emerge com força a importância da educação e cultura participativa da população. A atuação de novos movimentos, organizações e da política é colocada no plano central do que Peet e Watts (1996) chamam de “ecologias de liberalização”, que articulam problemas do desenvolvimento, meio ambiente e sociedade civil, em um contexto pós-estruturalista, com ênfase sobretudo no âmbito dos discursos. Os autores apontam para os questionamentos acerca dos valores da modernidade e do modelo de produção que devasta a natureza, que inclui atores outros como empresas transnacionais e organismos multilaterais. Nesse contexto, os movimentos sociais ganham relevância por atuarem e questionarem no plano das injustiças ambientais, e, ainda que aconteçam em um plano local, devem, em alguns casos, ampliar esse debate a conexões mais amplas.

O debate sobre conflitos ambientais, em Foz do Iguaçu, passa pelas relações entre os ambientes construídos e fluvial conectados ao lazer, com problemáticas, em instâncias sistêmicas, que avançam por lógicas políticas, econômicas e culturais da cidade. Essa questão foi identificada em algumas entrevistas:

Falta de interesse da administração pública, das pessoas que pensam na administração pública e os próprios políticos. Qual é o pensamento das pessoas hoje? Construir um prédio, tem um rio aqui, vamos canalizar o rio e construir um prédio. Tudo hoje é desenvolvimento, mas você não escuta falar em desenvolvimento socioeconômico e ambiental. (ESPORTISTA, 2014)

Acho que é uma questão cultural, o rio é visto ainda como um despejo. Quando você fala em floresta, ‘ah, Floresta Amazônica’. Quando você vê um lote com vegetação ali ocupando aquele lote, você fala, ‘é mato’. E quando você chama a floresta de mato, ela já vem com essa pecha de coisa ruim, de sujeira, coisa que deve ser limpa, que deve ser eliminada. Essa questão cultural na nossa cabeça ainda influencia muito, de ver essa região de mata, floresta, como um mato. É um mato, local de esconderijo de ladrão, é sujeira, tá atrapalhando, tem que ser eliminado. Então ainda existe essa mentalidade. Ah, o bom é construir estrada, tem que lotear, o lote tem que ser limpo. Quando fala ‘o lote tem que ser limpo’, não é só de limpar de entulho, é tirar o mato também. E aí vai tudo, vai capim, vai a árvore, vai tudo, por essa questão cultural. O problema de não enxergarmos o rio como um local vivo, um ser vivo, e ser aproveitado como lazer, tem muito essa questão cultural. (PARDAL, 2014)

Na linha das discussões feitas anteriormente, a problemática colocada no nível cultural não pode estar desconectada com a questão mais estrutural e sistêmica de Foz do Iguaçu, no nível dos embates de múltiplos movimentos que atuam na estruturação do uso e sobrevivência dos espaços sociais da cidade. Essa disputa, operada no âmbito dos direitos – moradia, educação, saúde, lazer e outros –, emerge a partir de práticas e estratégias de luta de setores hegemônicos e, outros, mais invisibilizados, que buscam a reafirmação de sua condição de “sujeitos” produtores da cidade, do uso do solo e dos espaços públicos.

Tomando especificamente a luta por moradia nessa cidade através das ocupações urbanas (invasões), percebemos que para esses moradores, ao vivenciar o processo de ocupação, acampamento, luta por infra-estrutura, negociação com o poder público empresarial etc., não é apenas o significado da moradia e da sobrevivência que está sendo construído, mas a própria experiência social, que vai, por sua parte, forjando também novas noções de direito e cidadania (GONZÁLEZ, 2005, p.54).

As novas noções de direito e cidadania salientadas pelo autor possibilitam a reivindicação, também, pelo direito ao lazer democrático, que encontra nas águas urbanas uma potencialidade lúdica e de conscientização do meio ambiente. Por fim, essa potencialidade reflete em relatos sobre o significado do rio, por parte de moradores que tiveram relação próxima e de lazer com o rio. Embora por vezes simples e objetivas, leituras e releituras dessas respostas podem nos levar a reflexões subjetivas sobre os rios urbanos em Foz do Iguaçu, dentro de um contexto de urgência coletiva de novos olhares sobre a relação sociedade-meio ambiente.

Poetas e o mundo de poesia já clamam pelas subjetividades que o rio evoca: passagem do tempo, fluxo da vida e fonte de inspiração. As águas também apresentam representações e imaginários que nos remetem a sentidos da vida, ao feminino, à imersão, ao infinito. Nas falas dos depoentes, enfatizou-se que, apesar da relação de “costas” dos moradores em relação aos rios urbanos, as suas “mortes” gerariam perdas de significados vitais para a vida humana. Seguem falas dos depoentes:

Água é vida, significa tudo. (NASCENTE, 2014)

O rio pra mim significa tudo. É a natureza, a sobrevivência, o lazer. (MARINHEIRO, 2014)

Se acabasse o rio, se não tivesse, a gente ia embora onde tem rio perto, isso aqui é tudo, é vida, água, tem gente que tira sustento da água e o lazer. O rio significa tudo. (PESCADOR AMADOR, 2014)

Pra mim significa tudo, porque não existiria vida sem o rio. A própria cidade de Foz do Iguaçu cresceu em volta dos rios. Não só Foz, várias cidades do Brasil. Primeiro como meio de transporte, quando toda a região era coberta por florestas, o rio era que transportava as pessoas, sempre foram estradas naturais. Segundo, é fonte de alimento, você pode praticar pesca no rio, e lazer. (PARDAL, 2014)

O rio é renovável, é relaxar... As atividades de água trazem de volta esse lado de criança de brincadeira, de alegria, é diferente, a gente tá ali escalando e tem sua descontração, mas é um esporte focado, sério, mas quando você entra na água é folia, né? É brincar na água, por isso tem esse lado bem solto da água. (ESCALADORA, 2014)

É lazer. (O BEIRA-RIO, 2014)

Essa é a maravilha pra gente. Porque é a única coisa que a gente tem pra gente ficar, trazer nossa família, pra se divertir... brincar no rio. O rio significa muita coisa: natureza, sentar, ver paisagem. (SOL, 2014)

O rio tá intrinsicamente ligado ao meu lazer, às práticas que eu gosto de fazer, é onde eu encontro contemplação e paz, onde eu posso relaxar minha mente, me desligar do dia a dia da Babilônia. O rio, pra mim, a natureza, o que eu encontro no rio me proporciona isso. Me proporciona satisfação pessoal, me proporciona saúde, me proporciona paz espiritual, e por aí vai, é indescritível, na verdade. (ESPORTISTA, 2014)

Aqui é tudo, não é só eu, é Foz do Iguaçu inteira. Tomar chimarrão, tereré, uma cervejinha, aqui você senta e abre as vistas, olha o mundo, a natureza... é só natureza e sossego. (FLORA, 2014)

O rio é muito importante, distrai bastante. (PESCADOR PROFISSIONAL, 2015)

É praticamente como se fosse uma religião, é um momento, é um local onde consigo meditar, relaxar, fazer uma oração. Principalmente, uma cachoeira é onde me sinto mais conectado com Deus, eu não vou tanto à igreja, eu não sigo uma religião. Minha religião é mais a natureza, de estar em contato com a natureza, então é uma coisa até meio que sagrada. (AVENTUREIRO, 2014)

Sem ele a gente não tem água, não tem nada. Não tem peixes, se secar tudo, se secar a prainha, o que vai virar? Vai virar só terra, areia. E se poluir tudo, a gente não pode nadar, pescar, tudo tem doenças. Ele contribui com nossa saúde. (PESCADOR JOVEM, 2014)

Eu não me vejo morando em um lugar onde não tenha o rio. Eu me vejo morando mais dentro do rio do que longe. Tá no rio, o rio faz parte do processo, pra mim faz parte. Tem que tá, mesmo seja como é, não é 100 por cento, mas tem que ter o rio, de estar junto, de estar integrado. (ESCALADOR, 2014)

Ah, significa, tipo assim, um lugar que tem que preservar. (CAIAQUE, 2014)

Significa lazer, vida, tristeza às vezes, emoção, mas mais parte positiva. (GUARANI, 2014)

Para os depoentes, o significado holístico do rio ao dizer que ele “é tudo” foi o sentido que mais apareceu sobre o ambiente fluvial de Foz do Iguaçu, o que aponta para consciência da dependência da água para sobrevivência e saúde – com lazeres permeando esses caminhos. Os rios também foram concebidos como fontes de subsistência e como espaço potencial para o transporte: os caminhos do cotidiano e dos encontros com o “outro”, do lado de lá da fronteira. Ou, ainda, como fontes de renovação do corpo e da alma, ambiente da convivência, de um ritmo de contemplação e um sentido de integração entre o homem e natureza.

Portanto, a premência de pensar o ambiente construído e o ambiente fluvial, em Foz do Iguaçu, passa pela compreensão dos significados do ambiente fluvial e o contexto de identidades híbridas, dentro de problemáticas que trazem suas “tristezas”, como apontou o “Guarani”, como também as potencialidades – a “emoção e parte mais positiva”, como ainda aponta o depoente. Essas possibilidades dos rios, carregadas de representações vitais, também apontam para uma visão sobre as águas, dentro do contexto de direitos, no contexto da cidade e do meio ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e discutir algumas das apropriações e vivências do lazer em Foz do Iguaçu, em rios urbanos, incluindo os cursos d'água da cidade. Os conhecimentos sistematizados ao longo da pesquisa apontam para práticas de lazer, em espaços específicos e rareados, a partir de mudanças urbanísticas e no meio natural da cidade. Essa trajetória de transformações não pode estar desvinculada de contextos imbricados: histórico, sociopolítico, ambiental e cultural. Esses universos integram um conjunto de referências, forças e embates sociais, que influenciaram – e ainda continuam refletindo – um devir entre os ambientes construído e natural, estes tensionados e transversalmente tangenciados pelo lazer.

Ao considerar o residente em suas relações com os rios urbanos em ciclos, tal como acontece na natureza, o ciclo da relação do pescador e o rio é o que perdura e resiste mais visivelmente no contexto investigado. O lazer, nos rios e suas margens, sobrevive também por meio de práticas esportivas – interativas e contemplativas com as águas – ou, ainda, realizado a partir de reapropriação de equipamentos beira-rio, como foi o caso da escalada. Esse caminho cíclico e outros de práticas de lazer cessam obviamente o fluxo se há morte dos afluentes, nascentes, matas ciliares e os braços fluviais maiores: o Paraná e o Iguaçu. Com isso, esvaem-se junto um “patrimônio simbólico” (GANDARA, 2008), que encontra, por meio do lazer, um forte aliado, um catalisador – ou potencializador – para o encontro e a comunicação entre as pessoas e a diversidade.

O fim das “praias” e o descaso com a Prainha, por exemplo, não devem ser o modo aceitável de construção de locais de convívio, nos espaços públicos em Foz do Iguaçu, onde o lazer democrático é alívio para o calor e deve ter seu valor – sobretudo, de uso (do encontro), em detrimento do de troca (da mercadoria). Invisibilizar esse vínculo em Foz do Iguaçu, esse sentimento de pertencimento a uma cidade, vindo de sua relação com seus espaços e sua natureza, é destruir uma história, ou melhor, muitas histórias de vínculos afetivos entre seus moradores. É fechar os olhos para uma urgência que necessita “insurgências” de luta pelas águas.

A pesquisa também buscou discutir as características, transformações e contradições que ocorrem nos rios, impactando as vivências de lazer. E, ainda, compreender de que maneira os moradores significam os rios urbanos, por meio de ações e percepções. Esse

espaço fronteiro trinacional possui problemáticas que passam por lutas territoriais de sobrevivência, do direito de ordenar o espaço, além de práticas ilegais, que forjam novas formas de relacionar-se com o outro.

Os rios, as regiões “verdes” dessas fronteiras, são símbolos da separação e união entre os países (Brasil, Argentina e Paraguai), onde vivências de lazer ainda são possíveis e visíveis. O olhar e a vivência interativos e contemplativos nos rios sobrevivem mediados por medo, insegurança e controvérsias, que passam pelo contexto de injustiças sociais e ambientais. As contradições percebidas partem do olhar voltado em função do turista, em detrimento de uma perspectiva mais próxima e atenta aos moradores de Foz do Iguaçu e as reivindicações desse grupo; ou, ainda, de uma força maior dos espaços privados sobre os públicos.

Em Foz do Iguaçu, fica claro na pesquisa que houve uma opção pelo olhar da cidade com ênfase ao setor turístico e a construção de um discurso que o privilegia. Uma visão que, ainda, harmoniza relação entre natureza e capital. A reivindicação por espaços democráticos, revitalização e conservação ambiental dos rios passam por essa visão crítica de que embates de forças, de classes, racionalidades e busca por legitimações constroem hegemonias e invisibilidades.

Esta pesquisa, ao priorizar um olhar mais descritivo sobre o objeto estudado de uma perspectiva mais geral, futuramente pode ser complementada com outras investigações, pois novas reflexões foram instigadas no decorrer do processo: como as secretarias municipais, os gestores com responsabilidades sobre os espaços públicos e o meio ambiente enxergam essa realidade? Quais políticas públicas têm atuado nesse sentido? É preciso investigar mais a fundo as iniciativas dos moradores, bem como suas ações direcionadas para o cuidado com os rios – tais como limpeza, campanha de conscientização e educação ambiental –, além de atuação na instância institucional, dentro de mecanismos de participação social, na trama burocrática e governamental.

Nessas instâncias, as tensões no território trinacional estendem-se às águas transfronteiriças por meio de decisões que, embora tomadas no âmbito nacional, refletem em realidades mais amplas de outras nações do Cone Sul. Foz do Iguaçu precisa ser vista dentro de uma perspectiva ampliada de transterritorialidade e “contornos” (HAESBAERT, 2011), com problemáticas que se aprofundem nesse contexto. A chamada Tríplice Fronteira possui, no entanto, sua face de potencialidades. Pensar em integração nessa região passa por decisões econômicas, políticas e vão além: é a partir do encontro sociocultural com o “estranho” que

são tecidos e tramados o reconhecimento do outro e o respeito a outras identidades e valores culturais.

O lazer contribui com esse debate ao abrir frestas às perspectivas de criar um vínculo mais integracionista entre essa população de fronteira; entre a sociedade e o meio ambiente; entre o meio ambiente e o urbano; entre os moradores da região e os espaços representativos de sua cidade. A consciência e o questionamento sobre de que forma o rio é significado, representado e apropriado por meio de diversas práticas sociais, nelas incluídas o lazer, portanto, urgem.

Dessa forma, caminha-se ao campo do direito público à água: um debate que passa por instâncias da sobrevivência humana, saúde, moradia e lazer. Flui e abraça, ainda, outros debates sobre o direito à cidade e aos espaços democráticos, para o encontro com outras realidades, práticas esportivas, culturais, espirituais e contemplativas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. **A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BÉLIVEAU, Verónica Giménez. Representações da integração e seus obstáculos: a fronteira do ponto de vista da política. In: MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEAU, Verônica (Org.). In: **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Maria Cecília Marignoni de. **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. Campinas: Editora Papirus, 2007.

CASTELL, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, jul. 1996, p.152-166.

CATARATAS DO IGUAÇU. Disponível em: <www.cataratasdoiguacu.com.br>. Acesso em 25 mar. 2015.

CATTA, Luis Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Editora Edunioeste, 2003.

_____. **A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)**. São Paulo: Editora Blucher Acadêmico, 2009.

CODEFOZ. Disponível em <www.codefoz.org.br>. Acesso em 22 abr. 2015.

COLODEL, José Augusto. Cinco Séculos de História. In: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região Oeste do PR. Cascavel: Editora Edunioeste, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano e sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, p.55-71, 2000.

_____. A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura; MAGELA, Geraldo; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

COSTA, Lucia Maria Sá Antunes. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

COSTA, Vera Lucia de Menezes. **Esportes de aventura e riscos na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

CULTIVANDO ÁGUA BOA. Disponível em: <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2015.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; colaboradores. **O planejamento de pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. Esporte, cidade e natureza: um estudo de caso. **Revista Licere**, v.9, n. 1, p.37-53, 2006.

_____. Geografia na ação: esportes na natureza e o território carioca. In: MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond; BRÊTAS, Angela (Org.). **Lazer e cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Shape/Faperj, 2008.

ESCOBAR, Arturo. Constructing nature: elements for a poststructural political ecology. In: PEET, Richard; WATTS, Michael (Org.). **Liberation ecologies: environment, development, social movements**. Nova Iorque: Routledge, 1996.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 20 jun. 2014.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade: promovendo o encontro das agendas “verdes” e “marrom”. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território: ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Líquido e incerto: o futuro dos recursos hídricos do Brasil**. Edição especial sobre crise da água, do dia 15 de set. 2014. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/ambiente/2014/09/15/crise-da-agua/gente-demais.html>>. Acesso em 15 set. 2014.

FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO. Disponível em: <www.fozdoiguacuDestinoMundo.com.br>. Acesso em 3 abr. 2015.

FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLO, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Editora Fontoura, 2006.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Christianne Luce. Lazer urbano, contemporaneidades e educação das sensibilidades. **Revista Itinerarium**, v.1, 2008. Disponível em: <www.seeer.unirio.br/indez.php/intinerarium>. Acesso em 31 out. 2013.

_____. Lazer: necessidade humana e dimensão da Cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v.1, n.1, jan/abril 2014. Disponível em <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327/227>>. Acesso em 1 abr. 2015.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Maria Teresa Marques. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, Christianne Luce; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, Christianne; et al. **Lazer, sustentabilidade e meio ambiente: pesquisa exploratória sobre saberes e experiências desenvolvidas na América Latina**. Belo Horizonte: EEEFTO/UFMG, 2014. (Relatório de pesquisa/CNPq).

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios da geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Bertak; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro P. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

GONZÁLEZ, Emilio. **Memórias que narram a cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2005.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço coloniais**: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Editora Edunioeste, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Multi/transterritorialidade e o “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e fronteiras**: (re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2007.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IBGE. **Censo demográfico Paraná: 1960**. Rio de Janeiro, 1962.

_____. **Censo demográfico Paraná: 1970**. Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Censo demográfico Paraná: 1980**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 nov. 2013.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 2 jul. 2014.

_____. **Agglomerados subnormais**: informações territoriais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2015.

ITAIPU BINACIONAL. **Perguntas frequentes.** Disponível em <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>>. Acesso em 25 mar. 2015.

_____. **Royalties.** Disponível em <www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>. Acesso em 21 fev. 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu:** São Paulo (1890-1940). São Paulo: Editora Alameda, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu no contexto da história.** Foz do Iguaçu: Editora do autor, 2010.

MANARIN, Odirlei. Operários de Itaipu: experiências e lembranças da demissão. **História na Fronteira**, v.1, n.2, p.7-26, 2008. Disponível em <<http://www.uniamerica.br/site/revista/index.php/historianafrenteira/article/view/70>>. Acesso em 2 ago. 2014.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MELO, Ana Carolina Andrino de. Espaço urbano, história social dos rios e ideologias. In: GAUDIO, Rogata Soares Del; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **Geografias e ideologias:** submeter e qualificar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? **Revista Biota Neotropica**, v.1, n. 1/2,

2001. Disponível em <www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001r>. Acesso em 12 set. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação – Centro de Estudos da Metrópole, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Disponível em: <www.sp.unmp.org.br>. Acesso em 25 abr. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em 14 set. 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Ed.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, ANPUR, 1994.

NETTO, Vinicius de Moraes. **Lógicas de apropriação social do espaço**. Disponível em <urbanismo.arq.br>. Acesso em 16 jul. 2014. Artigo publicado anteriormente nos anais do VII Enapur (Encontro da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento urbano e regional), com o título Retrato Dinâmico da Segregação: lógicas de apropriação social, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <www.un.org/waterforlifedecade>. Acesso em 18 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Aquífero Guarani**: programa estratégico de ação. Edição bilíngue – Brasil; Argentina; Paraguai; Uruguai: Organização dos Estados Americanos (OEA), 2009. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/GEFAquíferoGuarani.aspx> >. Acesso em 5 out. 2014.

OLIVEIRA, Nara. **Foz do Iguaçu intercultural**: cotidiano e narrativas da alteridade. Foz do Iguaçu: Editora Epígrafe, 2012.

PEET, Richard; WATTS, Michael. Liberating ecology: development, sustainability, and environment in an age in market triumphalism. In: PEET, Richard; WATTS, Michael (Ed.). **Liberation ecologies**: environment, development, social movements. Londres, Nova Iorque: Routledge, 1996.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **As principais trajetórias de mobilidade em Foz do Iguaçu-PR e seus reflexos no urbano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO PARANÁ – PEHIS PR. Disponível em <http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Banner%20Pehis/Partes_Pehis_fev_2013/PEHIS_PARTE3.pdf>. Acesso em 15 abr. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em <<http://www.pmfi.pr.gov.br>>. Acesso em 12 fev. 2013.

_____. **Perfil da população de Foz do Iguaçu (2003) em função das regiões e quantitativo populacional**. Disponível em <<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=113>>. Acesso em 12 fev. 2014.

_____. **Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011**. Disponível em: <www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>. Acesso em 2 jun. 2014.

_____. **Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62491>> Acesso em 10 abr. 2015.

RABOSSI, Fernando. Como pensamos a Tríplice Fronteira? In: MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEAU, Verônica (Org.). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

RÁDIO CBN DE FOZ DO IGUAÇU. Notícias de Foz do Iguaçu. 24 set. 2013. Disponível em <www.cbnfoz.com.br/noticias-de-foz-do-iguacu>. Acesso em 15 ago. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Para uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RESOLUÇÃO CONAMA, nº 302, 20 mar. 2002. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30202.html>. Acesso em 3 jul. 2014.

REVISTA 100 FRONTEIRAS. **O abandono do parque ambiental Antônio Bordin**. Edição 102, mar. 2014.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Itaipu, a dança das águas**: histórias e memórias de 1966 a 1984. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa; VILLAR, Pillar Carolina; SANT'ANNA, Fernanda Mello. Desafios para a cooperação internacional nas águas transfronteiriças na América do Sul. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, PPGH, 2013 (Coleção Geografia e Adjacências).

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROBBINS, Paul. **Political ecology**: a critical introduction (Blackwell critical introductions to geography). Cambridge, Mass: Blackwell, 2004.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: Sesc/WLRA, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, 63, out. 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno (Coord.). **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, FINEP/IBAM, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2012.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2014.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Caderno Cedes**, v.20, n.50, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50/a03v2050.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. **Usina de Itaipu:** integração energética entre Brasil e Paraguai: uma síntese histórica de Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu: Editora UFPR, 2012.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef. **A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios:** o caso de Foz do Iguaçu. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUCCI, Carlos E.M. Visão dos recursos hídricos na bacia do Prata. **Revista de Gestão de**

Água da América Latina, v.3, n.2, p.43-63, 2006. Disponível em: <www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Sumarios/3cadaf821228e53315547776ff614ab5_b50217deedb5add3cbd37f44ecc07b42.pdf>. Acesso em 1 dez. 2013.

_____. Águas urbanas. **Revista Estudos Avançados**, v.22, n.63, p.97-112, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000200007>>. Acesso em 3 jul. 2014.

_____. Água no meio urbano. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VICTAL, Jane; SOUZA, Adelita Araujo de. A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas. Estudo de caso das vilas de Itaipu. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**, v.13, n.1, p.75-89, 2011. ISSN 2317-1529. Disponível em: <www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/286/261>. Acesso em 2 ago. 2014.

VILLAR, Pilar Carolina. Conflitos pela água e o direito humano à água e ao saneamento. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, PPGH, 2013 (Coleção Geografia e Adjacências).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WEISS, Robert. S. **Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies**. Nova Iorque: The Free Press, 1994.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

ZAAR, Miriam H. A migração rural no Oeste Paranaense/Brasil: a trajetória dos “Brasiguaios”. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.94, n.88, 2001. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/nova.htm>. Acesso em 13 jul. 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e sociedade**, v.10, n.2, p.119-135, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200008>>. Acesso em 10 jul. 2014.

FONTES CONSULTADAS

A COSTANERA. **ENTREVISTA 01** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

AVENTUREIRO. **ENTREVISTA 02** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

BRASIGUAIO. **ENTREVISTA 03** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

CAIAQUE. **ENTREVISTA 04** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

CANOÍSTA. **ENTREVISTA 05** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

ESCALADOR. **ENTREVISTA 06** [dez. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

ESCALADORA. **ENTREVISTA 07** [dez. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

ESPORTISTA. **ENTREVISTA 08** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

EX-PESCADOR. **ENTREVISTA 09** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

FLORA. **ENTREVISTA 10**. [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3.

FRONTEIRA. **ENTREVISTA 11** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

GUARANI. **ENTREVISTA 12** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 2 arquivos . mp3

MARINHEIRO. **ENTREVISTA 13** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

MORADORA. **ENTREVISTA 14** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

NASCENTE. **ENTREVISTA 15** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

O BEIRA-RIO. **ENTREVISTA 16** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PARDAL. **ENTREVISTA 17** [out. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PESCADOR ADULTO. **ENTREVISTA 18** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PESCADOR AMADOR. **ENTREVISTA 19** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PESCADOR IDOSO. **ENTREVISTA 20** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PESCADOR JOVEM. **ENTREVISTA 21** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

PESCADOR PROFISSIONAL. **ENTREVISTA 22** [jan. 2015]. Foz do Iguaçu, 2015. 1 arquivo . mp3

PRAIEIRA. **ENTREVISTA 23** [nov. 2014]. Foz do Iguaçu, 2014. 1 arquivo . mp3

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Voluntário(a),

É com grande prazer que convidamos você para participar da pesquisa Lazer e espaço: um olhar sobre as práticas de lazer no Rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, coordenada pela Profa. Dra. Christianne Luce Gomes, contando com a participação da mestrandia Sandra Akemi Narita.

Esta pesquisa, realizada através do Mestrado em Estudos do Lazer da UFMG, pretende investigar e analisar as apropriações e vivências de lazer no Rio Paraná, por parte de moradores de Foz do Iguaçu.

Dessa forma, caso aceite contribuir com a pesquisa, a entrevista será realizada pessoalmente pela mestrandia em local, data e horário definidos por você e seguirão um roteiro semiestruturado. As perguntas terão o objetivo de captar a relação entre lazer e Rio Paraná. Esclarecemos que esta pesquisa não envolve riscos físicos, no entanto, caso, durante a entrevista, você sinta qualquer desconforto e/ou constrangimento, você tem garantido o direito de não participar do processo e retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão. Esclarecemos também que não haverá remuneração financeira e nem benefícios de qualquer natureza para a sua participação. A sua identidade não será revelada publicamente. Cabe ressaltar que os gastos necessários para a sua participação neste estudo serão assumidos pelas pesquisadoras.

Todos os dados coletados receberão um tratamento ético de confidencialidade e serão utilizados somente nesta pesquisa, sendo mantidos sob sigilo pelas pesquisadoras responsáveis, no Laboratório de Pesquisa Otium/UFMG por um período de cinco anos. Havendo a necessidade de mais explicações, você terá total liberdade para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir através das pesquisadoras pelo telefone (0xx31) 3409-2335. Além disso, para possíveis dúvidas éticas em relação à pesquisa, você também poderá entrar em contato diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP-UFMG), localizado na Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Adm. II, 2º Andar, sala 2005 - (0xx31) 3409-4592.

Acreditamos que a pesquisa pode contribuir para o entendimento sobre o lazer no Rio Paraná. Por isso a sua participação é muito importante. Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e **concorda em ser voluntário(a)** favor assinar no espaço abaixo, dando o seu consentimento formal.

Desde já agradecemos pela compreensão e voluntariedade,

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes – Orientadora
Mestranda Sandra Akemi Narita

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, aceito participar da pesquisa intitulada “Lazer e espaço: um olhar sobre as práticas de lazer no Rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu”, realizada por pesquisadores do Mestrado em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

Portanto, livremente dou o meu consentimento para a realização da coleta de dados.

Local e data: _____, de _____ de 2014.

Assinatura do(a) voluntário(a)

APÊNDICE B

Roteiro de perguntas – entrevista semiestruturada

- De onde veio – é de Foz do Iguaçu ou de outra cidade?
- Se é de outra cidade, por que veio a Foz do Iguaçu?
- Qual o seu lazer hoje nos rios da cidade?
- Qual foi seu lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu?
- Onde frequent (va) para o lazer nos rios da cidade?
- Quais transformações nos rios e na cidade impactaram e continuam impactando no lazer?
- De que forma atua sobre os rios da cidade?
- Qual o significado do rio para você?